



aicep Portugal Global

Instrumentos Previsionais de Gestão

2021

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

16 de novembro de 2020



Ficha Técnica

Designação:

Plano de Atividades e Orçamento para 2021

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

Edição:

Conselho de Administração da AICEP, E.P.E.



Índice

I. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2021	5
A. Introdução	5
B. Sustentabilidade Financeira	10
C. Sustentabilidade Ambiental	10
D. Sustentabilidade Social	11
1. Reposição da dotação de Recursos Humanos	11
2. Valorizações remuneratórias - Monitorização	12
3. Nomeações	12
4. Revisão do regime de carreiras e remunerações	12
5. Rede Externa	12
6. Formação	13
7. Igualdade de género	13
8. Prevenção da violência doméstica	13
9. Responsabilidade social	13
10. Conciliação e bem-estar no trabalho	14
E. Preparação da Participação na Expo 2020 Dubai	14
1. Enquadramento	14
2. Participação de Portugal na Expo 2020 Dubai	16
3. Modelo Funcional	19
4. Modelo Institucional	19
5. Conceção e Construção do pavilhão de Portugal	21
6. Conceção dos Conteúdos Expositivos	22
7. Produção, montagem, manutenção e desmontagem dos Conteúdos Expositivos	24
8. Adaptação do projeto dos Conteúdos Expositivos para mitigar os riscos da COVID 19	24
9. Operação e manutenção diária do pavilhão de Portugal	25
10. Programação Cultural	25
11. Comunicação & Design	26
12. Celebração do Dia Nacional	26
13. Promoção do Relacionamento Económico Bilateral	27
14. Parcerias	28
15. Programa Educacional	28
16. Restaurante, Espaço Polivalente e <i>Concept Store</i>	29
17. Orçamento e Controlo da Execução Orçamental	29
18. Planeamento e Coordenação	30
19. Procedimentos de Contratação Pública	31
20. Relatórios Periódicos e Relatório Final	31



F. Programa Internacionalizar	33
G. Encargos decorrentes da participação da AICEP na ETPO e futura associação ETPOA	40
H. Participação nas Comemorações da Circum-Navegação	40
J. Encargos Plurianuais e Atualizações Extraordinárias	41
K. Orçamento 2021.....	41
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	62
A. Balanço Previsional.....	63
B. Demonstração de Resultados Previsional	64
C. Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional.....	65
III. PLANO DE INVESTIMENTOS.....	66
A. Equipamento Não Financeiro	66
1. Investimento SAMA.....	78
2. Impacto Esperado - Benefícios.....	79
B. Investimentos Plurianuais.....	86
IV. PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS.....	87
A. Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos	90
B. Frota Automóvel	92
C. Resultados	92
D. Indicador de Eficiência Operacional.....	93
ANEXOS	99
Anexo 1 – Plano Estratégico	100
Anexo 2 – Plano Internacionalizar.....	105
Anexo 3 – Estatutos da AICEP, E.P.E.....	112
Anexo 4 – Balanço Previsional por trimestre.....	112
Anexo 6 – Demonstração de fluxos de Caixa Previsional por trimestre	121
Anexo 7 – Orçamento 2021 distribuído por Ponto de Rede	122
Anexo 8 – Autorização de novo indicador de eficiência operacional	123
Anexo 9 – Informação Turismo de Portugal	126
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	129
PARECER DO FISCAL ÚNICO	131



I. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2021

A. Introdução

Nota Introdutória

O Plano de Atividades e Orçamento da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. para 2021 surge num período atípico, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia COVID-19.

Assim, consideramos importante sublinhar o que tem vindo a ser concluído em 2020, tendo como referência 2019, afigurando-se relevante destacar o que foi feito para apoio às empresas no contexto da pandemia. É de referir que as perspetivas da atividade da Agência para 2021 terão necessariamente em conta o enquadramento suprarreferido:

1. Em 2019, apresentámos o primeiro pilar da **Transformação Digital da AICEP** – a plataforma Portugal Exporta, dedicada às exportações. A Plataforma Tecnológica continua a ser desenvolvida com a introdução de novos pilares: o Portal do Investimento e o Business Match Maker, incluindo funcionalidades como o Acelerador de Internacionalização Online – já apresentado em 2020 - e o Optimizador do Investimento. Esta ferramenta está a permitir-nos uma nova abordagem no relacionamento com as empresas, com o objetivo de chegar a mais empresas, de uma forma mais eficaz, mas também mais personalizada com serviços e produtos distintos e de maior valor acrescentado. Tendo em conta que a AICEP conseguiu financiamento através do SAMA para a sua Transformação Digital, foi possível desenvolver um processo mais vasto do que o inicialmente previsto, com mais funcionalidades e serviços;
2. Em 2019, realizámos a primeira **Conferência Anual da AICEP – Exportações & Investimento**. Com o objetivo de apresentar e debater os principais resultados alcançados a nível da Exportação e da captação de Investimento, os dois grandes vetores da missão da Agência, realizou-se, em maio, a primeira grande Conferência da AICEP, que foi um sucesso. Na Conferência houve, ainda, lugar à atribuição dos **Prémios AICEP Exportação & Investimento** que distinguiram a “Melhor Exportadora” e o “Melhor Investimento”. O objetivo dos Prémios AICEP foi premiar as empresas que se destacaram pelo seu desempenho no desenvolvimento das estratégias de internacionalização e/ou de investimento, e que foram apoiadas no âmbito dos projetos financiados pelo Portugal2020, da responsabilidade da AICEP. Em 2020, dado o contexto da pandemia, o formato da Conferência foi adaptado passando a virtual. Pretende-se que a Conferência da AICEP – Exportação & Investimento seja anual, bem como a atribuição de prémios às empresas;



3. Mantém-se a criação de uma nova oferta de produtos e serviços adequados ao novo contexto de mercado. É o caso do Programa Exportar Online, dedicado ao **E-Commerce**, uma área em que a AICEP tem vindo a apostar e cuja relevância disparou devido à pandemia. Nesse contexto, a AICEP lançou um novo pacote de serviços, em 2020, que incluiu:
 - a. Ferramenta de Diagnóstico E-Commerce: A ferramenta de Diagnóstico para o E-Commerce permite a cada empresa perceber qual o seu nível de preparação para iniciar a exportação online e receber um relatório com recomendações sobre como se preparar ou como começar a tirar partido da exportação online, disponível na Plataforma Portugal Exporta;
 - b. Webinars: A AICEP promoveu um conjunto de Webinars dedicados ao E-Commerce internacional, nomeadamente sobre o impacto da pandemia em diferentes sectores;
 - c. Cursos E-Learning: A AICEP voltou a apostar em cursos E-Learning que pretendem ser uma ferramenta de capacitação para as empresas, tendo em conta o atual contexto. O objetivo é que as empresas ganhem mais competências em E-Commerce e passem a encará-lo como uma evolução necessária para a sua internacionalização;
 - d. Workshops online com Marketplaces: A AICEP continua a promover parcerias com marketplaces para dar às empresas portuguesas a oportunidade de conhecer o potencial de negócio e o funcionamento destas plataformas.

4. Além do pacote de novos serviços dedicados ao E-Commerce, várias foram as iniciativas que a AICEP desenvolveu para apoiar as empresas no **contexto da pandemia COVID-19**, muitas em formatos diferentes e inovadores:
 - a. Várias ações foram dedicadas aos mercados internacionais, nomeadamente:
 - i. **Webinar Market**, com a participação dos Delegados da Rede Externa, presente em diversos Países, para esclarecer as empresas sobre o impacto da pandemia COVID-19 no respetivo mercado;
 - ii. **AICEP Rede Online**, um novo serviço de fácil acesso a webmeetings de curta duração e agenda breve entre as Delegações e os Clientes da Agência, tendo como objetivo o aconselhamento das empresas pela via digital, de forma adaptada às novas circunstâncias do mercado mundial;
 - iii. **Missões Virtuais**: devido à impossibilidade de seguir o formato habitual, que implicava o agendamento de reuniões com presença física dos diferentes interlocutores nos



mercados, adaptámo-nos e utilizámos os meios digitais para facilitar reuniões online, via plataforma Teams, entre empresas portuguesas e agentes económicos internacionais. O objetivo manteve-se: criar oportunidades de negócio concretas para as empresas;

iv. **Informação detalhada** sobre os mercados internacionais, nomeadamente sobre sectores com maiores constrangimentos, principais dificuldades a nível logístico, maiores barreiras à exportação, produzida pelas Delegações da AICEP espalhadas pelo mundo e disponibilizada no site da AICEP. Além da informação sobre mercados, a AICEP também disponibiliza informação sobre legislação e outras medidas de apoio às empresas;

b. Acompanhamento personalizado por parte da equipa Comercial da AICEP às empresas afetadas pelos impactos da pandemia e criação de task-forces – Saúde, Agroalimentar, Logística – para fazer face aos desafios mais urgentes que as empresas vivem, nomeadamente apoio às empresas que se reconverteram para produzir produtos fundamentais no combate à COVID-19, em Portugal e no mundo;

c. Reforço da capacidade de resposta da equipa dedicada à verificação e pagamento de incentivos, tendo sido possível, com mais de dois meses de antecedência, cumprir a meta de pagamentos estipulada para a crise, alcançando os 63 milhões em apenas mês e meio;

d. Numa primeira fase da Pandemia, cooperação próxima com outras instituições públicas, nomeadamente o INFARMED, no sentido de identificar e validar potenciais fornecedores de proteção individual e equipamento médico-hospitalar nos diversos mercados internacionais, tendo em vista a sua disponibilização ao SNS. De realçar o acompanhamento feito ao processo de aquisições e doações de equipamento na China, através das Delegações da AICEP naquele País, em coordenação com a Embaixada em Pequim.

5. Portugal participará na **Expo 2020 Dubai**, entretanto adiada para 2021, nos Emirados Árabes Unidos (EAU). A AICEP segue como responsável pelo planeamento, organização e articulação da participação de Portugal, contando com uma estrutura de acompanhamento a operar em Abu Dhabi. A participação prevista de 180 países torna a Expo 2020 Dubai uma excelente oportunidade para promover Portugal, a sua diversidade, língua e carácter universalista. A participação portuguesa na Expo procura contribuir para o aprofundamento das relações políticas, económicas e culturais entre Portugal, os EAU e os restantes países da região. O Pavilhão de Portugal será inspirado no tema “Portugal - um mundo num país | Portugal - A world in one country”, uma proposta que assenta na visão de diversidade e inclusão,



mas também na ambição de que Portugal possa dar um importante contributo para o estreitamento das relações globais entre os povos.

Além da adaptação que a Agência fez para acorrer ao período mais desafiante da pandemia, continuou a desenvolver a atividade quotidiana no cumprimento da sua missão - promover as exportações e a internacionalização das empresas portuguesas e captar mais e melhor investimento para Portugal:

- Acompanhamento próximo dos clientes, através da Rede de Gestores de Cliente e da Rede Externa, com mais de 50 Delegações espalhadas pelo mundo, continua a contribuir para a globalização da economia portuguesa, acompanhando no terreno as empresas nacionais;
- Realização do Programa INOV Contacto que continua a apoiar a formação de jovens com qualificação superior em contexto internacional com resultados assinaláveis quer ao nível do impacto na competitividade das empresas, quer da progressão na carreira dos jovens. Desde 1997, o INOV Contacto já realizou mais de 5.800 estágios, em quase 1.300 entidades, espalhados por mais de 80 Países;
- Acompanhamento dos projetos apresentados aos diversos Sistemas de Incentivos, no âmbito do Portugal 2020, prestando um serviço de excelência às empresas candidatas e apoiadas. As cerca de 9.250 candidaturas recebidas pela AICEP até 31 de dezembro de 2019, no âmbito do Portugal 2020, representam 10,365 mil milhões de euros (M€) de intenções de investimento, nas diversas Tipologias de Investimento previstas (I&DT; Inovação Produtiva; Internacionalização PME). Em consequência, os valores globais de aprovação até dezembro de 2019 atingiram igualmente níveis sem precedentes, com cerca de 4.830 projetos apoiados (excluindo já desistências e anulações), englobando um incentivo público superior a 1,782 mil M€, num total de investimento na ordem dos 4,99 mil M€. Os pagamentos processados pela AICEP ascenderam a 835 M€, reportando-se a 4.127 projetos em execução e ou já concluídos;
- Participação especial na Web Summit, uma das maiores conferências de tecnologia do mundo, uma vez que a AICEP foi uma das instituições que contribuiu para a sua realização em Portugal;
- Por fim, acompanhamento e implementação das medidas executadas sob a égide do Programa Internacionalizar, respeitantes à AICEP.

O ano de 2019 significou um novo recorde de angariação de investimento com mais 1172 milhões de euros de investimento em Portugal. Além disso, também batemos o recorde de criação de emprego com 7245



novos postos de trabalho criados, tendo havido um novo recorde de projetos com forte componente de Inovação e Tecnologia. Foram 177 milhões de euros em projetos de I&DT, que comparam com 76 milhões de 2018, ou seja, o investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico implementado através da Agência mais do que duplicou.

Apenas salientar que o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) cresceu quase 30% de 2018 para 2019. Um dado que nos mostra que a aposta dos investidores em Portugal é para manter, que os investidores acreditam no País e, principalmente, no talento português, que tem sido a chave do sucesso.

Por outro lado, as exportações nacionais de bens e serviços continuaram a apresentar resultados positivos. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2019, o crescimento real das exportações de bens e serviços foi de 3,7%, acima dos 2,2% do crescimento do PIB. O peso das exportações no PIB é o mais elevado desde 1995, situando-se nos 43,8%.

Uma nota sobre o ano de 2020 que naturalmente trouxe grandes desafios devido à pandemia. Apesar disso, foi possível continuar a angariar novos investimentos – foram 10 os novos projetos angariados para o País desde março, todos na área dos Business Services. São empresas de Desenvolvimento de Software e Centros de Serviços Partilhados, provenientes da Europa e EUA, que vão significar mais de 500 postos de trabalho, qualificados e altamente qualificados. Isto prova que os fatores competitivos de Portugal não sofreram alterações e que os investidores mantêm a confiança no País.

No plano interno, a execução e conclusão das medidas do Plano Estratégico, tem vindo a contribuir para uma AICEP mais forte, mais capacitada e mais digital para responder aos desafios que as empresas nos colocam todos os dias, mais ainda neste novo contexto que vivemos.

Tendo em conta a situação de incerteza global, espera-se um ano de 2021 desafiante ao nível do crescimento das exportações e angariação de investimento. A AICEP continuará a trabalhar diariamente no cumprimento da sua missão de apoiar as empresas, com toda a energia, eficácia e vontade de inovar.



B. Sustentabilidade Financeira

A AICEP assegura a sua sustentabilidade económica e financeira de acordo com os mecanismos previstos nos seus estatutos e que permitem o acesso a algumas fontes de financiamento das quais ressaltam:

- 1) o recurso a comissões de gestão, referentes aos protocolos com o Turismo de Portugal e IAPMEI, pelos serviços prestados no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa, que são as mais significativas;
- 2) recorre ainda a fundos comunitários, a assistência técnica, INOV Contato, SAMA e SIAC destinados ao financiamento da sua atividade corrente (como Organismo Intermédio do PT2020), mas também do seu plano de investimento e das suas ações de promoção externa;
- 3) são igualmente receitas a remuneração de serviços prestados a empresas e outras entidades, o produto da venda de publicações e outros documentos de informação macroeconómica e de mercado, bem como os rendimentos provenientes da gestão do ativo fixo tangível e intangível;
- 4) comissão de gestão, pela gestão e organização da EXPO2020DUBAI, bem como pela gestão das ações de promoção do Turismo de Portugal nos pontos de rede da Agência.

A AICEP não tem endividamento nem encargos financeiros dele decorrentes, assim como não tem “pagamentos em atraso” (arrears).

O seu prazo médio de pagamentos tem decrescido ao longo dos anos, conforme registo no site da Direção-Geral de Tesouro e Finanças (DGTf), sendo que para 2021 se perspetiva uma redução destes valores, prevendo-se uma maior aproximação do pagamento com a data da conferência da fatura.

Indicador do Prazo Médio de Pagamentos (N.º de dias)	2018				2019				2020	
	1T	2T	3T	4T	1T	2T	3T	4T	1T	2T
	15	15	17	16	14	14	15	16	18	13

Com a publicação da Lei do Orçamento de Estado de 2020 – que ocorreu em 31 de março de 2020, a AICEP solicitou, como o faz todos os anos a exceção do princípio da unidade de tesouraria atendendo à existência de delegações da Agência no exterior de Portugal o que obriga à criação de contas bancárias locais.

C. Sustentabilidade Ambiental

Para o ano de 2021, a AICEP continuará com as medidas de redução do consumo de papel, de tinteiros e de plástico nas suas instalações no Porto e em Lisboa, bem como no âmbito da aquisição de veículos amigáveis



para o ambiente. Dará igualmente continuidade à desmaterialização dos processos inerentes às Reuniões do Conselho de Administração e aos demais processos decisórios.

D. Sustentabilidade Social

Para o ano de 2021, a AICEP manterá os esforços desenvolvidos no sentido de disponibilizar ações de formação aos seus colaboradores, por forma a manter o seu quadro de pessoal, que é tecnicamente apetrechado, capaz de desempenhar as suas funções, associadas à gestão possível de expectativas, decorrentes do contexto orçamental nacional.

Nos últimos anos, em função da elevada pressão sentida sobre o seu quadro técnico, face à saída de vários colaboradores, verificaram-se dificuldades na resposta às inúmeras solicitações que decorrem não só do apoio a prestar às empresas em Portugal e no estrangeiro, que inclui a gestão do sistema de incentivos às empresas no âmbito do apoio ao grande investimento e à internacionalização e a ação na área dos custos de contexto, como da necessidade de captação e acompanhamento do investimento, como ainda da organização de missões oficiais.

Foi possível, com os Planos de Atividades e Orçamento para 2018, 2019 e 2020, iniciar a inversão da situação de um quadro técnico diminuído de recursos humanos e envelhecido, com a entrada de novos profissionais através do Programa de regularização de vínculos precários (eram 42 mas só 40 integraram, não teve impacto financeiro) e de substituições das saídas ocorridas em 2017, 2018 e 2019.

Continuam a existir carências de recursos humanos em áreas que assumem importância vital para a missão da AICEP, nomeadamente na verificação do sistema de incentivos, mas também na área da transformação digital, essencial para a modernização e atualização da Agência, de modo a habilitá-la a prestar melhor apoio às empresas, que exige a disponibilidade de perfis profissionais em áreas novas.

Ainda neste âmbito, sublinham-se as exigentes metas de execução que são cometidas à Agência, no âmbito do Portugal 2020, a par da disponibilização da AICEP para uma participação ativa nas negociações do futuro quadro comunitário de apoio pós-2020 e no processo de definição da “Estratégia Portugal 2030”.

1. Reposição da dotação de Recursos Humanos

Em 2020 o quadro de pessoal autorizado foi de 503 trabalhadores, que compara com os 516 propostos.



Assim para 2021 considerou-se o aumento do número de trabalhadores, para os 516 com reforço de 7 trabalhadores, conforme despacho SET nº600/2020 de 8 de outubro, para que a AICEP continue a assegurar as suas funções, e 6 trabalhadores a contratar, a termo certo, para apoiar o funcionamento do Pavilhão de Portugal durante a Expo 2020 Dubai.

Os encargos previstos para as contratações referidas são de cerca de € 210 000 para os 7 trabalhadores da AICEP e de € 230 000 para os 6 trabalhadores a afetar à Expo 2020 Dubai.

À semelhança dos anos anteriores, solicita-se que sejam autorizadas as substituições das saídas de trabalhadores que ocorram no corrente ano. No quadro infra constam o número de trabalhadores autorizados em 2019 e 2020 assim como os propostos para 2021.

	AICEP	TdP	EXPO2020	Total
31/12/2019	483	5	9	497
31/12/2020	487	7	9	503
31/12/2021	494	7	15	516

2. Valorizações remuneratórias - Monitorização

Serão efetuadas valorizações remuneratórias ou outras, nos termos dos regulamentos internos, designadamente considerando os resultados das avaliações do desempenho.

3. Nomeações

O Conselho de Administração da AICEP procederá à nomeação para cargos de Direção, com o correspondente acréscimo remuneratório, para substituição de dirigentes que cessem funções, a seu pedido, ou por passagem à situação de reforma.

4. Revisão do regime de carreiras e remunerações

Em 2018 deu-se início aos trabalhos de revisão dos Regulamentos Internos da AICEP, tendo sido aprovado o novo Regulamento de Avaliação do Desempenho e o novo Regulamento da Rede Externa, continuando em 2020 o processo de revisão da Regulamentação em Portugal, que se estima estar concluída em 2021.

5. Rede Externa

Relativamente aos contratados locais, em 2021 serão igualmente promovidos ajustamentos remuneratórios resultantes da avaliação de desempenho de acordo com a regulamentação interna, assim como os



decorrentes de acréscimo de funções e verificação de insuficiência remuneratória atual face ao elevado nível de custo de vida do mercado.

Finalmente, serão consideradas as situações de nomeação de diretores decorrentes da abertura de pontos na Rede Externa, com a inerente atribuição de abonos de expatriação.

6. Formação

Relativamente a esta área o ano de 2020 foi particularmente atípico, tendo havido a necessidade de ajustar muitas das ações de formação que passaram a ser realizadas on-line em vez do habitual formato presencial. Não obstante esta nova realidade a formação, continuará em 2021, a desenvolver ações de carácter formativo destinadas a todos os trabalhadores, com vista à atualização e aquisição de novas competências sobre as temáticas relacionadas com a atividade desenvolvida pela Agência, mantendo desta forma o foco no reforço das capacidades internas das equipas recorrendo à valorização dos recursos humanos.

7. Igualdade de género

A AICEP enquanto Entidade Pública Empresarial promove a igualdade de direitos e liberdades para todos os trabalhadores, proporcionando iguais oportunidades na vida profissional, reconhecendo e valorizando todos os trabalhadores independentemente de género.

8. Prevenção da violência doméstica

Foram também previstas verbas no âmbito das políticas de prevenção da violência doméstica, de proteção e de assistência das suas vítimas, nomeadamente relativos a mudança de horário de trabalho, transferência do trabalhador, justificação de faltas ou prestação de teletrabalho.

9. Responsabilidade social

A despeito da generalização do uso de materiais com componente de plástico a que nos vimos forçados a recorrer para responder às exigências sanitárias motivadas pela pandemia do Covid 19, a AICEP mantém as preocupações de carácter social e ambiental para com a Sociedade, alterando hábitos e costumes que potenciem uma maior sustentabilidade da atividade da AICEP.

Iremos promover a continuação das campanhas de recolha de alimentos e vestuário bem como a divulgação/dinamização de outro tipo de campanhas.



10. Conciliação e bem-estar no trabalho

A AICEP promove a criação de soluções que permitam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal de todos os seus trabalhadores através dos meios disponíveis para tal.

Em 2020 foram autorizados vários pedidos de trabalhadores para exercício das suas funções em regime de teletrabalho, situação que continuará em 2021.

A realidade que vivemos em 2020 aconselhou a generalização, em parte do ano, a adoção de horários flexíveis, contínuos ou teletrabalho, em situações de parentalidade, apoio a familiares ou dependentes.

Em 2021 será dada especial atenção à promoção do direito ao desligamento, como forma de separação do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho.

E. Preparação da Participação na Expo 2020 Dubai

1. Enquadramento

No dia 1 de abril de 2016 o Governo dos Emirados Árabes Unidos (EAU) formalizou o convite para Portugal participar na Expo 2020 Dubai e em 6 de abril de 2017 o Governo português confirmou a sua participação. Em 22 de dezembro de 2017 o Secretário de Estado da Internacionalização solicitou a reserva de um pavilhão de média dimensão e indicou a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP) como “Responsible National Authority” (RNA). Em 2 de maio de 2018 o Embaixador de Portugal nos EAU, em representação do Governo da República Portuguesa, assinou o “Participation Contract”.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2018, de 30 de agosto, o Governo reconheceu a importância da participação de Portugal na Exposição Mundial de 2020 (Expo 2020 Dubai), com data de inauguração a 20 de outubro de 2020 e encerramento a 10 de abril de 2021, resolvendo, para o efeito, designar como Comissário-geral o Dr. Celso Guedes de Carvalho e estabelecer um conjunto de preceitos necessários à definição dessa participação. Determinou, ainda, a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial e de uma Estrutura de Acompanhamento, a operar nos Emirados Árabes Unidos, e a inscrição nos orçamentos anuais da AICEP para os anos de 2019, 2020 e 2021 de um montante anual que não poderá exceder € 7.000.000,00.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2018, de 21 de dezembro, o Governo aprovou o modelo institucional e o programa de atividades propostos pelo Comissário-geral para a participação de



Portugal na Expo 2020 Dubai, subordinada ao tema «Connecting Minds, Creating the Future». Determinou também a criação de um Conselho Consultivo com funções de apoio ao Comissário-geral de Portugal, nomeadamente na definição dos conteúdos expositivos e das atividades a desenvolver durante a Expo 2020 Dubai.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2019, de 9 de janeiro, veio o Governo autorizar a AICEP a realizar a despesa relativa à conceção e construção do pavilhão de Portugal na Expo 2020 Dubai.

Pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2019, de 5 de setembro, veio o Governo autorizar a AICEP, E.P.E., a realizar a despesa relativa aos seguintes três contratos necessários à participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, designadamente: a) aquisição de serviços de produção, montagem, manutenção e desmontagem dos conteúdos expositivos do pavilhão de Portugal; b) aquisição de serviços de gestão e funcionamento do pavilhão de Portugal e c) aquisição de serviços de manutenção diária, preventiva e curativa, do pavilhão de Portugal.

A crise de saúde pública e as restrições de mobilidade que a pandemia de COVID 19 gerou em todo o mundo determinaram o adiamento da Expo 2020 Dubai. A proposta das autoridades dos Emirados Árabes Unidos foi aceite pelo Bureau International des Expositions (BIE), a 29 de maio de 2020, tendo levado à determinação de uma nova data de inauguração – o dia 1 de outubro de 2021 - e de encerramento - o dia 31 de março de 2022.

Dada a gravidade da situação, a organização da Expo 2020 Dubai, que tinha determinado que o prazo para a conclusão das obras dos pavilhões dos países participantes terminaria no dia 20 de julho de 2020, determinou depois que esse prazo seria prorrogado para o dia 2 de setembro de 2020 e, posteriormente, estabeleceu o dia 31 de dezembro de 2020 como o novo prazo para a conclusão das obras e obtenção do Building Completion Certificate (BCC).

Neste contexto, foi necessário atualizar algumas das decisões tomadas pelas referidas resoluções de Conselho de Ministros, designadamente no que respeita às datas de: (i) término do exercício de funções do Comissário -Geral de Portugal; (ii) entrega do relatório final de balanço; (iii) prazo de conclusão da conceção e construção do pavilhão de Portugal e da montagem dos conteúdos expositivos e (iv) data de desmontagem da estrutura do pavilhão, bem como atribuir competências ao Conselho de Administração da AICEP para avaliar e autorizar a manutenção dos elementos das equipas técnicas, no limite até 31 de dezembro de 2022.

Por outro lado, as circunstâncias atuais impõem que se faça um esforço de contenção de custos, pelo que o adiamento do evento, muito embora as equipas continuem a desenvolver o seu trabalhos por mais alguns



meses, não irá acarretar um acréscimo de despesa, mas sim uma diminuição dos montantes inicialmente previstos e aprovados na ordem dos 8 % face ao inicialmente estimado, sem prejuízo do cumprimento dos objetivos da participação portuguesa.

Portanto, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2020, de 12 de agosto, veio o Governo manter a designação do Dr. Celso Guedes de Carvalho para continuar a exercer as funções de Comissário-geral até ao dia 31 de dezembro de 2022 e estabelecer novas datas para a conclusão das obras do pavilhão de Portugal, para a montagem dos conteúdos expositivos e para a desmontagem do pavilhão e a devolução do lote à organização da Expo 2020 Dubai.

Esta Resolução do Conselho de Ministros veio estabelecer novos montantes para as despesas relativas aos seguintes três procedimentos de contratação pública necessários à participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, designadamente: a) aquisição de serviços de produção, montagem, manutenção e desmontagem dos conteúdos expositivos do pavilhão de Portugal; b) aquisição de serviços de gestão e funcionamento do pavilhão de Portugal e c) Aquisição de serviços de manutenção diária, preventiva e curativa, do pavilhão de Portugal.

Apesar do adiamento da exposição, o BIE autorizou que se mantivesse o nome de “Expo 2020 Dubai”, continuando o lema a ser “*Connecting Minds, Creating the Future*”. Os países participantes poderão assim partilhar as suas experiências de desenvolvimento e inovação, difundir ideias e projetos sobre o futuro e explorar, em conjunto, novas abordagens às temáticas da mobilidade, sustentabilidade e oportunidades de conexão.

Será a primeira vez que um país do Médio Oriente organiza uma exposição mundial. De acordo com as últimas estimativas da organização, divulgadas antes da pandemia, eram esperados 15,5 milhões de visitantes durante os seis meses de duração do evento, 70% dos quais estrangeiros, bem como a participação de 192 países. Com a atual situação sanitária e dada a evolução da pandemia por todo o mundo, a organização não divulgou ainda novas estimativas de visitantes.

2. Participação de Portugal na Expo 2020 Dubai

A participação portuguesa na Expo 2020 Dubai procura, em primeira linha, contribuir para o aprofundamento das relações políticas, económicas e culturais entre Portugal, os Emirados Árabes Unidos e os restantes países da região.



Para a concretização deste desiderato e, dessa forma, potenciar a participação de Portugal na Expo 2020 Dubai, é necessário desenvolver um conjunto de ações/atividades que contribuam para:

- Posicionar Portugal como um país acolhedor, onde se cruzam culturas e se constroem parcerias para o desenvolvimento de novos projetos;
- Promover a língua portuguesa enquanto idioma de negócios e de interação cultural e científica entre povos;
- Consolidar a atratividade que Portugal tem vindo a conquistar enquanto país renovado, central, inovador e multicultural;
- Promover a diversidade do território português, dos seus recursos naturais, culturais e turísticos;
- Fomentar o intercâmbio educativo, cultural e científico;
- Explorar novos mercados e dinamizar a internacionalização da economia portuguesa, com destaque os setores que apresentam soluções direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável;
- Valorizar o talento nacional, as infraestruturas materiais e imateriais e outros fatores diferenciadores que fazem de Portugal um destino de eleição para investidores estrangeiros.

Partindo do histórico de visitantes que, em edições anteriores, o pavilhão de Portugal captou, dos objetivos definidos para a participação portuguesa e das estimativas já avançadas para a Expo 2020 Dubai, estima-se que seja possível captar cerca de 7,5% do total de visitantes para o pavilhão de Portugal, segmentados de acordo com as seguintes categorias:

- Público geral: visitantes individuais, grupos e famílias que visitam este tipo de exposições motivados pela curiosidade, descoberta, diversão e aquisição de conhecimento geral;
- Individualidades: altos dignatários e representantes de entidades governamentais, organismos públicos e comitativas de outros países participantes numa abordagem de diplomacia e de reforço das relações institucionais;
- Empresarial: indivíduos, empresas e associações empresariais que visitam este tipo de exposições com o objetivo de identificar novas oportunidades de contactos e de negócios, numa abordagem profissional;
- Conhecimento: alunos, professores, investigadores e profissionais académicos, que visitam este tipo de exposições com o objetivo de obter conhecimento específico e especializado;
- Temático: indivíduos e grupos diversos que procuram experiências temáticas;
- Comunicação social: profissionais individuais ou de organizações das áreas de jornalismo, imprensa, comunicação organizacional, publicidade, relações públicas e *marketing*.



Com o objetivo de promover a inclusão social, foram ainda definidas duas categorias de visitantes transversais a todas as anteriores:

- Locais: indivíduos ou grupos de pessoas que possuem características associadas à sua origem, crenças ou cultura, e que justificam a personalização de algumas das experiências oferecidas;
- Necessidades especiais: indivíduos ou grupos de pessoas que possuem necessidades especiais, como limitações físico-motoras, sensoriais ou outras, e que, por esse motivo, justificam a adequação de algumas das experiências oferecidas.

A participação portuguesa na Expo 2020 Dubai gerará inúmeras oportunidades para dar a conhecer Portugal, a sua diversidade, a sua língua e o seu carácter universalista, possibilitando que os visitantes do pavilhão de Portugal antevejam o que será visitar, investir, trabalhar e viver em Portugal.

Tendo como fator diferenciador a habilidade de conjugar a história com uma visão de futuro, a Expo 2020 Dubai será um palco privilegiado para promover a capacidade de Portugal para acolher, integrar, influenciar e ser influenciado por outras culturas - e de ser hoje, naturalmente, um país reinventado, multicultural e que está a ser descoberto pelo mundo, tal como está refletido na proposta do título da participação portuguesa:

“Portugal – um mundo num país | Portugal - A world in one country”.

Esta proposta está alicerçada na visão de diversidade e de inclusão, mas também da ambição de que Portugal possa dar um importante contributo para o estreitamento das relações globais entre os povos.

A participação de Portugal na Expo 2020 Dubai constitui uma oportunidade única para a promoção de Portugal e dos seus recursos naturais, culturais e turísticos, com o objetivo de potenciar a cooperação e o intercâmbio educativo, cultural, científico, económico e diplomático, nomeadamente entre os países presentes nesta exposição, permitindo reforçar, assim, a estratégia de internacionalização da economia portuguesa.

O tema da Expo 2020 Dubai, *“Connecting Minds, Creating the Future”*, representa também uma oportunidade para a participação portuguesa, uma vez que potencia a partilha com o mundo da visão de sociedade global inscrita na história e na génese do povo português.

Este tema está alicerçado em três subtemas: mobilidade, oportunidade e sustentabilidade - áreas onde Portugal se tem destacado pelas opções políticas e sucessos alcançados.



A proposta do “Theme Statement” da participação portuguesa: «Portugal - um mundo num país | Portugal - A world in one country» foi submetida à organização da Expo 2020 Dubai em 24 de outubro de 2018 e aprovada pelo “Theme Statement Review Committee” em 14 de novembro de 2018.

3. Modelo Funcional

O pavilhão de Portugal terá as seguintes áreas funcionais:

- Expositiva – zona destinada aos conteúdos expositivos a desenvolver a partir de um guião definido no âmbito das funções do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e das recomendações do Conselho Consultivo (CC). Os conteúdos expositivos serão repartidos por duas áreas: experiência central e experiência personalizada;
- Polivalente – zona dedicada ao restaurante, com um espaço adjacente para a realização de atividades culturais e empresariais, a definir no âmbito das funções do GTI e das recomendações do CC. Possibilidade de concessão do restaurante e da zona polivalente, no quadro das regras estabelecidas pela organização da exposição;
- Protocolar – Sala VIP da representação oficial de Portugal para receber as entidades nacionais e estrangeiras que visitarem o pavilhão;
- Administrativa – zona de apoio às atividades relacionadas com o funcionamento diário do pavilhão;
- Comercial – Uma *Concept Store* e espaço de cafetaria localizadas na praça coberta, no final do percurso dos visitantes, onde serão comercializados produtos portugueses de qualidade e que cumpram as regras estabelecidas pela organização da exposição;
- Técnica – zona destinada a instalações técnicas, armazém e serviços de apoio.

4. Modelo Institucional

A idealização da participação portuguesa está a ser assegurada pelo Comissário Geral de Portugal para a Expo 2020 Dubai, com os contributos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e do Conselho Consultivo (CC), ambos criados no quadro da Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2018, de 30 de agosto, que asseguram, em função das respetivas atribuições, o desenvolvimento da dimensão conceptual e programática da participação e a necessária articulação interministerial.

Na dimensão executiva e operacional, o Comissário Geral de Portugal está a ser coadjuvado na sua missão pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. no cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, que aprova os estatutos da Agência, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 219/2015, de 8 de outubro, sendo a Agência responsável pelo



planeamento, organização e articulação da participação de Portugal, contando ainda com uma estrutura local de acompanhamento nos Emirados Árabes Unidos.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo (CC) é composto por personalidades e líderes de opinião de vários sectores da sociedade civil, designadamente da área cultural, empresarial e académica, com o objetivo de emitir pareceres sobre questões que sejam submetidas à sua consideração pelo Comissário Geral, podendo, a título excecional, ser convidadas a participar nas reuniões outras personalidades ou entidades, públicas ou privadas, cuja presença beneficie os trabalhos de organização da participação de Portugal. Integra também o Conselho Consultivo, por inerência, o Embaixador de Portugal em Abu Dhabi.

Equipas Técnicas de Apoio ao Comissário Geral de Portugal e à AICEP

As equipas técnicas de apoio têm atualmente a seguinte composição:

A equipa técnica de apoio, com reporte direto ao Comissário-geral de Portugal, é composta por três colaboradores, contratados a termo certo, para apoio nas áreas de Comunicação & *Design*, Inovação Colaborativa e Experiência do Visitante e também na Programação.

O Comissário-geral de Portugal conta também com um Chefe de Gabinete e uma Assistente Executiva, ambos contratados a termo certo.

A AICEP, enquanto entidade executora, dispõe de uma equipa técnica de colaboradores, em Lisboa e no Dubai, que garantem o planeamento e a implementação de todas as atividades necessárias para garantir a participação portuguesa na Expo 2020 Dubai. Dada a complexidade desta missão, estas duas equipas técnicas reportam diretamente ao Conselho de Administração da AICEP.

As atuais equipas da AICEP, em Lisboa e no Dubai, têm a seguinte constituição:

Em Lisboa, é composta por: (i) um gestor do projeto; três técnicas e uma colaboradora de apoio administrativo, todos contratados externamente, a termo certo.

No Dubai, a equipa tem a seguinte composição: (i) o Diretor do pavilhão de Portugal; (ii) um colaborador para apoio administrativo e um tradutor, ambos contratados localmente, a termo certo.

Como já referido, o ponto nº 7 da RCM nº 61/2020, de 12 de agosto, determina que relativamente aos prazos previstos no n.º 3.3 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2018, de 21 de dezembro, compete ao Conselho de Administração da AICEP, E. P. E. (CA), avaliar e autorizar a



manutenção da contratação dos elementos das equipas técnicas, podendo aquelas contratações terminar, no limite, em 31 de dezembro de 2022. Portanto, na altura própria e de acordo com a evolução da preparação da participação portuguesa o Conselho de Administração decidirá que contratos de trabalho, a termo, deverão ser renovados.

O Conselho de Administração irá propor à Tutela uma nova contratação local no Dubai de um técnico/a para apoiar o Diretor de pavilhão no período de abertura ao público da exposição, entre 1 de setembro de 2021 e 30 de abril de 2022.

Para o alojamento do Comissário-geral, do Vice-Comissário-geral e dos colaboradores da AICEP que forem para o Dubai e de Portugal para apoiar a operação do funcionamento do pavilhão de Portugal serão arrendados apartamentos na Expo Village pelos períodos que o Conselho de Administração considerar necessários. No orçamento apresentado à Tutela, está considerada uma verba para o arrendamento destes apartamentos.

5. Conceção e Construção do pavilhão de Portugal

O lote reservado para o pavilhão de Portugal (C-184) é do tipo “médio”, com uma área total de 1.860m² (62m x 30m). Fica localizado entre as zonas temáticas dedicadas aos sub-temas “Mobility” e “Sustainability”, em frente do “Jubilee Park”. O projeto de arquitetura foi concebido para que a estrutura do edifício seja desmontável e permita uma segunda utilização.

A AICEP endereçou um convite às 20 principais empresas portuguesas do setor de construção civil para manifestarem o seu interesse em apresentar propostas para o projeto de conceção e construção do pavilhão de Portugal, tendo lançado na plataforma Vortal o procedimento, por consulta prévia, às 3 empresas que aceitaram o convite, designadamente a Casais Engenharia e Construção, S.A., a Teixeira Duarte Engenharia e Construção S.A. e a Lúcius, S.A.

Apenas duas empresas apresentaram proposta - a Casais Engenharia e Construção, S.A. e a Teixeira Duarte Engenharia e Construção S.A., tendo a empresa Casais – Engenharia e Construção, S.A. sido a vencedora deste procedimento de contratação pública.

O contrato foi assinado entre a AICEP e esta empresa no dia 30 de julho de 2019, tendo o Tribunal de Contas concedido o visto prévio a este contrato no dia 11 de setembro de 2019.

No que se refere ao procedimento de contratação pública, por consulta prévia, para o apoio técnico de engenharia e fiscalização da empreitada de construção do pavilhão de Portugal, a AICEP convidou 7



empresas portuguesas da especialidade, tendo quatro apresentado proposta, designadamente a FASE - Estudos e Projetos, S.A., a GEG – Gabinete de Estruturas e Geotecnia, Lda., a TPF – Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A. e a Vitor Hugo – Coordenação e Gestão de Projetos, S.A.

O Júri deste procedimento decidiu adjudicar esta prestação de serviços à empresa Vitor Hugo – Coordenação e Gestão de Projetos, S.A.

O pavilhão de Portugal encontra-se atualmente em construção, estando a conclusão das obras prevista para o dia 31 de outubro de 2020 e a obtenção do “Building Construction Certificate” (BCC) para o final do mês de novembro de 2020.

6. Conceção dos Conteúdos Expositivos

O Comissário-geral definiu o Conceito Global da participação portuguesa na Expo 2020 Dubai e o Guia dos Conteúdos Expositivos do pavilhão de Portugal que foram integrados nas cláusulas técnicas do caderno de encargos do procedimento de contratação pública, por consulta prévia, para a conceção dos conteúdos expositivos.

O Conceito Global e Guia de Conteúdos Expositivos foram aprovados pelo Conselho Consultivo na sua reunião de 4 de novembro de 2018, tendo o Grupo de Trabalho Interministerial aprovado o Conceito Global e o Guia de Conteúdos Expositivos na sua reunião de 10 de janeiro de 2019.

A AICEP endereçou um convite a 11 empresas portuguesas de arquitetura e *design* para manifestarem o interesse em apresentar propostas para o projeto de conceção dos conteúdos expositivos do pavilhão de Portugal. Foi lançado na plataforma Vortal, em 29 de abril de 2019, o procedimento de contratação pública, por consulta prévia, para a conceção dos conteúdos expositivos do pavilhão de Portugal, tendo três empresas apresentado propostas, designadamente: a Museums & Expos International Limited, a Baixa Atelier Arquitectura, Lda / Havas Design Portugal, Lda e a JLCG – Arquitectos, Lda.

O Júri, após recomendação da Direção Jurídica da AICEP, excluiu as propostas das empresas Baixa Atelier Arquitectura, Lda / Havas Design Portugal, Lda e JLCG – Arquitectos, Lda. e propôs ao Conselho de Administração da AICEP a adjudicação do contrato à empresa Museums & Expos International Limited (MUSE).

Os conteúdos expositivos da participação nacional foram desenvolvidos pela empresa MUSE a partir da narrativa das realizações portuguesas, desde o contributo pioneiro dos Descobrimentos para a globalização, até ao Portugal contemporâneo e moderno dos dias de hoje.



O conteúdo da exposição está dividido em 4 grandes áreas:

- Apresentação: no exterior do pavilhão serão utilizadas estruturas para assinalar e apresentar os conteúdos e a narrativa da participação de Portugal;
- Acolhimento: área comum ligada ao espaço público onde serão disponibilizadas várias ações interativas;
- Experiência: área central do pavilhão que será dividida em duas subáreas. Uma área de experiência global, composta por um evento multimédia cíclico de grande impacto e uma área de experiência personalizável, onde o visitante poderá escolher interagir com conteúdos multimédia sobre variados temas;
- Relação: uma subárea de restauração onde o visitante poderá contactar com a gastronomia portuguesa. Será também criado um espaço polivalente para fóruns de negócios, exposições temporárias, espetáculos culturais e *showcases* temáticos. Por último, será criado um terraço que irá ligar os dois espaços anteriores, e permitir que o visitante possa assistir às atividades do “Jubilee Park”.

A narrativa e os conteúdos do pavilhão de Portugal serão projetados tendo por base as vantagens competitivas e fatores distintivos de Portugal em cada um dos três subtemas da Expo 2020 Dubai:

- Oportunidade: os portugueses têm talento para criar oportunidades numa multiplicidade de cenários, sendo conhecida a sua capacidade de acolhimento, na produção científica e no desenvolvimento tecnológico, mas também na capacidade de potenciar os recursos energéticos, no aproveitamento do mar como recurso único, e na valorização das pessoas e da sua identidade.
- Mobilidade: hoje Portugal contribui para a mobilidade através da difusão de talento - cultura e língua por diversas geografias. De uma forma colaborativa e sustentável, juntamos mobilidade de conteúdos com mobilidade de pessoas, numa relação biunívoca de partida e de acolhimento.
- Sustentabilidade: os portugueses têm um ADN criativo e uma capacidade para reinventar funcionalidades. A diversidade do seu território e a capacidade tecnológica transformou Portugal num laboratório social e tecnológico de sustentabilidade, permitindo que no presente se possa ambicionar construir um futuro sustentável.



Pretendeu-se, assim, que na viagem por estas quatro áreas os visitantes se cruzem com a diversidade e as ligações entre os povos, que desenvolvam um sentimento de proximidade em relação ao nosso país e que fiquem com vontade conhecer o Portugal do futuro.

7. Produção, montagem, manutenção e desmontagem dos Conteúdos Expositivos

O Conselho de Administração da AICEP, reunido em 4 de fevereiro de 2020, (i) no uso da autorização que lhe foi concedida para a realização da despesa relativa à aquisição de serviços de produção, montagem, manutenção e desmontagem dos conteúdos expositivos do pavilhão de Portugal na Expo 2020 Dubai, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 149/2019, de 5 de setembro, pelo valor máximo de € 2.500.000,00, ao qual acrescia IVA à taxa legal em vigor; (ii) no uso das competências que lhe foram subdelegadas pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, nos termos do Despacho n.º 8649/2019, de 1 de outubro de 2019, para a prática de todos os atos a realizar no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 149/2019, de 5 de setembro, deliberou autorizar a abertura do procedimento de contratação pública, por concurso público com publicidade internacional no JOUE, para a celebração deste contrato.

Apresentaram propostas as quatro seguintes empresas: (i) MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.; (ii) MULTILEM – *Design* e Construção de Espaços, S.A.; (iii) CASAIS – Engenharia e Construção, S.A e (iv) o agrupamento IBERSOUK.

Depois de analisadas todas as propostas, o júri do procedimento decidiu propor ao Conselho de Administração da AICEP a exclusão das quatro propostas por não cumprirem o Código dos Contratos Públicos.

8. Adaptação do projeto dos Conteúdos Expositivos para mitigar os riscos da COVID 19

A situação de pandemia do COVID 19 obrigou a equacionar novos cenários, impondo que os conteúdos expositivos do pavilhão de Portugal se adequem a uma nova realidade, designadamente à nova necessidade de mitigar riscos de contágio aquando da interação com os mesmos pelos visitantes. Foi, portanto, necessário adaptar o projeto dos conteúdos expositivos à possibilidade dos visitantes e dos colaboradores que irão trabalhar no pavilhão de Portugal terem de conviver com um cenário de risco de infeção, eliminando ecrãs tácteis e aumentando as áreas da experiência central e da experiência personalizada para que seja possível implementar o distanciamento social.



A par da necessidade de mitigar riscos de contágio aquando da interação com os conteúdos expositivos, acresce a necessidade de reduzir custos, dada a grave situação económica gerada pela pandemia.

Assim, a AICEP assinou uma adenda ao contrato com a empresa Museums & Expos International Limited (MUSE), no sentido de ajustar o projeto dos conteúdos expositivos à nova realidade da pandemia e de reduzir, em € 500.000, o limite orçamental do preço base do novo concurso público, com publicitação internacional, a lançar até ao fim de 2020, para a aquisição de serviços da produção, montagem, manutenção e desmontagem dos conteúdos expositivos.

9. Operação e manutenção diária do pavilhão de Portugal

A RCM nº 61/2020, de 12 de agosto determina, no seu ponto 4, alterar o nº 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2019, de 5 de setembro, estabelecendo montantes mais reduzidos para os preços base dos procedimentos de contratação pública para a aquisição de serviços de produção, montagem, manutenção e desmontagem dos conteúdos expositivos e também para a manutenção diária do pavilhão de Portugal. Estão a ser preparadas as peças destes procedimentos de contratação pública para os lançar oportunamente na plataforma Vortal.

10. Programação Cultural

A programação cultural constitui, a par da arquitetura e *design* do pavilhão de Portugal e da qualidade do seu conteúdo expositivo, um dos elementos chave para atrair visitantes, o que requer uma especial atenção na sua preparação e divulgação aos potenciais visitantes, através dos “media” locais e das redes sociais.

O Conselho Consultivo e o Grupo de Trabalho Interministerial aprovaram o “Conceito Programático” apresentado pelo Comissário-geral. Este conceito considera 3 dimensões que se intersectam: i) uma temporal, na qual se refletem os períodos pré-Expo (‘ANTES’), Expo (‘DURANTE’) e o ‘LEGADO’; ii) outra espacial, que define os espaços de atuação em cada uma das fases temporais (palcos ‘Portugal’, ‘pavilhão de Portugal’, ‘Dubai’), coincidentes, em boa parte, com o conceito global definido para o pavilhão de Portugal nas suas quatro grandes áreas expositivas (‘Apresentação’, ‘Acolhimento’, ‘Experiência’ e ‘Relação’); iii) uma terceira dimensão, a que diz respeito aos Recursos Humanos e Financeiros, que preveem alguns dos fatores críticos condicionantes da operacionalização em cada uma das dimensões anteriores.

Devido à situação da pandemia e à eventual possibilidade de ter que ser mantido o distanciamento social durante o período da exposição, a programação cultural está a ser reanalisada pelo Comissário-geral,



nomeadamente no que se refere à revisão dos 8 programas seguintes que integram o Conceito Programático:

1. Rota;
2. Novas Estórias;
3. Tempo de Oportunidades;
4. Na Primeira Pessoa;
5. A identidade Intemporal;
6. Criando o Futuro;
7. Ser Português;
8. “A World in One Country”.

11. Comunicação & Design

O Comissário-geral está a preparar um plano de comunicação para implementar ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, depois de ouvidos o Conselho Consultivo e o Grupo de Trabalho Interministerial.

No plano institucional, serão também definidas atribuições e metodologias de trabalho de relações públicas para a preparação de visitas de membros do Governo português, de altos dignatários dos EAU e de outros países participantes, dando especial atenção à celebração do Dia Nacional de Portugal na Expo 2020 Dubai.

12. Celebração do Dia Nacional

Face ao adiamento da exposição, o Comissário-geral propôs à organização da Expo 2020 Dubai que a celebração do Dia Nacional de Portugal na Expo 2020 Dubai se realize no dia 14 de janeiro de 2022, o que foi aceite pela Organização da Expo 2020 Dubai. A comemoração do Dia de Portugal constitui o ponto mais alto da nossa participação nesta exposição mundial.

Sem prejuízo dos aspetos organizativos e de programação específica que vierem a ser estabelecidos, desde já se definem três momentos para esta celebração:

- 1) Institucional (Período da manhã e almoço)
 - Hino e hastear da bandeira nacional;
 - Boas vindas;
 - Visita ao pavilhão de Portugal;
 - Discursos;



- Homenagem a cidadãos nacionais que se tenham distinguido localmente;
- Almoço institucional.

2) Visita ao Recinto (período da tarde)

Visita ao recinto, identificando os pavilhões a visitar em função dos objetivos político-económicos, horários e circuitos possíveis.

3) Espetáculo (período da noite)

Espetáculo que marcará o culminar das comemorações do Dia Nacional.

Para além do programa de representação institucional, serão programadas várias atividades de carácter cultural, com conteúdo e plano de divulgação a definir.

13. Promoção do Relacionamento Económico Bilateral

A presença de Portugal na Expo 2020 Dubai deverá ser concebida como uma janela de oportunidade para o fomento do intercâmbio económico entre Portugal e os EAU, nas áreas da atração de investimento estrangeiro para Portugal, a promoção do nosso País como destino turístico e potenciar o desenvolvimento das trocas comerciais entre os dois países, designadamente através de ações destinadas à promoção das empresas e produtos e serviços portugueses.

O Comissário-geral identificou sete setores de interesse para promover durante a participação portuguesa nesta exposição, através de missões empresariais, semanas temáticas, conferências e seminários, designadamente o Aeroespacial, a Economia azul, as Energias renováveis, o Empreendedorismo e Ciência, a História e Cultura e o Turismo e Hospitalidade.

Como consequência da situação de emergência sanitária provocada pela COVID 19 a organização repensou toda a programação e publicou o “Specialist Programme”, documento que define dois tipos de eventos: os que estão incluídos nas 8 semanas temáticas (Theme Weeks) e os que decorrem durante o período de 6 meses da exposição.

A AICEP está a analisar este documento para definir a estratégia a implementar para a programação económica, bem como analisar se existem instrumentos financeiros, designadamente apoios comunitários a que as empresas e as suas associações empresariais e setoriais se possam candidatar para serem utilizados em ações promocionais durante o período da exposição.



14. Parcerias

De acordo com o estabelecido no ponto 2.10 da RCM nº 181/2018, de 21 de dezembro, o Comissário-geral de Portugal deverá implementar medidas que potenciem o envolvimento de parceiros do setor público e privado no financiamento e organização de atividades culturais e de ações de promoção comercial.

Constituindo a Expo 2020 Dubai um evento à escala global, é fundamental a sensibilização dos agentes económicos portugueses para a oportunidade única que pode representar a promoção da imagem das suas empresas junto de milhões de potenciais consumidores e líderes de opinião - o que constituirá uma importante contrapartida para os patrocínios que vierem a disponibilizar.

O programa de parcerias aprovado pelo Comissário-geral e apresentado ao Senhor Secretário de Estado da Internacionalização para angariar mecenas e patrocinadores foi potenciado pela introdução na Lei do Orçamento de Estado para 2020 de uma norma que estabelece que, durante os trabalhos de organização da participação portuguesa na Exposição Mundial do Dubai em 2020, os donativos a favor da Embaixada de Portugal nos Emirados Árabes Unidos para efeitos da referida participação beneficiam do regime previsto no artigo 62.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

15. Programa Educativo

O conteúdo programático da participação portuguesa deverá gerar curiosidade e contextualizar o visitante com a história do país e o futuro que se projeta. Será baseado no espetáculo “A world in one country”, que se perspetiva como sendo uma demonstração da história portuguesa e da visão de futuro partilhado, com enfoque em projetos colaborativos e educativos, com utilização de recursos tecnológicos.

Será dado destaque à utilização de metodologias “learning by doing”, de apropriação de conteúdos de uma forma lúdica, através da conexão entre sistemas passivos e interativos presentes no percurso expositivo do pavilhão de Portugal. De destacar, neste ponto, a possibilidade de todos os públicos interagirem com a língua portuguesa e de se criarem oportunidades para a sua aprendizagem, em tempo real, através da escrita, de sons e de imagens, passando pela imersão da descoberta do território, dos recursos naturais, culturais e turísticos de Portugal.

Com o objetivo de promover a vertente educativa e científica, serão dinamizadas apresentações de casos exemplificativos da capacidade criativa dos portugueses, em diferentes setores de atividade.



Na dimensão de diversidade, inclusão e de participação colaborativa, serão criados sistemas interativos para que os visitantes possam colocar a sua perspetiva sobre as principais temáticas definidas pela organização da Expo 2020 Dubai – Oportunidade, Sustentabilidade e Mobilidade.

16. Restaurante, Espaço Polivalente e *Concept Store*

O pavilhão de Portugal dispõe de um restaurante no segundo piso onde o visitante poderá descobrir a gastronomia portuguesa num ambiente contemporâneo. O espaço de restauração é completado por uma zona de terraço onde o visitante poderá assistir às atividades do «Jubilee Park». Ao lado do restaurante existe um espaço polivalente que poderá receber fóruns de negócios, exposições temporárias, espetáculos culturais e *showcases* temáticos.

Estava prevista a concessão do funcionamento do restaurante. mas a situação de pandemia veio afetar de forma muito significativa o negócio da restauração pelo que a AICEP e o Comissário-geral estão a ponderar a melhor solução para o seu modelo de funcionamento. No orçamento apresentado à Tutela, está considerada uma verba para a aquisição do equipamento de cozinha.

O conceito “Portugal Concept Store” irá ser testado no pavilhão de Portugal na Expo 2020 Dubai. A zona da loja ficará localizada no piso térreo e receberá os visitantes do pavilhão no final do percurso expositivo, potenciando assim a aquisição de produtos portugueses de qualidade que estarão expostas numa área de 75 m². Serão valorizados produtos com “design” apelativo e inovador, mas também produtos que promovam a tradição portuguesa. A “Portugal Concept Store” terá também uma zona de cafetaria. No orçamento apresentado à Tutela, está considerada uma verba para a exploração da loja.

17. Orçamento e Controlo da Execução Orçamental

A AICEP é responsável pelo controlo orçamental e implementação de procedimentos internos que asseguram a responsabilidade pela gestão do orçamento, pelo pagamento a fornecedores, em Portugal e nos Emirados Árabes Unidos, por eventuais receitas e pelo controlo de execução orçamental, de acordo com a legislação em vigor.

A Direção Financeira preparou o Relatório de Execução Financeira relativo aos anos de 2018 e 2019, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da AICEP no passado dia 25 de agosto de 2020.

De acordo com os regulamentos da Expo 2020 Dubai, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) pago pelos países participantes é reembolsável nas despesas consideradas elegíveis pela organização da Expo, que publicou o “Value Added Tax Guide” com toda a informação sobre esta matéria.



A participação portuguesa vai necessitar de contratar, em 2021, uma empresa com experiência na área da fiscalidade nos Emirados Árabes Unidos para nos apoiar não apenas no reembolso do IVA mas também na fiscalidade aplicável às atividades comerciais do restaurante e da “Concept Store” para que a AICEP possa cumprir com a legislação fiscal local.

18. Planeamento e Coordenação

O adiamento da exposição pelo período de um ano e a situação de pandemia do COVID 19, com especiais implicações no Dubai ao nível das restrições de mobilidade e de enormes dificuldades na atividade empresarial dos fornecedores da obra, levou a que o prazo de conclusão dos trabalhos de construção do pavilhão de Portugal tenha sido prorrogado para o dia 31 de outubro de 2020, a que se seguirá a receção provisória da obra e a obtenção do “Building Completion Certificate” da organização da Expo 2020 Dubai. O início da montagem dos conteúdos expositivos está previsto para o próximo dia 1 de abril de 2021.

Conforme já foi referido, o procedimento de contratação pública, por concurso público com publicitação internacional, relativo à produção, montagem, manutenção e desmontagem dos conteúdos expositivos ficou vazio. Por outro lado, para mitigar os riscos de contaminação do COVID 19 e para reduzir custos foi assinada uma adenda ao contrato com a empresa Museums & Expos International Limited (MUSE) para reprogramar os conteúdos expositivos e reduzir € 500.000,00 no preço base do novo procedimento de contratação pública a lançar em breve.

Como também já foi referido, encontram-se a ser preparados os planos de comunicação e da programação cultural e empresarial.

O procedimento de contratação pública, por concurso público com publicitação internacional, para a aquisição de serviços para a operação diária do funcionamento do pavilhão será lançado na plataforma Vortal ao fim de 2020, com o preço base e as condições de pagamento estabelecidas na RCM nº 61/2020, de 12 de agosto.

O procedimento de contratação pública, por consulta prévia, para a manutenção diária do pavilhão será lançado na plataforma Vortal até ao fim de 2020, com o preço base e as condições de pagamento estabelecidas na RCM nº 61/2020, de 12 de agosto.

De acordo com os regulamentos da organização, os pavilhões deverão ser desmontados após a exposição, devendo os lotes ser entregues até ao dia 10 de outubro de 2022. Conforme estabelece a RCM nº 181/2018, de 21 de dezembro, será, nessa ocasião, efetuada uma análise ao potencial de uma segunda utilização do pavilhão de Portugal, devendo ser consideradas as opções que resultaram da Exposição



Ibero-Americana em 1929, da Expo Hannover em 2000 ou do pavilhão da Água na Expo Lisboa em 1998. Assim, e sob proposta do Comissário-geral de Portugal, será apresentada a opção mais eficiente para a desconstrução do pavilhão de Portugal, tendo em atenção as oportunidades identificadas, os parâmetros de custo /benefício e o financiamento da operação. Independentemente da opção que vier a ser decidida, será sempre efetuada a recuperação de materiais e componentes da construção e, conseqüentemente, a sua reutilização e/ou reciclagem.

19.Procedimentos de Contratação Pública

A AICEP está sujeita ao Código dos Contratos Públicos, pelo que será responsável pelo cumprimento das regras da contratação pública e designadamente pelas normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, e diplomas subseqüentes, no que se refere a despesas realizadas pela AICEP no âmbito da Expo 2020 Dubai.

20.Relatórios Periódicos e Relatório Final

Nos termos previstos na Resolução do Conselho Ministros nº 61/2020, de 12 de agosto, o reporte de informação será efetuado da seguinte forma:

- Relatório das atividades desenvolvidas, com periodicidade semestral, que inclui informação sobre a execução orçamental;
- Relatório Final e Fecho de Contas da participação portuguesa na Expo 2020 Dubai, até ao dia 31 de dezembro de 2022, que deverá incluir uma avaliação do impacto desta participação, garantindo assim a existência de indicadores que conformem as decisões futuras sobre participações em eventos desta natureza. Na análise custo-benefício, deverão ser tidos em consideração, entre outros parâmetros, a relação entre os objetivos definidos, os resultados obtidos e os custos da operação, dando particular enfoque ao volume de visitantes e ao retorno estimado em termos de comércio externo, captação de investimento e fluxos turísticos.

Nota final EXPO20202DUBAI:

Como referido, a crise de saúde pública e as restrições de mobilidade que a pandemia de COVID 19 gerou em todo o mundo e designadamente nos Emirados Árabes Unidos (EAU), determinaram o adiamento da Expo 2020 Dubai. A proposta das autoridades dos EUA foi aceite pelo Bureau International des Expositions (BIE), a 29 de maio de 2020, tendo levado à fixação de uma nova data de inauguração – o dia 1 de outubro de 2021 - e de encerramento - o dia 31 de março de 2022.



Este adiamento das datas da exposição, as enorme dificuldades criadas pela pandemia no ritmo dos trabalhos de construção dos pavilhões e dos fornecimentos de materiais e equipamentos pelos diversos subempreiteiros, bem como a necessidade de adaptar os conteúdos expositivos, para mitigar os riscos de contágios de COVID 19 entre os visitantes da exposição, e a reprogramação dos eventos culturais por forma a manter o distanciamento social, terão como consequência que muitas das despesas relacionadas com a preparação da participação serão realizadas durante o ano de 2021.

Portanto, das despesas na: (i) produção, montagem, manutenção e desmontagem dos conteúdos expositivos, bem como o necessário apoio de trabalhos de construção civil; (ii) na gestão do funcionamento diário do pavilhão de Portugal durante os 183 dias da exposição; (iii) na gestão diária do pavilhão; nas atividades de programação cultural e económica e também com a implementação do plano de comunicação serão concentradas no ano de 2021. Por outro lado, o adiamento da exposição vai ter como consequência que o pavilhão vai estar encerrado durante 3 meses (janeiro a março de 2021), período durante o qual é necessário contratar uma manutenção da estrutura e dos seus equipamentos.

Por outro lado, têm de ser renovados, por mais um ano, os contratos de trabalho com os colaboradores das equipas que, em Portugal e nos Emirados Árabes Unidos, estão a organizar a participação portuguesa na Expo e que foram contratados, a termo, para este efeito. A equipa local tem de ser reforçada com a contratação, a termo, de mais 3 técnicos, durante o período de agosto de 2021 a abril de 2022, para garantir o bom funcionamento do pavilhão de Portugal e uma visita de grande qualidade dos seus visitantes.

As equipas que serão deslocadas de Portugal e de Abu Dhabi para o Dubai para garantir o bom funcionamento do pavilhão de Portugal, durante 16 horas por dia pelo período de 183 dias, ficarão alojadas no complexo habitacional de 2.100 apartamentos que a organização da Expo 2020 Dubai construiu no recinto da exposição para acolher as delegações dos 192 países participantes. No orçamento da Expo estão consideradas as verbas necessárias para o aluguer de 10 apartamentos durante o período da exposição.

Uma vez que o recinto da Expo se localiza a 20 Km da cidade do Dubai, precisamos de contratar, durante 6 meses uma carrinha de 7 lugares com motoristas, para o transporte diário de pessoas e bens que iremos necessitar deslocar entre a cidade do Dubai e o recinto da Expo.

Ainda em função da alteração do prazo da exposição, solicita-se aprovação para a prorrogação despesa com a renovação do contrato de locação da viatura de serviço do Comissário-geral, atendendo a que a sua nomeação foi prolongada até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelece a RCM nº 61/2020, de 12 de agosto.



Uma vez que o pavilhão de Portugal vai ter atividades comerciais no restaurante e na loja que estarão abertos ao público, tendo a participação portuguesa que pagar semanalmente, de acordo com os regulamentos da Expo 2020 Dubai, um *fee* sobre o valor da faturação e que, por outro lado, o valor do IVA pago pela participação portuguesa num conjunto de despesas é reembolsável, precisamos de contratar localmente uma empresa da especialidade, durante 8 meses, para nos ajudar a cumprir a legislação fiscal do Dubai nestas operações.

A AICEP pretende apresentar uma candidatura ao SIAC – Sistema de Apoio a Ações Coletivas para promover a imagem de Portugal junto dos empresários dos Emirados Árabes Unidos durante a fase de preparação e de funcionamento da exposição aproveitando também o facto da Expo 2020 Dubai ir ser visitada por milhões de visitantes de todo o mundo, se as condições sanitárias o permitirem. No PAO 2021 está incluída uma verba para suportar a componente de comparticipação de 15% do valor da candidatura.

Está previsto que a gestão do restaurante do pavilhão de Portugal seja concessionada durante o período de funcionamento da exposição. No entanto, a aquisição, montagem e desmontagem do equipamento de cozinha é da responsabilidade da participação portuguesa, estando considerada uma verba no orçamento da AICEP para 2021 para suportar este custo.

F. Programa Internacionalizar

Nos termos da RCM 189/2017, a AICEP assegurou a coordenação técnica do Programa Internacionalizar 2017-2019, em articulação com o seu Plano Estratégico, operacionalizando os objetivos e iniciativas definidos, em articulação com os demais agentes e em estreita relação com a rede diplomática e consular.

Assim, apesar do Programa Internacionalizar 2030 ter sido aprovado na generalidade em julho de 2020 em Conselho de Ministros, ainda não foi objeto de publicação. Por outro lado, a AICEP continua a acompanhar e monitorizar as 56 medidas a implementar no âmbito do Programa Internacionalizar 2017/2019, conforme informação abaixo:

1) Atividade da AICEP no âmbito do Programa internacionalizar em 2019:

Nos termos da RCM 189/2017, a coordenação técnica do Programa Internacionalizar (2017-2019) é da competência da AICEP que, através do seu Plano Estratégico, operacionaliza os objetivos e iniciativas definidos, em articulação com os demais agentes e em estreita relação com a rede diplomática e consular.



Relativamente às 56 medidas previstas, foram definidos os responsáveis do lado público, apresentando-se no presente relatório de atividades os principais resultados alcançados relativamente às medidas da responsabilidade da AICEP.

De referir que, a grande maioria das medidas foram executadas com sucesso e no prazo previsto, tendo-se alcançado os objetivos propostos. As medidas relativas ao desenvolvimento da Marca Portugal e à implementação dos Portais, no âmbito da transformação digital da AICEP não foram totalmente implementadas até ao final do Programa, atendendo à sua natureza e complexidade das ações envolvidas, embora estejam já em curso.

Outro ponto a ter em consideração prende-se com o facto de a maioria das medidas produzirem efeitos de longo prazo e terem tido um impacto muito positivo na organização dos processos e modelos de atuação da Agência e reflexo no modo como os vários stakeholders passaram a encarar o papel da AICEP, reconhecendo a sua capacidade de coordenar ações de promoção externa quer na área do investimento quer da internacionalização.

Principais ações no âmbito das medidas da responsabilidade da AICEP em 2019:

Eixo de Intervenção A: Business e Market Intelligence

- Medida A.1. - Mercados Estratégicos para a Internacionalização

A AICEP consolidou o processo de recolha de informação e análise de mercados e passou a apresentar anualmente no âmbito do CEIE-Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia e nas reuniões anuais de Delegados (com a participação de associações e empresas) a sua análise sobre os mercados estratégicos, organizados por sectores e clusters. Esta análise constitui uma referência, permitindo consolidar o quadro de atuação dos diversos agentes, nomeadamente em termos de diplomacia económica.

- Medida A.2. - Estudo Comparado de Estratégias de Internacionalização

O estudo foi realizado e divulgado junto do CEIE e outros parceiros institucionais da AICEP em Março de 2019. Para a sua realização a AICEP procedeu à recolha de informação junto dos pontos de Rede em países específicos (Espanha, Reino Unido, Irlanda, França, Alemanha e Dinamarca) escolhidos em função da relevância e prestígio das suas agências de promoção de investimento e internacionalização, para preparação de conteúdos.



- **Medida A.3 - Desenvolvimento de Ferramenta de Intelligence Competitiva**

Esta medida contempla vários projetos no âmbito da transformação digital da AICEP, que serão apresentados a uma candidatura da Iniciativa de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Ciência de Dados e Inteligência Artificial na Administração Pública, da FCT. No âmbito do seu Plano Estratégico, as primeiras funcionalidades foram apresentadas para o sector do calçado em abril de 2019. A plataforma continuará a ser alimentada com informação setorial e, naturalmente empresas. A plataforma já disponibiliza informação às empresas do setor do calçado, vinhos e têxtil-lar, contando com cerca de 130 empresas inscritas.

Eixo de Intervenção B: Qualificação de Recursos Humanos e do Território

- **Medida B.1. - Programa Nacional de Capacitação para a Internacionalização**

O processo definido para a recolha de informação das ações de capacitação para a internacionalização junto de várias associações, foi consolidado e a AICEP passou a disponibilizar o Plano Nacional de Capacitação. Esta informação é dinâmica e terá que ser continuado o esforço de colaboração por forma a assegurar a eficaz coordenação dos planos de várias entidades, em especial das associações empresariais. Em 2019, o plano incluía 139 ações a realizar em 40 cidades com 16 entidades. Destacam-se neste âmbito as ações da Academia Internacionalizar da AICEP, em colaboração com o ISCTE e a PBS, que resultaram na disponibilização de cursos de formação avançada em internacionalização (Export Advance). Em 2019, a Academia foi alargada a outras regiões do país e Universidades (Export Advance UBI-EXEC; Ecommerce Advance, UMinho EXEC; Ecommerce online).

- **Medida B.2. - Desenvolvimento do Programa Inov Contacto**

Foi assegurado o financiamento para novas edições até 2021, melhorada a proposta financeira do programa e reforçada a proposta de valor do Programa de Formação, que em 2019 foi realizado com a NOVA/SBE.

- **Medida B.3. - Cadastro de Ativos**

Foram definidos critérios para preparação de uma base de dados de ativos públicos em condições de venda e definidos parceiros. O processo de compilação dos ativos é contínuo. O Cadastro de Ativos já inclui 62 ativos (14 AICEP e 48 REVIVE) envolvendo 9 entidades, a AICEP (entidade operacional), Parpública, Secretaria de Estado do Turismo, Turismo de Portugal, Secretaria de Estado do Tesouro, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Estamo, Ministério da Defesa Nacional e Portugal In. Neste âmbito,



importa ainda considerar a Plataforma Portugal Site Selection (gerida pela aicep Global Parques) com uma área de Cadastro de Ativos que conta com 70 ativos.

- **Medida B.5. Promoção e Qualificação de Localizações Empresariais**
Foi realizado um roadshow com 5 ações de formação no âmbito da captação de investimento, internacionalização e apresentação da Plataforma Portugal Site Selection, que ocorreu entre 2018 e 2019, em coordenação com aicep Global Parques e ANMP. A primeira ação teve lugar em Valongo, em novembro de 2018, seguindo-se Lisboa, Vila Real, Beja e Covilhã em 2019, tendo contado com a participação de 20 CIM e 236 municípios.

Eixo de Intervenção C: Financiamento

- **Medida C.5. – Desenvolvimento do Financiamento Multilateral**
A AICEP (no âmbito do Grupo de Trabalho das Multilaterais em parceria com o GPEARI/Ministério das Finanças) consolidou o seu plano Estratégico (2018-2020) do Mecanismo de Acompanhamento das Multilaterais, tendo em vista a dinamização dos instrumentos e oferta nacional junto das IFI'sn e alargado o número de entidades participantes (mais 12). Foram ainda desencadeadas negociações no âmbito do BAFD (Compacto para o Investimento nos PALOP) e avaliada a estrutura do Fundo de Cooperação China-PLP, procurando implementar medidas que o tornem mais acessível aos potenciais interessados.
- **Medida C.7. - Promoção de Escala e Cooperação entre Associações Empresariais e Empresas**
A estratégia comercial da AICEP assenta no desenvolvimento de uma abordagem setorial /fileira, que promova a cooperação e articulação entre agentes e assegure a coordenação de ações de promoção com as associações. Foram realizadas 19 ações de promoção conjunta em vários sectores como a moda, casa, agroalimentar, indústrias culturais e criativas; envolvendo 9 mercados, 590 empresas e 11 associações. Em 2019, destacam-se as ações na fileira casa Milão; moda; Feira Livro Guadalajara; TENT London, e Marais Paris.

Eixo de Intervenção D: Apoio no acesso aos mercados e ao Investimento em Portugal

- **Medida D.1. - Promoção Nacional de Ações de Promoção Externa**
Em finais de 2018, foi apresentado o Plano Nacional de Ações de Promoção Externa para 2019, que consolidava num único documento o plano de promoção da AICEP, o plano de ações aprovadas no



âmbito dos projetos conjuntos, o plano de ação cultural externa, o plano de ações da agricultura e o plano de ações do turismo. Esta foi a primeira versão de um plano anual integrado de ações de promoção nos mercados externos (promovida por agentes públicos e privados) que será alimentado numa base contínua, disponível para todos os interessados (empresas, associações, câmaras de comércio) no site da AICEP e no Portal das Exportações. Em 2019, foi dado seguimento a este trabalho e apresentado o Plano Nacional Ações de Promoção Externa 2020 (PNAPE 2020), com 660 ações, envolvendo 51 entidades, de 25 sectores, dirigidas a 70 mercados.

▪ Medida D.2. - Programa de angariação de Investimento de Targets Seleccionados

Foram identificados gaps de cadeias de valor de empresas target com a colaboração da Rede da AICEP, empresas âncora, associações e outros multiplicadores, de forma contínua. Paralelamente, foi desenvolvido um trabalho em estreita articulação com o GAID-Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora, apoiando iniciativas e pedidos de informação de potenciais investidores. No âmbito desta medida, refiram-se as principais ações de targets seleccionados com envolvimento do Primeiro-ministro, Ministros e Secretário de Estado da Internacionalização (10 ações no Canadá e EUA; 9 ações no âmbito da WEBSummit e 15 em Davos). Relativamente à ação do GAID, foram acompanhados mais de 100 projetos desde 2018, dos quais 25 já foram concretizadas e realizadas 6 ações com a diáspora, que contaram com a presença de mais de 2000 empresários oriundos de 40 países.

▪ Medida D.3. - Portal de Entrada em Portugal (medida D.3.)

No âmbito do Projeto de Transformação Digital da AICEP, foi concluído o processo de Design Thinking. Atendendo a alguns condicionamentos no âmbito do processo de contratação pública, a medida transitou para 2020.

▪ Medida D.4. - Portal das Exportações

A par com a medida D. 3., esta ação transitará para 2020. Em abril de 2019, foi apresentada e disponibilizada a primeira versão do Portal das Exportações ("Plataforma Digital da AICEP") para as empresas do setor do calçado. Para além deste sector, a plataforma já disponibiliza informação às empresas dos vinhos, têxtil-lar, mobiliário e iluminação, vestuário, agroalimentar e materiais de construção, contado com cerca de 130 empresas inscritas e ativas e 120 em avaliação de registo. Prevê-se que a plataforma fique disponível para todos os setores no decorrer de 2020.

▪ Medida D.5. - Desenvolvimento de Cadeias de Valor

No âmbito das Cadeias de Valor (Agroalimentar, Automóvel, Medicamentos, Água e TICE) foram realizadas mais de 1.200 ações, envolvendo 60 mercados com destaque para Alemanha; França; EUA; Espanha; Reino Unido; Itália; Japão e China que contaram com a participação de mais de 1700 empresas.



Foram também realizadas 29 visitas de jornalistas de 17 mercados e 84 visitas de importadores de 38 mercados.

- Medida D.6. - Rede de Fornecedores

Foi realizada uma ação de Rede de Fornecedores com a Renault/Cacia, envolvendo a participação de 14 empresas e reconhecidos dois Clubes de Fornecedores (PSA com 46 empresas fornecedoras previstas e VWAutoeuropa, com previsão 45 empresas fornecedoras). Realizaram-se ainda 84 missões inversas de importadores, envolvendo 8 Fileiras e 38 mercados.

- Medida D.9 - Programa de Aceleração em Mercados Externos

No âmbito do Plano Estratégico da AICEP, destaca-se o desenvolvimento de um projeto com o objetivo de criar e testar várias formas de aceleração, tendo a Agência apoiado a StartUp Portugal em 10 ações de promoção em 7 mercados.

Eixo de Intervenção E: Desenvolvimento da Marca Portugal

Foi iniciado o desenvolvimento de medidas que promovam a imagem dos produtos e serviços portugueses no estrangeiro, no âmbito do desenvolvimento da Marca Portugal, tendo algumas das ações previstas transitado para 2020.

- Medida E.1. - Avaliação da perceção externa da Marca “Portugal”

Foi apresentada proposta de atuação conjunta AICEP e TdP que contempla a aquisição de dois estudos internacionais que permitem avaliar os atributos da marca Portugal em comparação direta com outros países. Em 2020, cada uma das agências deverá adquirir um estudo, seguindo as normas da contratação pública.

- Medida E.2. - Promoção da Marca Portugal

Neste âmbito, foi desenvolvido o programa de Cross-Selling e criada a marca da “Portugal Concept Store” (protótipo 3D de experiência de loja em desenvolvimento).

- Medida E.3. - Promoção de Portugal como destino de Produções Cinematográficas

Foram realizadas várias ações de promoção em diversos mercados (Canadá, Alemanha, Suíça, França e Reino Unido, com especial destaque para as 6 ações dirigidas nos EUA). Até ao momento, foram apoiados pelo Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema 47 projetos de produção e/ou pós-produção de obras cinematográficas e audiovisuais em Portugal.



Eixo de Intervenção F: Política Comercial e Custos de Contexto

- Foi concluída a fase de design thinking da ferramenta de Monitorização de Custos de Contexto à Internacionalização. A implementação da Ferramenta deverá ocorrer em 2020, englobada nos desenvolvimentos a contratar com o procedimento Parceria para a Inovação. A AICEP e a CIP apresentaram os resultados do inquérito sobre Custos de Contexto, que contou com respostas de 166 empresas, das quais 42 não reportaram dificuldades nos processos de exportação e 124 referiram dificuldades de acesso em pelo menos um mercado. Os mercados com maior dificuldade de acesso são o Brasil (19 respostas); Angola (18) e EUA (13).

De referir que, das 20 medidas da responsabilidade da AICEP que tinham seguimento em 2019, 18 foram plenamente executadas e que, apenas 2 medidas estão ainda em fase de implementação (Portal de Entrada em Portugal e Avaliação da perceção externa da Marca Portugal) que foram prolongadas para 2020, atendendo à complexidade das tarefas envolvidas, nomeadamente no que respeita aos processos de candidatura fundos comunitário ou de contratação pública, mais morosos que o inicialmente previsto.

As medidas da responsabilidade da AICEP que têm uma execução contínua deverão continuar a ser executadas ao longo de 2021, destacando-se:

- 1) Eixo de Intervenção A (Business and Market Intelligence): atualização da informação relativa aos Mercados Estratégicos para a Internacionalização (medida A.1.) e continuação da implementação do processo de transformação digital através do desenvolvimento de Ferramenta de Intelligence Competitiva (medida A.3);
- 2) Eixo de Intervenção B (Qualificação de Recursos Humanos e do Território): Continuação do Programa Nacional de Capacitação para a Internacionalização (medida B.1), Desenvolvimento do Programa INOV Contacto (medida B.2.), Cadastro de Ativos (medida B.3) e Promoção e Qualificação de Localizações Empresariais (medida B.4);
- 3) Eixo de Intervenção D-(Apoio no Acesso aos Mercados e ao Investimento em Portugal): Continuação do Programa Nacional de Ações de Promoção Externa (medida D.1), do Programa de Angariação de Investimento de Targets Seleccionados (medida D.2), Desenvolvimento de Cadeias de Valor (medida D.5) e Rede de Fornecedores (D.6);



- 4) Eixo de Intervenção E (Desenvolvimento da Marca Portugal) continuação do trabalho desenvolvido no âmbito das medidas E.1 (Avaliação da Perceção Externa da Marca Portugal) , E.2 (Promoção da Marca Portugal) e E.3 (Promoção de Portugal como Destino de Produções Cinematográficas);
- 5) Eixo de Intervenção F (Política Comercial e de Custos de Contexto), continuação do trabalho desenvolvido relativamente à implementação da Ferramenta de Monitorização de Custos de Contexto à Internacionalização (medida F.4).

G. Encargos decorrentes da participação da AICEP na ETPO e futura associação ETPOA

A AICEP integra a rede das European Trade Promotion Organizations e é membro fundador da associação ETPOA (European Trade Promotion Organization's Association) prevendo-se no seu orçamento para 2021 uma verba no valor total de 6.000 euros relativa a encargos decorrentes desta participação:

Ações Previstas ETPO e ETPOA 2021	Euros
Reunião ETPOA Comitee EUIDC e Comitee Agro (março 2021)	750
Reunião da ETPO Working Group 1º Semestre em 2021 em Bruxelas	750
Reunião da ETPO Working Group 2º Semestre e AG da ETPOA em Bruxelas	1.500
Conferência Anual da ETPO em maio de 2021 em Atenas	1.500
Fee de Participação na Agência	<u>1.500</u>
TOTAL ETPOA 2020	6.000

H. Participação nas Comemorações da Circum-Navegação

Em 2021 a AICEP prosseguirá os trabalhos da organização das Comemorações da Circum-Navegação visando assegurar a realização das ações de carácter económico, que estão a ser desenhadas nos mercados identificados.

I. Participação Web Summit

A AICEP participa desde 2016 na organização e acolhimento do Evento Web Summit, uma das maiores conferências de tecnologia do mundo, que se realizará anualmente em Lisboa até 2028, no âmbito de acordo assinado entre as partes a 5 de novembro de 2018.

As edições de 2018 e 2019 obtiveram recordes de visitantes, tendo correspondido às expectativas das empresas e empresários participantes, dos investidores, das startups às multinacionais, tendo representado para o nosso país uma excelente oportunidade de projeção internacional da economia e das empresas



portuguesas e um evento único de promoção da imagem do nosso país no exterior. A edição de 2020 foi adiada, em função da Pandemia COVID 19 para o mês de dezembro, sendo que será realizada em formato virtual.

A AICEP é responsável por parte das despesas inerentes à realização desta Conferência, prevendo-se para 2021 uma participação no valor de 800 mil euros.

J. Encargos Plurianuais e Atualizações Extraordinárias

Em 2021, à semelhança de anos anteriores, a AICEP procederá ao lançamento de procedimentos de contratação pública para a aquisição, nos anos subsequentes, de serviços, bens e empreitadas de obras públicas, de que se destacam os relativos a seguros, viagens, alojamentos e serviços conexos, manutenção e desmantelamento do pavilhão de Portugal na Expo 2020 Dubai, sendo que, nos casos expressamente previstos na lei, requererá ao Ministério das Finanças e à Tutela Setorial a obtenção das portarias de autorização da extensão dos respetivos encargos.

À semelhança de 2020, a AICEP procederá à atualização extraordinária do preço dos contratos de aquisição de serviços e outros que, nos termos da lei, seja necessário atualizar, como é o caso do contrato de limpeza remetendo, para tal, o competente processo às entidades responsáveis.

K. Orçamento 2021

O orçamento, sendo um documento de referência, foi construído com base em pressupostos de rigor e de critérios de realização de despesas, tendo por base as orientações constantes na circular Série A nº 1399 de 31 de julho de 2020 [Instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2021 para as entidades públicas reclassificadas (EPR)], aprovadas por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Orçamento em 31 de julho de 2020, bem como Despacho 395/2020, SET de 27.7.

Notas preliminares

Para o orçamento do ano 2021, a AICEP:

- Estimou uma redução de 2,605 milhões de euros quando comparado o orçamento de 2020 (redução de 5,11%). Este facto resulta de uma diminuição da despesa com a EXPO2020 (2,688 milhões de euros, atendendo à reprogramação da exposição); redução com os custos da rede diretos (355 mil euros, tendo



em consideração a diminuição dos prestadores de serviços na rede); redução no investimento (742 mil euros, atendendo a que o Plano Estratégico da AICEP está na fase final de implementação) e aumento na despesa com Recursos Humanos (no valor de 841 mil euros);

- Relativamente à Expo2020Dubai, o seu orçamento tem em consideração a Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2020 que “Procede à reprogramação da participação de Portugal na Expo 2020 Dubai”. De acordo com esta resolução: “O calendário inicial da Expo 2020 Dubai previa que o evento decorresse entre o dia 20 de outubro de 2020 e o dia 10 de abril de 2021. Todavia, a crise de saúde pública e as restrições de mobilidade que a pandemia da doença COVID -19 gerou, em todo o mundo, determinaram o adiamento da Expo 2020 Dubai. O referido adiamento, proposto pelas autoridades dos Emirados Árabes Unidos e aceite pelo Bureau International des Expositions (BIE), a 29 de maio de 2020, levou à determinação de uma nova data de inauguração — o dia 1 de outubro de 2021 — e de encerramento — o dia 31 de março de 2022.” Face a este novo calendário e tendo em consideração a referida resolução, a AICEP propõe um custo de 7,611 milhões de euros, para o ano de 2021;
- Pelo segundo ano consecutivo, a AICEP contempla no seu orçamento de receita e de despesa, as despesas com as ações de promoção do TdP nos pontos de rede da AICEP, no valor de 4 milhões de euros. Apesar de solicitado, o Turismo de Portugal não disponibilizou informação detalhada sobre os custos com as referidas ações de promoção, pelo que no orçamento de despesa da AICEP surge apenas um valor global de 3,75 milhões de euros, sem outro detalhe (os remanescentes 250 mil euros, referem-se a custos internos da AICEP a suportar pelo TdP);
- Expurgando a Expo2020Dubai e as ações de promoção do Turismo de Portugal, a AICEP estima uma redução de 1,70% (766 mil euros) no seu orçamento de despesa. Esta redução está associada com a fase final de implementação do “ambicioso” Plano Estratégico (2017 a 2019), alinhado com a estratégia e medidas definidas no Programa *Internacionalizar*. Com a execução do plano estratégico, as despesas com investimento para 2021, foram reduzidas em 21,37% (742 mil euros).

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) apresentado para o ano de 2021 é elaborado com base nos pressupostos macroeconómicos apresentados nas instruções da DGTF sobre a elaboração dos IPG – Instrumentos Previsionais de Gestão, conforme Despacho n.º 395/2020, de 27 de julho, sendo que para a prossecução da sua missão, a AICEP elaborou os seguintes orçamentos para a Sede e Rede:



- Orçamento de Funcionamento – corresponde às despesas correntes e de estrutura, quer a nível a fornecimentos e serviços externos, quer a nível de gastos com pessoal;
- Orçamento de Promoção – relativo a ações a desenvolver em Portugal e no estrangeiro, destinadas a promover internacionalmente o país, as marcas, produtos e empresas portuguesas, a fomentar as exportações, a competitividade e a internacionalização da economia portuguesa, e ainda a manter e captar investimento estrangeiro para Portugal;
- Orçamento de Investimento – refere-se a despesas com a aquisição de bens duradouros para a atividade da Agência, sendo que para 2021 inclui igualmente as despesas referentes à transformação digital que a AICEP está a operar, nomeadamente com o desenvolvimento de novas plataformas para apoiar potenciais investidores e fomentar as exportações portuguesas;
- Orçamento do INOV Contacto – contempla despesas com Programa dinamizado pela Agência, dirigido à formação no negócio internacional de jovens licenciados;
- Orçamento da Expo Dubai 2020 – refere-se a despesas anteriormente referidas no capítulo E;
- Orçamento das ações de promoção do Turismo de Portugal – refere-se a despesas com ações de promoção do TdP, nos pontos de rede da AICEP.

O plano de promoção irá acarretar inevitavelmente custos em Fornecimentos e Serviços Externos acrescidos, quer no país, quer no estrangeiro e que consideramos que não deverão estar abrangidos pelas limitações impostas pela contenção de custos, sendo que o seu financiamento está assegurado por fontes autónomas do Orçamento de Estado, designadamente empresas e fundos comunitários.

É o caso do programa INOV Contacto coordenado pela AICEP e cujos custos estão também refletidos no orçamento que agora se apresenta, contemplando cerca de 250 estágios, realizados em mais de 200 entidades (empresas e entidades oficiais) espalhadas por uma média de 40 países, conforme últimas edições:



Ano	Edição Contacto	Candidatos Integrados	Nº Entidades Participantes	Nº Países Abrangidos
13/14	C18	299	241	39
14/15	C19	298	221	39
15/16	C20	280	203	37
16/17	C21	339	230	46
17/18	C22	262	196	41
18/19	C23	282	215	40
19/20	C24	205	172	31

De seguida apresentam-se mapas resumo do Orçamento de 2021 repartido pelas principais rubricas, bem como detalhe entre Sede e Rede:

Orçamento 2021	Sede	Rede	Total
Funcionamento	17.813.151	16.332.308	34.145.459
Pessoal	13.737.264	13.966.276	27.703.541
FSE	3.829.518	2.328.907	6.158.425
Outros Gastos	246.369	37.125	283.494
Promoção	2.996.690	1.041.602	4.038.293
Pessoal (Aj. Custo)	24.189	1.150	25.339
FSE	2.972.501	1.040.452	4.012.954
INOV Contacto	3.764.354	0	3.764.354
Pessoal (Aj. Custo)	1.000	0	
FSE	261.000	0	261.000
Outros Gastos	3.502.354	0	3.502.354
EXPO 2020 Dubai	5.861.067	0	5.861.067
Pessoal	565.357	0	565.357
FSE	5.295.710	0	5.295.710
Turismo de Portugal	0	3.750.000	3.750.000
FSE		3.704.000	3.704.000
Outros Gastos		46.000	
Investimento	2.513.320	168.021	2.681.341
Total	32.948.582	21.291.932	54.240.514

Nota: Os FSEs relacionados com a Promoção na Sede incluem iniciativas dos mercados.

O valor de gastos com pessoal registado no mapa acima inclui 34 colaboradores ao serviço em exclusivo do Turismo de Portugal, ao abrigo do Protocolo existente entre estes dois organismos, que representa cerca de três milhões e meio de euros, bem como 10 colaboradores afetos a funções no âmbito da organização da Expo 2020 Dubai.

No anexo 7 podem ver-se os valores orçamentados de funcionamento, promoção e investimento para os diversos Pontos de Rede.



Importa referir que a rubrica de gastos com pessoal, bem como o agregado de deslocações e ajudas de custo relacionadas com estas, são de extrema importância para este orçamento, pois referem-se a deslocações em Portugal e ao estrangeiro relacionadas com a atividade de promoção da AICEP.

No âmbito destes custos, muitos estão relacionados com viagens de diplomacia económica com vista à internacionalização da economia portuguesa, de acordo com a missão, objeto e atribuições definidos estatutariamente, cuja atividade tem por base a Resolução de Conselho de Ministros n.º 91/2013, de 7 de novembro de 2013. Esta RCM aprovou a Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego 2014-2020 atendendo-se, nomeadamente, ao previsto no Eixo 5 – Promoção do Investimento (medidas como os Roadshows de promoção e captação do Investimento) e no Eixo 7 – Internacionalização (divulgação da oferta portuguesa).”

O Plano de Atividades para 2021 reflete ainda a continuação da implementação do Plano Estratégico definido pela Administração da AICEP para o período do seu mandato (2017 a 2019), isto porque continuam a decorrer (e irão decorrer em 2021) vários investimentos ainda associados com o Plano Estratégico. Além disso, como já acima foi referido, o Plano Estratégico para o novo triénio terá de aguardar a aprovação do Programa internacionalizar 20/30, para a adequada conjugação de iniciativas e medidas.

Aquele Plano Estratégico consubstancia-se essencialmente no seguinte:

- Manter as exportações na rota de crescimento, com o objetivo de atingir o marco de 50% do PIB até 2025;
- Reforçar a proximidade e o apoio às empresas, especialmente às PME;
- Fomentar o crescimento de um ecossistema orientado para o mercado internacional;
- Continuar a captar investimento em linha com o mandato anterior, com enfoque em investimento criador de emprego, com forte orientação para os mercados internacionais e com um elevado efeito de arrastamento na economia nacional;
- Potenciar a captura de Investimento Direto Estrangeiro, através de um maior enfoque nos mercados prioritários e na rede de FDI Scouts, que são especialistas colocados em mercados-alvo para a captação de investimento;
- Promover a imagem de Portugal, em particular o fortalecimento da marca “Made in Portugal”;
- Otimizar o funcionamento interno da Agência, procurando:
 - Simplificar a relação e o processo de interação com as empresas, via aposta na digitalização
 - Reforçar o foco em resultados e na geração de impacto junto dos “clientes” da Agência



Para potenciar o cumprimento da missão da AICEP, nomeadamente de “Dinamizar as exportações / internacionalização das empresas portuguesas” e de “Atrair investimento e fomentar o reinvestimento em Portugal” o Plano Estratégico 2017-19, assentou em quatro pilares chave que, atendendo a que ainda está em fase de elaboração o novo plano estratégico da AICEP, se manterá em 2021, vindo eventualmente a ser ajustados em função da aprovação do plano para o próximo triénio, conforme acima foi referido.

O primeiro pilar estratégico consiste em assegurar maior enfoque da rede externa da AICEP em servir da melhor forma os mercados identificados como prioritários pela AICEP. Assim, foi objetivo da AICEP proceder, durante 2020, a ajustamentos na alocação de recursos no sentido de alocar os mesmos de forma mais eficiente, com o objetivo de maximizar o binómio custo / impacto potencial. Para tal, a AICEP tinha identificado 17 mercados *core* com base numa priorização de mercados, que assentou no potencial dos vários mercados a nível de Exportações e Investimento (considerando fatores como a dimensão de cada mercado e a quota potencial de Portugal).

No decurso do ano de 2020, a Agência, dentro dos constrangimentos da Pandemia COVID 19, desenvolveu um conjunto de iniciativas com vista à prossecução do seu objetivo estratégico de ser um agente que contribua com propostas de políticas e medidas concretas que valorizem a proposta de valor do espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para as empresas e empresários portugueses.

O segundo pilar diz respeito ao aperfeiçoamento do nível de serviço comercial e ao alargamento da base de empresas apoiadas pela AICEP, através da revisão do modelo de serviço, estabelecendo um modelo de serviço dual (com um nível de serviço mais customizado e próximo do cliente, e um segundo nível de serviço numa lógica de atendimento mais “massificado” e reativo) e da aposta na reformulação dos canais digitais. Dentro deste pilar a AICEP tem como objetivos:

- Prestar um serviço mais próximo e personalizado às empresas com maior potencial e/ou necessidade de apoio e de utilização dos serviços da AICEP;
- Aumentar a especialização e conhecimento comercial dos gestores de cliente da AICEP (via realocação interna das carteiras de cliente e unificação das duas áreas comerciais da AICEP);
- Promover uma relação mais próxima com as associações, procurando reforçar o apoio e influencia na execução dos projetos conjuntos de internacionalização das mesmas, via a criação de especialistas de fileira;
- Alargar o leque de empresas servidas, procurando angariar PME identificadas como prioritárias, mas que não atualmente em carteira na AICEP. Para tal objetivo, será essencial completar a implementação da Transformação Digital da AICEP que permitirá servir, de forma remota, este leque de empresas. De



facto, existindo um universo de cerca de 23 mil empresas exportadoras, e tendo a AICEP uma carteira de clientes ativos de 13 mil, há um universo de 10 mil que não são atualmente servidos pela agência. Só com uma alteração do modelo comercial e uma transformação do canal digital, a AICEP conseguirá chegar a todo este universo.

O terceiro pilar baseia-se no fortalecimento e alargamento da oferta de produtos e serviços da AICEP, com uma aposta clara em:

- Reforçar a componente digital dos produtos da AICEP, promovendo a “massificação” dos produtos de informação e capacitação da AICEP sempre que possível via, por exemplo, a aposta em ferramentas de e-learning;
- Alavancar a transformação digital para lançar novos serviços e ferramentas de apoio às empresas;
- Criar programas de formação e capacitação de maior valor acrescentado para as empresas portuguesas. Em particular, é ambição da Agência reforçar a oferta de ações de formação especializadas e personalizadas a determinados setores e lançar novos programas como:
 - a) Programa de formação avançada em parceria com Universidades e focado na Internacionalização (“Academia da Internacionalização”)
 - b) Programa de apoio a PMEs em internacionalização (aceleradora), alavancando conhecimento de ex-delegados da rede externa da AICEP

O quarto pilar refere-se ao nível interno, onde se pretende reforçar as capacidades internas das equipas, recorrendo à valorização dos recursos humanos, via formação alinhada com as iniciativas do Plano Estratégico, à contratação de novos colaboradores para os quadros da Agência, à implementação de um novo sistema de gestão do conhecimento, à revisão do atual modelo de avaliação de desempenho e acompanhamento da atividade da AICEP e ao ajustamento do modelo organizativo (com o objetivo de simplificar a estrutura organizacional, promover maior interação entre as áreas de negócio e potenciar as medidas previstas no plano estratégico, nomeadamente a transformação digital).

Além destas medidas, foram implementadas outras medidas, que se prevê manter e reforçar ao longo dos próximos anos que visam complementar as medidas já descritas, tais como:

- Reforço da aposta no programa de cross-selling para promover a imagem de Portugal. Este programa tem como objetivo aproveitar eventos de natureza não-comercial (p.ex, eventos culturais internacionais) onde Portugal estará representado para promover a Imagem e os Produtos Made in Portugal. O modelo foi testado em 2019 com a campanha “Sous le soleil du Portugal”, em Paris, no emblemático BHV, prosseguindo-se em 2020 e 2021 com ações noutras mercados-alvo;



- Criação de concurso de ideias que identifique o melhor modelo para promover a marca de produtos portugueses nos mercados externos;
- Dinamização das exportações online dos produtos portugueses;
- Organização de missões de captação de investimento e de entrada em novos mercados;
- Desenvolvimento de iniciativas conjuntas de promoção com outros países europeus em mercados terceiros, aproveitando potenciais fundos europeus;
- Reativação do conselho consultivo da AICEP, constituído por três fóruns bianuais de debate e reflexão das necessidades reais dos stakeholders (empresas, associações, universidades e câmaras de comércio);
- Reformulação do programa INOV Contacto, com vista a aumentar o número de candidatos;
- Realização de um evento anual para apresentar os principais resultados de exportação e investimento do ano anterior e atribuir um prémio de reconhecimento à PME que mais se destacou na área da exportação (já realizado, com assinalável sucesso, o primeiro evento);
- Criação de conselhos económicos para a internacionalização junto das Embaixadas;
- Reforço das relações e parcerias com outras entidades públicas e organismos governamentais para a promoção do investimento em Portugal e da internacionalização do tecido empresarial.

No desenho do Plano de atividades e na distribuição de verbas pelas iniciativas foram tidos em consideração os seguintes fatores:

- Histórico da execução pelos diversos Pontos de Rede;
- Realização de iniciativas elegíveis em termos de fundos comunitários;
- Restrições orçamentais do Organismo;
- Possibilidade de aprovação casuística de ações não previstas no Plano, nomeadamente ao nível de iniciativas governamentais de diplomacia económica.

O Plano de atividades encontra-se dividido em dois capítulos, Atividade Promocional e Inov Contacto. O Orçamento está distribuído da seguinte forma:

	(euros)
Tipologia	Orçamento
1. Atividade Promocional	4.038.292
2. Inov Contacto	3.764.354
Total	7.802.645



1. Atividade Promocional

Ao longo de 2021 a AICEP pretende desenvolver ações que funcionem como catalisadoras da Internacionalização e da Captação de Investimento Estrangeiro estruturante. As iniciativas da Agência são complementares das realizadas por outros agentes económicos que atuam ao nível da internacionalização das empresas nacionais, como sejam as Associações empresariais regionais e setoriais.

O programa promocional da AICEP está articulado com o Programa Internacionalizar desenhado pela Secretaria de Estado da Internacionalização.

As diversas áreas de competências da AICEP irão procurar implementar iniciativas que se complementem entre si e que contribuam eficazmente para o desenvolvimento do negócio internacional das empresas portuguesas e das estrangeiras instaladas em Portugal. Ainda que o plano de promoção seja apresentado de forma repartida por essas diferentes áreas, a preparação e realização das ações implica muitas vezes a intervenção de outra(s) área(s) que possua(m) conhecimento e meios que enriquecem e contribuem para o seu sucesso.

A montagem das diversas ações para 2021 teve em conta o ano de pandemia que se vive em 2020, o que implicou introduzir uma série de alterações à tipologia das ações e a forma como as mesmas se concretizam. As ferramentas em formato digital foram privilegiadas como forma de chegar a futuros compradores e investidores. Procurou-se promover ações de capacitação em novas formas de internacionalização, através da aposta em ações de formação em e-commerce, plataformas digitais, market places, etc.

A atividade promocional terá a seguinte tipologia de intervenções:

		(euros)	
Área de Competência		Orçamento	%
1. a)	Promoção externa	1.898.760	47,0%
1. b)	Dinamização de fileiras setoriais	99.325	2,5%
1. c)	Intervenção em multilaterais	23.500	0,6%
1. d)	Angariação de Investimento estrangeiro	364.924	9,0%
1. e)	Digital e Comunicação institucional	222.300	5,5%
1. f)	Ações de <i>cross-selling</i>	450.000	11,1%
1. g)	Disponibilização de informação e produtos	979.484	24,3%
Total		4.038.292	



a) Promoção externa

As ações de promoção externa são dinamizadas pela Rede externa da Agência e realizam-se tanto localmente nos mercados como em Portugal. A prioridade da AICEP dirige-se, neste âmbito, a um conjunto de mercados considerados prioritários e de diversificação das exportações nacionais, e integram diferentes tipologias de iniciativas promocionais. Pretende-se colocar em contacto direto as empresas portuguesas e os potenciais importadores/clientes de produtos e serviços portugueses. Estará a AICEP, por um lado, a proporcionar a realização efetiva de novos negócios, mas também a aumentar a visibilidade da oferta nacional, muitas vezes desconhecida dos diversos *players* internacionais, uma vez que no âmbito das ações institucionais serão realizados seminários de apresentação da economia portuguesa e iniciativas transversais a diversos fileiras/setores. Como referido anteriormente, diversas ações assumirão o formato digital nesta fase tendo em vista não perder oportunidades de negócio e de promoção da marca Portugal.

Apresentam-se abaixo as tipologias de ações a dinamizar pela Rede externa da Agência:

Tipologias	Nº ações	%	Orçamento
Visitas a Portugal de importador/jornalistas/ <i>opinion-makers</i>	36	31%	154.654,00
Reuniões/Seminários/ <i>Roadshows</i>	31	27%	304.210,00
Mostras de produtos	21	18%	269.840,00
Participações em feiras com <i>stand</i> informativo	11	9%	99.194,00
Missões institucionais e empresariais aos mercados	6	5%	20.700,00
Inserções publicitárias e material promocional	11	9%	129.061,56
Total	116		977.659,56

Do quadro acima podemos verificar que as ações mais relevantes previstas para 2021 são as visitas de importadores, jornalistas e decisores a Portugal para conhecimento da oferta. Esta tipologia de ação tem-se mostrado gradualmente relevante na atividade da Agência, uma vez que proporciona o contacto pessoal entre os agentes e a visita à indústria, ainda que para 2021 se prevejam algumas destas visitas em formato digital.

A repartição por região emissora da ação é a seguinte:

Região	Orçamento	%	Nº de ações	%
Europa	450.375,60	46%	61	50%
América	326.639,56	33%	26	21%
Ásia	144.344,40	15%	18	15%
África	56.300,00	6%	11	9%
	977.659,56			
Multimercado	135.000,00		5	
Web Summit/Portugal	786.100,00		1	
Total	1.898.759,56		122	



A Europa, como principal mercado de destino das exportações dos produtos nacionais com um peso superior a 70% (exportação de bens, INE, jan-jul.2020), representa igualmente a região geográfica com maior realização de ações de promoção da Agência, em número e valor. Por país emissor da ação podemos verificar o desdobramento dos valores previstos para 2021:

Região/país	Orçamento	%	% Total
Europa	450.375,60	100%	46%
Alemanha	62.355,00	14%	6%
Áustria	3.500,00	1%	0%
Bélgica	87.500,00	19%	9%
Dinamarca	4.000,00	1%	0%
Espanha	72.500,00	16%	7%
França	44.810,00	10%	5%
Grécia	4.850,00	1%	0%
Holanda	10.000,00	2%	1%
Hungria	5.200,00	1%	1%
Irlanda	12.010,60	3%	1%
Itália	4.570,00	1%	0%
Polónia	15.865,00	4%	2%
Reino Unido	40.400,00	9%	4%
Rússia	15.575,00	3%	2%
Suécia	53.000,00	12%	5%
Suíça	10.000,00	2%	1%
Turquia	4.240,00	1%	0%

Região/país	Orçamento	%	% Total
América	326.639,56	100%	33%
Brasil	40.000,00	12%	4%
Canadá	60.478,00	19%	6%
Chile	8.330,00	3%	1%
Colômbia	2.870,00	1%	0%
EUA - Nova Iorque	123.061,56	38%	13%
EUA - São Francisco	60.750,00	19%	6%
México	31.150,00	10%	3%



Região/país	Orçamento	%	% Total
Ásia	144.344,40	100%	15%
China	62.904,00	44%	6%
Coreia do Sul	20.500,00	14%	2%
EAU	13.890,40	10%	1%
Índia	6.000,00	4%	1%
Irão	4.550,00	3%	0%
Japão	10.000,00	7%	1%
Tailândia	22.500,00	16%	2%
Timor-Leste	4.000,00	3%	0%

Região/país	Orçamento	%	% Total
África	56.300,00	100%	6%
África do Sul	6.400,00	11%	1%
Angola	9.000,00	16%	1%
Argélia	9.800,00	17%	1%
Cabo Verde	1.000,00	2%	0%
Marrocos	9.000,00	16%	1%
Moçambique	10.500,00	19%	1%
Senegal	10.600,00	19%	1%
Total	977.659,56		

Do quadro acima observa-se que em termos de países cumpre destacar o peso global de 19% dos EUA em termos de previsão orçamental para a realização de ações promocionais, seguido de Espanha com 7% e da Alemanha, China e Canadá com 6% cada. De referir que a Bélgica apresenta um valor significativo que se justifica pela Presidência Portuguesa da União Europeia.

Em termos de repartição por zona geográfica detalham-se as ações que se preveem realizar:

**Europa****Mercado / Ação**

Alemanha - Participação na Feira de Hannover
Alemanha - Convite a representantes de 3 cadeias alemãs de comércio a retalho alimentar para um "Fact finding trip to Portugal"
Alemanha - Missão de 2 compradores da área da saúde a Portugal
Alemanha - Organização de Roadshow de Investimento
Alemanha - Exposição de produtos portugueses setor casa, decoração e design (Stilwerk)
Alemanha - Missão a Portugal de um jornalista e de 2 importadores especializados em azeite
Áustria - Missão de duas empresas do setor de TI a Portugal
Bélgica - PPUE - Organização de eventos de vinho e gastronomia
Bélgica - Innovation Sessions – 4ª Edição
Bélgica - PPUE - "Why Portugal?" - organização de seminário no âmbito da PPUE
Bélgica - Exposição portuguesa de Design e Pintura
Bélgica - Missão de jornalistas a Portugal (generalista)
Bélgica - Organização de mostra de produtos casa e alimentar (GALERIAS LAFAYETTE"-Luxemb.
Dinamarca - Organização de Mesa redonda/seminário sobre cleantech
Espanha - Missão a Portugal de jornalistas artesanato a Portugal (revista AD ESPANHA)
Espanha - Energias Renováveis e Mobilidade - Campanha de difusão de presença na Smart City Espanha
Espanha - IDE - AfterCare e estratégia de reforço do investimento espanhol em Portugal
Espanha - IDE - Continuação da estratégia de comunicação de Portugal como destino de IDE
Espanha - IDE - Divulgação e promoção da participação nacional no Congresso Big Science Business Forum 2021
Espanha - IDE - Seminário Económico no Cercle d'Economia no âmbito da Presidência Portuguesa da EU (Barcelona)
Espanha - Participação na Feira Virtual de Fornecedores de Moda Sustentável
Espanha - Inserção de Banners e Notícias (Moda)
Espanha - Missão a fabricantes portugueses do setor da moda
Espanha - Promoção nos pontos de venda da Lavinia
França - Cocktail « Portugal Day at Le Bourget ».
França - Dinamização do Conselho Económico para a Internacionalização/AICEP
França - Missão de jornalistas da fileira de bens de equipamento - automação a Portugal
França - Missão de jornalistas da fileira de bens de equipamento - moldes a Portugal
França - Missão de jornalistas do sector das 2 rodas a Portugal
França - Missão de jornalistas/importadores/decoradores da fileira Casa ao Porto
França - Programa de Aceleração de Startups no mercado francês
Grécia - Missão de importadores e de jornalista da fileira casa a Portugal
Grécia - Missão de empresas TIC à Grécia
Holanda - Missão a Portugal de jornalista seção económica de jornal diário de referência
Holanda - Prova de Vinhos Representados nos Países Baixos

Europa (cont.)**Mercado / Ação**

Hungria - Missão de importador de produtos gourmet a Portugal
Hungria - Workshop - Ação de Promoção / Digitalização - Soluções e inovações digitais
Irlanda - Angariação Business Process Outsourcing e MedTech
Irlanda - Campanha promocional segmentada LinkedIn - Comércio
Irlanda - Campanha promocional segmentada LinkedIn - IDE
Irlanda - Informal business drink (vinhos)
Irlanda - Visita a Portugal de importadores da Fileira Materiais de Construção
Itália - E-Commerce em Itália
Itália - Missão de importadores da Fileira Construção a Portugal e visita a Tektonika
Polónia - E-Commerce no Mercado Polaco
Polónia - Missão de comprador do setor farmacêutico a Portugal
Polónia - Projeto "screening" do documentário sobre o vinho do Porto e o vale do Douro
Polónia - Missão de opinion leader dos moldes e componentes automóveis a Portugal
Polónia - Missão de importador de pedras ornamentais a Portugal
Reino Unido - Missão inversa de grandes grossistas setor alimentar a Portugal
Reino Unido - Campanha de promoção de produtos made in Portugal nas redes sociais
Reino Unido - fDi Magazine – angariação de IDE
Reino Unido - Missão de jornalista da especialidade HIMSS Health 2.0 a Portugal
Rússia - Missão a Portugal de 3 Sommeliers e 1 Opinion leader
Rússia - Missão a Portugal de 3 Designers / Arquitetos
Suécia - Campanha de Comunicação / marketing / activação / PR para a campanha geral de promoção na Suécia
Suécia - Pequeno Almoço/Mesa redonda sobre angariação de investimento sueco
Suécia - Exposição e mesa redonda sobre arquitetura/materiais de construção portugueses
Suíça - Promoção de agroalimentares + turismo + cultura portuguesas
Turquia - Promoção de Portugal junto dos media Turcos (visita jornalista)
Turquia - Promoção Digital

**América****Mercado / Ação**

Brasil - Organização do evento "Portugal Inova"

Canadá - Missão a importador de vestuário para visita a Portugal

Canadá - Organização de Roadshow apresentações de Investimento

Canadá - Promoção in-store na cadeia HUDSON'S BAY

Canadá - Missão de grupo de compradores e designers da fileira casa a Portugal

Chile - Promoção de Vinhos Portugueses (Prémios Catad'Or Wine Awards)

Chile - Missão de especialista e-commerce a Portugal

Chile - Missão de importador de equipamentos e utensílios para o setor Hoteleiro e Canal HORECA a Portugal

Colômbia - Missão de de importador/distribuidor colombiano de materiais de construção a Portugal

EUA - Nova Iorque - Plano de Marketing Digital

EUA - Nova Iorque - Participação no CENSE-Contracting Entrepreneurs Networking Seminar

EUA - Nova Iorque - Participação no European Tech Night - Portugal

EUA - Nova Iorque - Organização do Portugal Economic Forum

EUA - Nova Iorque - Participação no Open House European Day

EUA - Nova Iorque - Organização de mostra - Portugal Festival at the World Bank

EUA - Nova Iorque - Organização do Portugal in Soho

EUA - Nova Iorque - Roadshow Portugal

EUA - Nova Iorque - Participação Festival South by Southwest

EUA - Nova Iorque - Missão de 3 importadores para conhecerem empresas Portuguesas de Rochas Ornamentais

EUA - São Francisco - Roteiro IDE – Outras geografias

EUA - São Francisco - Roteiro IDE – TIC

EUA - São Francisco - Roteiro IDE – Saúde e Ciências da Vida

EUA - São Francisco - "Portugal to Take Off" – Startup Edition

México - Participação na FIL-Feria Internacional de Libro de Guadalajara

México - Redes Sociais

México - Participação na Feira Internacional das Culturas Amigas

26

África**Mercado / Ação**

África do Sul - Missão de importadores de moldes a Portugal

Angola - Fórum de Investimento no Lubango

Angola - Missão empresarial à província do Zaire

Angola - Missão empresarial à província do Namibe

Argélia - Missão de jornalista económico a Portugal (Jomal EL WATAN)

Argélia - Participação no SITP - Salon International des Travaux Publics

Argélia - Missão de decisores do setor industrial a Portugal (Grupo CEVITAL)

Cabo Verde - Participação na PORfesta - Mostra e Promoção de Produtos Alimentares Portugueses

Marrocos - Participação no SIAM – Salon International de L'Agriculture au Maroc

Moçambique - Participação na FACIM – Feira Internacional de Maputo

Senegal - Missão a Portugal de importadores e da Imprensa Senegalesa a Portugal

11

**Ásia****Mercado / Ação**

China/Cantão - Organização do evento "Portugal in Guangdong: Encontro de Oceanos"
China/Xangai - Missão de importadores do setor agro alimentar a Portugal
China/Macau - Organização do evento "Portugal Inova" (Macau/Hong Kong)
China/Macau - Participação na MIF - Feira Internacional de Macau
China/Pequim - Organização de Missão à China do Setor Lactícínios
China/Pequim - Organização do evento "Wine&Cheese"
Coreia do Sul - Organização de evento Portugal e CPLP - 60º aniversário relacionamento bilateral Coreia-Portugal
Coreia do Sul - Participação na Import Goods Fair
EAU - Participação na GITEX / TIC - Stand Institucional
EAU - Missão de importador agroalimentar a Portugal
Índia - Portugal Online India / Campanha de marketing digital
Índia - Webinars Discover Portugal
Irão - Visita de jornalista a Portugal para realização de artigo/suplemento de cariz económico
Irão - Evento de Networking entre associações e empresários portugueses e iranianos sob a chancela da AICEP
Japão - Missão de importadores lifestyle a Portugal
Tailândia - (Malásia/Singapura) - Seminário diversos setores com presença SEINT
Tailândia - Missão do Setor Farmacêutico ao Vietname
Timor-Leste - Livros de Portugal – Potencial Económico da Língua Portuguesa

18**Transversal**

PPUE - Seminário em Portugal sobre Política de Proteção de Patentes
PPUE - Seminário sobre a implementação de apoios financeiros
PPUE - Seminário Empresarial Portugal-África
Comemorações do V Centenário da Circum Navegação
Missões comerciais, IDE e institucionais ao exterior e a Portugal (a definir)
WebSummit

6**b) Dinamização de fileiras setoriais**

Com o objetivo de responder de forma direcionada e eficaz a fileiras de atividade chave do ponto de vista da internacionalização e do investimento, está previsto o apoio às Associações Setoriais na organização das suas ações promocionais, mas também a participação e organização de ações relevantes que aquelas não realizam de sua iniciativa. De referir que foram assinados Pactos Setoriais para a Competitividade e Internacionalização, entre o Ministério da Economia e os Clusters de Competitividade, os quais norteiam as prioridades a dar ao tratamento dos setores por fileira.

Na sequência dos constrangimentos e alterações decorrentes da pandemia, encontra-se em curso uma ação de imagem e cross-selling dirigida às fileiras Casa, Construção/Materiais de construção, designada por "Made in Portugal Naturally" que se prolonga por 2021. Esta visa a criação de uma proposta de comunicação para as fileiras, a produção de um vídeo promocional, a criação de um minisite direcionado e a assessoria de imprensa nacional e internacional.



Abaixo encontram-se todas as ações a executar e que se apresentam como complementares às da Rede externa:

Ação	Orçamento
Produção de material promocional das Fileiras	6.000,00
Visita de Importadores e Opinion Leaders p/ acompanhamento ações não previstas	18.500,00
Visita de editores a Portugal (6ª Edição)	5.325,00
Bienal de Arquitetura de Veneza (17ª Edição)	1.500,00
Filme da Fileira das Indústrias Culturais e Criativas	5.000,00
Portuguese Design Exhibition	8.000,00
Convite a Programadores e Prescritores	5.800,00
Campanha de divulgação internacional - Projeto Cross Selling	49.200,00
Total	99.325,00

c) Intervenção em multilaterais

Para 2021 a área das multilaterais pretende continuar o seu trabalho com as empresas que planeiam recorrer aos mecanismos existentes, através da participação em eventos organizados nos mercados de atuação das multilaterais ou nas próprias sedes destas organizações.

São as seguintes as iniciativas propostas para 2021:

Mercado	Ação	Orçamento
Portugal	Divulgação de oportunidades de negócio	7.000,00
Copenhaga	Missão empresarial à UN City de Copenhaga	9.000,00
Portugal	Seminários/Workshops em Portugal	1.500,00
Portugal	Encontro - XMAS Get Together	6.000,00
Total	4	23.500,00

d) Angariação de investimento estrangeiro

As ações de captação de investimento direto estrangeiro vêm na continuação do trabalho desenvolvido nos anos anteriores, bem como na aposta em potenciais novos mercados emissores de investimento. Estão previstas as seguintes iniciativas a realizar nos mercados externos:



Mercado	Ação	Orçamento
China	<i>China - Invest&Wine China – Shenzhen</i>	7.870,00
China	China - Invest&Wine China – Shenzhen	7.870,00
China	<i>China – Traduções</i>	5.600,00
Japão	Japão - Consultadoria IDE	20.000,00
Japão	Japão - MicroSite para divulgação de conteúdos de IDE	5.750,00
EUA	EUA - Participação na Site Selectors Guild Annual Conference	4.600,00
EUA	EUA - Advisory Forum – visita de 5 Site Selection Advisors dos EUA a Portugal	71.950,00
EUA	EUA - Aquisição de ferramenta de prospect de empresas targets nos EUA Portugal - Evento Meetup - apresentação Estudo Business Services	15.000,00
Porto	Portugal	6.675,00
Portugal	Portugal - Convite a multipliers especialistas em Site Location	3.190,00
Portugal	Portugal - Atualização do Estudo Business Services em Portugal	30.000,00
Lisboa	Participação na Conferência Deloitte Shared Service Conference	62.420,00
diversos	Vários mercados-Missões de Angariação de Investimento Estrangeiro - IDE	47.178,60
Portugal	Webinar apresentação estudo BSC ("2ª edição do Estudo Business Services")	2.000,00
Portugal	Webinar TechSkills	1.800,00
diversos	Estudo caracterização setor Life Sciences	50.000,00
diversos	Vídeo promocional de IDE	5.770,00
Portugal	KIT Boas Vindas - Investidores estrangeiros	3.000,00
França	Campanha Usine Nouvelle	10.000,00
Portugal	Deslocação a Portugal de jornalista económico alemão	2.125,00
Portugal	Deslocação a Portugal de jornalista económico suíço	2.125,00
21	Total	364.923,60

e) Comunicação institucional

A atividade de comunicação irá apostar em produção de material promocional de prestígio para distribuição nas restantes ações promocionais da Agência. Em adicional, tenciona realizar uma outra iniciativa de promoção da Web Summit junto de CEO de grandes empresas internacionais.

Ação	Orçamento
Comunicação - Edição e Produção de Material Promocional	62.300,00
Estudo Marca Portugal	110.000,00
Promoção de Portugal junto de grandes empresas int. presentes na Websummit	50.000,00
Total	222.300,00



f) Ações de Cross Selling

A AICEP tem prevista uma verba para ações de *cross-selling* tendo em vista a realização de iniciativas que possam envolver várias fileiras ou setores numa mesma ação, aproveitando potenciais sinergias daí resultantes.

Ação	Orçamento
Ações de <i>cross-selling</i>	450.000,00
Total	450.000,00

g) Produto

A estratégia de produtos e serviços (P&S) no que respeita à capacitação empresarial da AICEP tem como principais objetivos:

- Produzir de conhecimento de internacionalização e prospetivo;
- Gerar valor acrescentado para as empresas através de p&s que reduzam o risco, o tempo e o custo da internacionalização;
- Desenvolver p&s adaptados à segmentação de clientes da aicep, apresentando p&s para os segmentos mais relevantes;
- Consolidar uma estratégia de produção de conteúdos que assegure a sua pertinência e a sustentabilidade do seu crescimento;
- Garantir o desenvolvimento de novos p&s;
- Avaliar a evolução dos p&s à luz da utilização e avaliação feita pelos clientes.
- Definir estrategicamente ações de capacitação online e presenciais;

As ações a desenvolver em 2021 são as que se apresentam abaixo:

Ação	Orçamento
Programa E-Commerce/Exportar On Line	475.000,00
Academia Internacionalização	57.750,00
Laboratório Novos produtos	77.000,00
Observatório de E-Commerce	110.500,00
	720.250,00



Para além destas, prevêem-se ainda ações presenciais de capacitação empresarial:

Ação	Orçamento
Ações de capacitação "ABC Mercados"	1.000,00
Ações de capacitação "CVE - Como Vender em..."	20.367,70
Ações de capacitação "Em foco"	12.000,00
Ações de capacitação "Temáticas"	3.000,00
Ações de capacitação "Webinar Ecommerce"	15.000,00
Ações de capacitação "Go To Market"	4.410,00
Podcast Portugal Global	3.000,00
Vídeos - Casos de sucesso e Temas de Competitividade	8.200,00
Total	66.977,70

A aquisição de informação de suporte aos Produtos e à atividade da Agência tem como principal objetivo dotar os serviços da AICEP, em Portugal e na Rede Externa, de fontes informativas que lhes permitam desenvolver a sua atividade de apoio à internacionalização da economia portuguesa e de captação de investimento direto estrangeiro.

Neste âmbito, são consideradas as seguintes tipologias de fontes informativas:

Informação	Descrição	Orçamento
Económica	Aquisição de informação económica de carácter mais técnico e especializado (informação atual e prospetiva) sobre os mercados externos, que serve de suporte à elaboração de diversos produtos de informação por mercado	72.027,73
Estatística	Aquisição de informação estatística diversa, nomeadamente sobre comércio internacional português e sobre comércio internacional mundial	5.608,70
Legislação/ Regulamentar	Aquisição de acessos a fontes informativas de caráter legislativo/regulamentar em Portugal e mercados externos	3.545,11
Empresarial	Aquisição de bases de dados de operadores de comércio internacional, quer sejam exportadores nacionais (com fonte no INE-Instituto Nacional de Estatística), quer agentes económicos estrangeiros, potenciais importadores, distribuidores, agentes, prescritores	68.872,15
Internacional	Subscrição de bases de dados com informação sobre concursos e projetos internacionais em vários mercados	700,00
Setorial	Aquisição de publicações de âmbito setorial, o acesso a informação sobre a evolução de setores em Portugal e em vários mercados, assim como a aquisição de estudos de mercado e bases de dados setoriais	21.404,12
Generalista	Aquisição de publicações periódicas (jornais e revistas) nos mercados externos	20.098,30
Total		192.256,12



2. Inov Contacto

O Programa Inov Contacto - Estágios Internacionais para Jovens Quadros, em funcionamento desde 1997, tem como objetivo apoiar a qualificação no estrangeiro de jovens profissionais ou quadros de empresas em áreas-chave do conhecimento, dotando-as de competências efetivas nos domínios da inovação, gestão, marketing, etc., com vista à dinamização e ao reforço da sua competitividade e à promoção da imagem de Portugal no Mundo.

A progressiva adesão das entidades ao Inov Contacto tem demonstrado a consistência e grande popularidade e reconhecimento desta iniciativa no tecido empresarial, salientando-se a elevada percentagem de colocação destes estagiários no mercado de trabalho. Com efeito ao longo de mais de 20 anos de existência, este Programa já realizou mais de 5.830 estágios integrados num total de cerca de 57.5 mil candidaturas.

O Programa inclui um curto período de formação em Portugal em matéria de negócio internacional e técnicas de adaptação às diferentes realidades e culturas que constituem os mercados de destino, seguido da realização de um estágio de seis meses no estrangeiro. O estágio pode ter lugar numa entidade/empresa portuguesa com representação no exterior ou em empresas multinacionais/estrangeiras.

A edição C25 estava programada para ter início ainda em 2020 e os estagiários serem colocados nos mercados no início de 2021, mas a situação de pandemia obrigou à suspensão do lançamento da edição. Conforme a evolução da situação a sua realização poderá vir a ser retomada; se assim for os encargos com esta edição e a C26 imputados ao ano de 2021 serão os seguintes:

	(euros)
Orçamento PINOV	Orçamento
Edição C25	3.699.853,50
Edição C26	64.500,00
Total	3.764.353,50

	(euros)
Orçamento PINOV	Orçamento
Encargos com estagiários	3.658.353,50
Preparação, acompanhamento e avaliação do projeto	99.000,00
Encargos gerais do projeto	7.000,00
Total	3.764.353,50



Notas Finais

No ano de 2021, a AICEP apresenta um orçamento que reflete uma redução da despesa, face ao orçamento do ano anterior, sendo de salientar a redução em funcionamento (menos 775 mil euros), bem como a redução dos custos com a EXPO2020DUBAI (menos 2,6 milhões de euros), este em função do novo cronograma de execução da exposição, existindo contudo um aumento do orçamento de despesa com os gastos da promoção do TdP, no valor total de 3,75 milhões de euros (mais 550 mil euros). Sendo apenas de salientar que o total da despesa corresponde ao total da receita, cumprindo desde logo a regra do equilíbrio orçamental.

Como referido anteriormente, o orçamento para 2021 prevê uma redução da despesa com a EXPO2020DUBAI, no valor de 2,6 milhões de euros, tendo em consideração que as despesas previstas para 2020 foram diluídas entre 2020 e 2021, isto apesar dos custos com a construção do pavilhão se manterem em 2020.

Neste caso, importa referir que o acompanhamento da presença de Portugal em exposições internacionais é da responsabilidade da AICEP.

A demonstração de fluxos de caixa previsional apresentada é elaborada com base na estimativa de recebimentos e pagamentos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário.

Os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) da AICEP são, por este facto, compostos pelo Plano de Atividades e Orçamento (PAO) – desdobrado entre Funcionamento, Promoção, INOV Contacto, Expo 2020 Dubai e Turismo de Portugal – e pelo Plano de Investimentos.

Luís Castro Henriques
Presidente do Conselho de Administração

Mónica Matos
Contabilista Certificada



II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Resultado Líquido expectável para 2021 é de 583 mil euros, para este valor foi tido em consideração a Comissão de Gestão da AICEP na EXPO2020DUBAI.

Da estrutura do balanço, face a 2020, há que realçar a manutenção da rubrica “Outros Investimentos Financeiros”, tendo em consideração os investimentos efetuados no Fundo de Investimento Grow and Expand em 2020 e que não irão ocorrer em 2021. Quanto ao Ativo Corrente, a principal variação decorre da redução da rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, no valor de 10 milhões de euros, em grande parte devido ao pagamento de incentivos à Volkswagen Autoeuropa, Lda, no âmbito de contratos assinados no QREN, mas com a utilização de reembolsos QCA III e que estão à responsabilidade da AICEP.

As rubricas que integram o Capital Próprio mantêm-se estáveis relativamente aos anos anteriores.

No que se refere ao passivo corrente, merece destaque a rubrica de diferimentos, uma vez que se prevê uma redução superior a 4 milhões de euros, fruto da utilização do diferimento relacionado com a EXPO2020DUBAI, cujos gastos e consequentes rendimentos ocorrem maioritariamente em 2021.



A. Balanço Previsional

RUBRICAS	PREVISÃO			ESTIMATIVA	ORÇAMENTO	REAL
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2020		31-12-2019
ATIVO						
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	2.495.361,98	2.484.483,98	2.714.504,98	907.163,98	3.941.986,99	1.357.125,86
Propriedades de investimento	37.426,69	38.608,57	39.790,45	40.972,33	40.972,33	42.154,21
Ativos intangíveis	3.410.240,76	3.810.240,76	4.210.240,76	2.601.390,76	3.850.189,77	1.304.749,78
Participações Financeiras - método da equivalência patrimonial	29.779.439,00	28.564.439,00	27.252.326,46	26.571.149,46	26.049.661,02	26.146.196,26
Outros investimentos financeiros	50.756.000,04	50.726.000,04	51.298.000,04	51.774.000,04	46.193.570,61	51.756.570,04
	86.478.468,47	85.623.772,35	85.514.862,69	81.894.676,57	80.076.380,72	80.606.796,15
Ativo corrente						
Clientes	520.000,00	520.000,00	520.000,00	520.000,00	480.000,00	274.802,76
Estado e outros entes públicos	65.000,00	65.000,00	60.000,00	50.000,00	60.000,00	100.739,04
Outros créditos a receber	38.857.332,36	37.742.002,47	36.637.986,25	33.841.584,88	31.172.202,14	10.616.565,61
Diferimentos	500.000,00	500.000,00	400.000,00	410.000,00	400.000,00	392.562,36
Caixa e depósitos bancários	145.775.681,64	146.040.051,76	145.809.103,56	154.558.585,39	171.709.537,61	179.696.998,19
	185.783.014,00	184.932.054,23	183.427.089,81	189.380.170,27	203.821.739,75	191.081.667,96
Total do ativo	272.261.482,47	270.555.826,58	268.941.952,50	271.274.846,84	283.898.120,47	271.688.464,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio						
Capital subscrito	114.927.979,87	114.927.979,87	114.927.979,87	114.927.979,87	114.927.979,87	114.927.979,87
Prémios de emissão	57.950.052,10	57.950.052,10	57.950.052,10	57.950.052,10	57.950.052,10	57.950.052,10
Reservas legais	769.219,73	737.326,73	708.129,16	687.276,52	649.639,32	687.276,52
Outras reservas	(723.446,09)	(723.446,09)	(723.446,09)	(723.446,09)	(723.446,09)	(723.446,09)
Resultados transitados	(50.056.975,75)	(50.562.988,52)	(51.017.788,14)	(51.741.041,21)	(45.951.313,01)	(46.087.989,29)
Excedentes de revalorização	191.709,39	199.092,79	206.476,19	213.859,59	213.859,60	221.242,99
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	2.440.516,81	2.350.516,81	2.260.516,81	2.170.516,81	2.182.876,52	2.093.205,50
Resultado líquido do período	125.499.056,07	124.878.533,69	124.311.919,90	123.485.197,59	129.249.648,31	129.068.321,60
	698.328,11	637.859,97	583.951,40	417.052,85	211.700,09	(5.555.692,89)
	126.197.384,17	125.516.393,67	124.895.871,29	123.902.250,44	129.461.348,40	123.512.628,71
Interesses que não controlam						
Total do capital próprio	126.197.384,17	125.516.393,67	124.895.871,29	123.902.250,44	129.461.348,40	123.512.628,71
Passivo						
Passivo não corrente						
Provisões	4.929.839,98	5.009.839,98	5.109.839,98	4.779.839,98	4.339.379,53	5.116.008,81
Passivos por impostos diferidos	17.253,83	17.918,34	18.582,85	19.247,36	19.247,36	19.911,87
	4.947.093,81	5.027.758,32	5.128.422,83	4.799.087,34	4.358.626,89	5.135.920,68
Passivo corrente						
Fornecedores	150.000,00	150.000,00	150.000,00	130.000,00	200.000,00	100.249,01
Estado e outros entes públicos	800.000,00	810.000,00	820.000,00	850.000,00	820.000,00	929.068,28
Outras dívidas a pagar	139.167.004,49	138.051.674,60	136.947.658,38	136.151.257,01	148.258.145,18	136.129.942,46
Diferimentos	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	5.442.252,05	800.000,00	5.880.654,97
	141.117.004,49	140.011.674,60	138.917.658,38	142.573.509,06	150.078.145,18	143.039.914,72
Total do passivo	146.064.098,30	145.039.432,92	144.046.081,21	147.372.596,40	154.436.772,07	148.175.835,40
Total do capital próprio e do passivo	272.261.482,47	270.555.826,59	268.941.952,50	271.274.846,84	283.898.120,47	271.688.464,11

**B. Demonstração de Resultados Previsional**

RENDIMENTOS E GASTOS	PREVISÃO			ESTIMATIVA	ORÇAMENTO	REAL
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2021	31-12-2020		31-12-2019
Vendas e serviços prestados	22.673.047,00	22.673.047,00	22.673.047,00	22.005.022,76	26.673.047,00	21.100.239,62
Subsídios à exploração						
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3.025.000,00	3.022.112,54	2.291.177,00	2.415.128,20	1.990.175,00	2.379.455,19
Varição nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimento e serviços externos	(16.615.255,24)	(18.790.058,74)	(19.432.088,51)	(11.562.706,41)	(24.874.496,71)	(9.686.793,00)
Gastos com o pessoal	(29.438.364,06)	(28.861.141,24)	(28.295.236,51)	(26.286.361,96)	(27.905.950,23)	(25.003.871,59)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)						
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	42.610,20	42.610,20	42.610,20	42.610,20	43.462,40	42.610,20
Provisões (aumentos/reduções)	(50.000,00)	(50.000,00)	(500.000,00)	(500.000,00)	-	(510.745,93)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	(600.000,00)	(500.000,00)	(600.000,00)	(4.768.474,74)
Aumentos/reduções de justo valor						
Outros rendimentos	25.456.290,21	27.256.290,21	29.256.290,21	19.318.331,42	29.313.882,65	15.841.509,76
Outros gastos	(3.650.000,00)	(3.600.000,00)	(3.831.848,00)	(3.900.000,00)	(3.708.420,02)	(4.599.834,99)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.443.328,11	1.692.859,97	1.603.951,40	1.032.024,21	931.700,09	(5.205.905,48)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(620.000,00)	(900.000,00)	(850.000,00)	(450.000,00)	(550.000,00)	(280.136,18)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)						
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	823.328,11	792.859,97	753.951,40	582.024,21	381.700,09	(5.486.041,66)
Juros e rendimentos similares obtidos	25.000,00	25.000,00	20.000,00	25.028,64	20.000,00	38.833,75
Juros e gastos similares suportados						
Resultado antes de impostos	848.328,11	817.859,97	773.951,40	607.052,85	401.700,09	(5.447.207,91)
Imposto sobre o rendimento do período	(150.000,00)	(180.000,00)	(190.000,00)	(190.000,00)	(190.000,00)	(108.484,98)
Resultado líquido do período	698.328,11	637.859,97	583.951,40	417.052,85	211.700,09	(5.555.692,89)



C. Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional

RUBRICAS	PREVISÃO			ESTIMATIVA	ORÇAMENTO		REAL
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2021		31-12-2020		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:							
Recebimentos de clientes	25.000	25.000	23.047	7.500	23.047	25.049	
Pagamentos a fornecedores	(16.750.000)	(18.750.000)	(24.875.000)	(14.250.000)	(24.875.000)	(12.917.849)	
Pagamentos ao pessoal	(16.926.268)	(16.594.380)	(16.269.000)	(15.950.000)	(15.375.000)	(15.225.634)	
Caixa gerada pelas operações	(33.651.268)	(35.319.380)	(41.120.953)	(30.192.500)	(40.226.953)	(28.118.435)	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento						(57.625)	
Outros recebimentos / pagamentos	31.022.775	33.226.195	32.741.635	4.510.770	31.276.069	21.221.366	
Fluxos das atividades operacionais [1]	(2.628.492)	(2.093.185)	(8.379.318)	(25.681.730)	(8.950.884)	(6.954.694)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:							
Pagamentos respeitantes a:							
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	(630.878)	(669.979)	(748.491)	(152.787)	(964.196)	(993.955)	
Activos intangíveis	-	-	(1.908.850)	(1.296.641)	-	-	
Investimentos financeiros	(30.000)	(28.000)	(24.000)	(17.430)	(2.424.400)	(5.100.764)	
Outros ativos	(660.878)	(697.979)	(2.681.341)	(1.466.858)	(2.510.217)	(6.094.719)	
Recebimentos provenientes de:							
Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	9.855.900	7.822.167	
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	
Outros activos	-	-	-	-	-	-	
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	-	4.594	
Juros e rendimentos similares	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	3.025.000	3.022.113	2.311.177	2.010.175	2.010.175	2.013.029	
Fluxos das atividades de investimento [2]	2.364.122	2.324.134	(370.164)	543.317	5.967.262	3.745.071	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:							
Recebimentos provenientes de:							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-	-	
Doações	-	-	-	-	-	-	
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-	-	
Pagamentos respeitantes a:							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-	
Juros e gastos similares	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Outras operações de financiamento	-	-	-	-	-	-	
Fluxos das atividades de financiamento [3]	-	-	-	-	-	-	
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(264.370)	230.948	(8.749.482)	(25.138.413)	(2.983.622)	(3.209.623)	
Efeito das diferenças de câmbio						(1.953)	
Caixa e seus equivalentes no início do período	146.040.052	145.809.104	154.558.585	179.696.998	174.693.160	182.908.574	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	145.775.682	146.040.052	145.809.104	154.558.585	171.709.538	179.696.998	

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas tendo em consideração a continuidade de operações correntes e histórico de anos anteriores. A acrescentar a estes factos, manteremos em 2021, a participação de Portugal na EXPO2020DUBAI, bem como os custos com a promoção do Turismo de Portugal no nosso orçamento, resultando estes no aumento de encargos, bem como no aumento nos recebimentos relativamente ao respetivo financiamento do evento.

Nas Atividades de Investimento considerámos, como pressuposto, a continuação da implementação do Plano Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração (mesmo que na sua fase final).

As verbas respeitantes aos reembolsos e devoluções dos projetos do PT2020 são transferidas para a ADC, de acordo com o procedimento utilizado para projetos QREN em que são transferidos na totalidade para o IAPMEI.



III. PLANO DE INVESTIMENTOS

Apresentam-se nos quadros seguintes os investimentos para 2021, sendo de destacar que a sua realização não implicará recurso a qualquer tipo de financiamento externo.

A. Equipamento Não Financeiro

No ano de 2021, os investimentos a efetuar aprovados em Conselho de Administração, por propostas das respetivas áreas, podem ser discriminados em dois tipos:

- Investimentos de substituição, correspondente a uma fatia de 515.470 euros, necessária à reposição de equipamentos para o exercício normal da atividade, dos quais 186.000 euros estão previstos para despesas em Portugal e 73.021 euros, na Rede Externa da AICEP;
- Aquisição de:
 - 5 viaturas e abate de 1 viatura na Rede;
 - 2 viaturas e abate de 2 viaturas na Sede.
- Novos investimentos no montante de 1,9 milhões de euros, correspondentes a candidaturas apresentadas no âmbito do SAMA.

Estes investimentos estão todos previstos no Orçamento da Agência, sendo que os novos investimentos acima referidos foram considerados como prioritários no âmbito do processo de internacionalização das empresas nacionais e que a AICEP é responsável – sendo de salientar a sua relevância no âmbito do Plano Estratégico da AICEP 2017 a 2019 – em fase final de implementação.

A exigência dos objetivos deste Plano implica uma profunda transformação digital que, para responder na totalidade à visão que o orienta, envolve mudanças estruturantes no modelo de negócio, na experiência do cliente, no portefólio de produtos e serviços e no modelo de processo, que irão necessariamente transfigurar a cultura e organização da AICEP. Os meios para concretizar este processo são em parte de carácter tecnológico.

Constata-se por isso que a maior parte do investimento consiste em ativos intangíveis em curso, correspondendo a 72% do total do orçamento de investimento para 2021, como resultado da continuação da estratégia de transformação digital da Agência.

Dado que todo o investimento é autofinanciado, não havendo recurso a endividamento externo, o resultado da fórmula para aferição da variação de endividamento, situa-se em dois pontos percentuais negativos.



Unid: €

Investimento	Previsão			Estimativa	Orçamento	Execução
	2023	2022	2021	2020		2019
Investimento não Financeiro	630.878	669.979	2.657.341	1.449.428	3.474.413	1.153.265
Edifícios e outras Construções	78.030	76.500	75.000		30.000	5.708
Equipamento Básico				1.367	5.500	6.881
Equipamento de Transporte	50.000	100.000	160.000	6.499	94.990	156.578
Equipamento Informático	124.848	122.400	120.000	132.182	140.080	55.995
Software Informático	198.685	194.790	190.970	582	518.320	
Outro Equipamento Administrativo						3.863
Mobiliário	84.272	82.620	81.000	11.138	84.000	31.967
Material Audiovisual	25.000	25.000	54.198	270	25.000	11.263
Máquinas não Especificadas	4.487	4.399	4.313	38		333
Ferramentas e Utensílios	46.818	45.900	45.000	247		985
Aparelhos de Climatização	18.738	18.370	18.010	463		1.211
Outros Ativos Tangíveis					66.306	7.807
Ativos Intangíveis em Curso			1.908.850	1.296.641	2.510.217	870.674

Todo o investimento é autofinanciado. Não há recurso a endividamento externo.

Em 2021 prossegue a Transformação Digital da AICEP.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL 2021

A primeira etapa do processo de transformação digital foi iniciada em 2018 e está a disponibilizar, ao público interno e externo, uma plataforma com funcionalidades transversais, mas prioritariamente orientada à internacionalização das empresas portuguesas, nas componentes de capacitação *online* (plataforma de *e-learning*) e entrada em novos mercados, geográficos e digitais: www.portugalexporta.pt, já com a nova área dedicada ao *e-commerce*, apresentada ao público em Junho de 2020.

Ao longo deste processo tornou-se evidente que a forma de contratação mais adequada à implementação do Portal do Investimento, Business Match Making do SIMPLEX 2018 e novas soluções por medida, num contexto de transformação digital, seria a Parceria para a Inovação.

Tendo acompanhado a primeira contratação pública nesta modalidade, promovida pelos SPMS, a AICEP concluiu que esta era a forma de contratação pública que permitiria garantir cinco condições fundamentais para o sucesso do desenvolvimento e implementação das soluções da Transformação Digital:



- i. Integração fluida das partes.
- ii. Continuidade do desenvolvimento
- iii. Inovação para atingir a verdadeira customização.
- iv. Crescimento das soluções.
- v. Flexibilidade de execução já que o carácter de inovação não permite especificar dentro dos formatos clássicos de contratação.

Para assegurar a eficiência e eficácia das soluções a implementar optámos por suspender as contratações parciais já preparadas e, com o apoio de especialistas, consolidá-las numa única, de Parceria para a Inovação. Esta, agora a decorrer, permitirá eleger um parceiro tecnológico, ou vários, para uma execução integrada de um conjunto das soluções durante os próximos 2 anos.

O desenho destas soluções está assente nas seguintes premissas:

- i. Os clientes da AICEP são empresas exportadoras ou com interesse em iniciar a atividade exportadora, investidores e potenciais investidores em Portugal, nacionais e estrangeiros e clientes internacionais das empresas portuguesas.
- ii. Na base de dados da AICEP estão registadas como clientes 479 mil empresas, sendo que destas 56 mil recorrem, pelo menos uma vez por ano, a algum dos serviços/produtos existentes no portfólio da AICEP.
- iii. A AICEP tem presença nacional, no Porto, em Lisboa e em 8 lojas de exportação, bem como internacional, em mais de 60 delegações espalhadas pelos 5 continentes.
- iv. A AICEP dá suporte a entidades institucionais ligadas à governação (economia e diplomacia económica), à agregação de atividades produtivas (ex.: associações sectoriais) e ao ensino e aprendizagem.
- v. A AICEP avalia candidaturas a incentivos concedidos no âmbito de programas europeus de financiamento e acompanha os respetivos processos.
- vi. A AICEP é responsável pela promoção e gestão do INOV Contacto - programa de Estágios Profissionais Internacionais, dirigido a Jovens com Formação Superior e Entidades que queiram reforçar as suas equipas com talento português, estágios esses que decorrem em qualquer parte do mundo, durante 6 a 9 meses, em que os jovens desenvolvem as suas competências no mercado internacional e as entidades em que são colocados usufruem de capital humano altamente qualificado para impulsionar o seu negócio.



- vii. A AICEP é responsável pelo planeamento, a organização e a articulação da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.
- viii. A AICEP presta serviços de capacitação a empresas que pretendem expandir o seu negócio para novos mercados, proporcionando-lhes ferramentas que reduzem o risco e acrescentam valor ao seu plano de internacionalização.
- ix. A AICEP gera produtos de conhecimento que apoiam as empresas na tomada de decisões estratégicas que potenciem as suas exportações e proporciona um acompanhamento de consultoria, por medida, a empresas já internacionalizadas.
- x. A AICEP identifica oportunidades de investimento para empresas estrangeiras em expansão/ internacionalização, proporciona acompanhamento na fase de prospeção e apoia a instalação local do negócio em todas as suas vertentes, mantendo um serviço de *aftercare* após a instalação, com consultoria por medida.

São objetivos da transformação digital contribuir para todas estas atividades com significativo valor acrescentado, acelerando a preparação para a atual conjuntura e futuros desafios; atuando sobre a cultura interna da AICEP no sentido de atingir um desempenho organizacional de excelência, aumentando a relevância da AICEP junto de todos os seus públicos-alvo, estabelecendo-a como parceiro privilegiado nos processos de captação de investimento estrangeiro e de internacionalização das empresas portuguesas.

O presente procedimento de Parceria para a Inovação, permite à AICEP escolher o parceiro para investigar, desenhar, desenvolver e implementar uma solução integrada, sob a forma de uma Plataforma Tecnológica para dar resposta a estas necessidades tão diversas, a partir de uma vasta base de dados (Data Lake), com o objetivo de potenciar o investimento e as exportações, aumentar a eficiência interna dos próprios serviços, exercer um controle mais assertivo sobre atividades financiadas e seu retorno, fomentar as relações com diferentes clientes e entidades que com ela se relacionam.

Esta solução deve permitir a captação de Investimento Estrangeiro, o *matching* entre a oferta nacional e a procura internacional ao nível dos talentos e negócios, gestão dos apoios à internacionalização e investimento, diminuição de riscos associados a estas atividades e a construção de todo o ambiente interno e externo propício para responder eficazmente a estas necessidades.

A Plataforma deve também, de forma inteligente, antecipar alterações nos mercados e suportar opções de adaptação a tais alterações; designadamente, deve permitir o desenvolvimento de cenários de prospeção que permitam captar o investimento adequado e calibrar opções estratégicas de internacionalização.



Este é o programa de atividade digital da AICEP para 2021/22, parcialmente iniciado nas componentes de Otimizador de Internacionalização Online (Modelo e Captação de Dados em curso), Portal do Investimento (Arquitetura de Informação e Webdesign em curso) e Business Match Making (Design Thinking e Prototipagem concluídos).

O plano de calendário para a sua concretização foi estabelecido em função da pressão e priorização das necessidades, dos recursos humanos especializados existentes para fazer a Gestão de Projeto e o financiamento disponível.

Enquadra-se por sua vez na planificação do IRR e QFP com os seguintes *milestones* e metas 2021-27.

Milestones:

Desenvolver e implementar continuamente Ferramentas Digitais de Intelligence Competitiva entre 2021 e 2027, com balanços intercalares e iterações mensais.

Desenvolver e implementar Ferramentas Digitais de Apoio ao Comércio Externo entre 2021 e 2025, com balanços intercalares e iterações quinzenais.

Desenvolver e implementar Ferramentas Digitais de Apoio ao Investimento entre 2021 e 2027, com balanços intercalares e iterações quinzenais.

Desenvolver e implementar continuamente Barómetro de Custos de Contexto entre 2021 e 2027, com balanços intercalares e iterações trimestrais.

Desenvolver e implementar Plataforma de Gestão de Aspetos Técnicos / Económico de Acesso a Mercado, até 2023.

Metas:

Aumentar o atendimento automático e da possibilidade de *self-service*: 8% dos clientes ativos, até 2023;

Aumentar a capacidade de resposta customizada: 40% das empresas de bens (através de ferramenta *online*), até 2023;

Reforçar capacidade de acompanhamento de candidaturas a incentivos até 2023, com aumento da produtividade da equipa em 10% e redução 30% na contratação de equipa externas;

Produzir conhecimento descritivo, prescritivo e preditivo, a partir de dados internos e externos até 2023;

Aumentar as receitas por via do pagamento de serviço pagos *online* de 1% em 2020 para 4% em 2022;



Aumentar a eficiência interna global por simplificação de processos, permitindo atender um maior número de empresas, com o mesmo número de recursos humanos: 2% em 2021, 3% em 2022 e 4% em 2023.

A. OTIMIZADOR DO INVESTIMENTO (Simplex 2018 #8)

1. Objetivos:

- i. Identificação e constituição de uma rede estabilizada de fontes de informação e conhecimento, permitindo uma melhor gestão de recursos;
- ii. Reforço da capacidade de resposta através da automatização de processos e possibilidade de *self-service* na versão para consulta pública;
- iii. Aumento da produtividade da área de angariação de investimento;

2. Descrição:

Simulador que agrega e cruza informação de diversas fontes e entidades credenciadas, regularmente recolhida em base de dados e trabalhada automaticamente em modelos de desempenho, que permite mapear os melhores locais para um determinado investimento.

3. Vantagens:

Substitui serviço basicamente manual, efetuado com limitações do volume de informação tratado e da celeridade normalmente requerida.

B. BUSINESS MATCH MAKING (Simplex 2018 #6)

1. Objetivos:

- i. Identificação, qualificação e recomendação precisa e por medida dos importadores adequados para cada exportador, substituindo as listas genéricas de importadores por mercado/sector;
- ii. Qualificação da oferta e maior salvaguarda da imagem e reputação da marca Portugal;
- iii. Redução da pressão sobre os serviços e reforço da capacidade de resposta através da automatização de processos e possibilidade de *self-service*;
- iv. Maior qualidade das interações e aumento da probabilidade de exportação;



2. Descrição:

Plataforma que faz, de forma inteligente e automática e mediante a introdução dos indicadores de oferta portuguesa e da procura estrangeira, a melhor correspondência entre parceiros para cada negócio,

3. Vantagens:

Substitui serviço basicamente manual, efetuado com limitações da qualidade de informação tratada e do rigor necessário à correta identificação de parceiros de negócio

C. ACELERADOR DE INCENTIVOS

1. Objetivos:

- i. Cadastro/ descritor de histórico de projetos anteriores, incluindo o envolvimento da empresa/entidade com a AICEP noutras esferas extra incentivos;
- ii. Automatização do controlo de minimis;
- iii. Conexões com outras entidades (IAPMEI, ADC, COMPETE, SICAE, Portal da Justiça, Autoridade Tributária, etc.), para recolha e validação de dados relevantes;
- iv. Parametrização de um algoritmo de afetação de cargas e gestão da Avaliação de Desempenho;
- v. Sistematização de respostas a pedidos de informação com base em elementos que a Agência já dispõe nos sistemas;
- vi. Indicadores de avaliação de risco e de potencial de fraude nas candidaturas (gerados por recurso a AI e ML);
- vii. Agregação e tratamento da informação das empresas e projetos de acordo com parâmetros pré-estabelecidos possibilitando, com rigor e normalização, melhor utilização e gestão dos recursos;
- viii. Rastreabilidade e rigor na gestão de processos (análise, verificação, gestão de garantias, pagamentos dos benefícios e reembolsos), prevenindo anomalias e reforçando a aplicação do código de ética e conduta do quadro de incentivos;
- ix. Redução da pressão sobre os serviços e reforço da capacidade de resposta através da automatização inteligente;

2. Descrição:

Plataforma para a gestão dos incentivos a fundos comunitários, integrada com a plataforma do Compete, integrada na plataforma da AICEP, que agrega e cruza informação acerca das empresas e candidaturas, apoia a análise da elegibilidade, alerta para o risco de



fraude e recomenda os melhores avisos de incentivos para as empresas, no âmbito da internacionalização e captação de investimento,

3. Vantagens:

Complementa, enriquece com novas dimensões e acelera serviço basicamente manual, efetuado com limitações da qualidade de informação tratada e do rigor necessário à correta construção, avaliação e gestão de candidaturas e incentivos.

Pretende-se que acelere a análise das candidaturas e melhore a capacidade de análise por parte dos técnicos, colocando os fundos na economia mais rapidamente e duma forma mais assertiva e segura.

Este será um projeto evolutivo em que, posteriormente, serão desenvolvidas funcionalidades adicionais.

Maior qualidade das interações que permite a construção de candidaturas mais elegíveis e com maior taxa de sucesso na execução.

D. QUALIFICAÇÃO AICEP - My AICEP STAFF

1. Objetivos:

- i. Gestão, partilha e cocriação de processos e projetos;
- ii. Correlações relevantes de temas e conteúdos, geradoras de novas e melhores formas de abordagem;
- iii. Utilização simples e intuitiva;
- iv. Agregação num mesmo ambiente de trabalho, em qualquer local;
- v. Automatização, integração e simplificação de gestão de processos;
- vi. Qualificação, integração e usabilidade da informação e conhecimento;

2. Descrição:

Ferramenta de *backoffice* transversal que agrega e gere funcionalidades, processos e informação, de forma automática e inteligente.

3. Vantagens:

Transformação e melhoria dos processos colaborativos;
Melhor qualidade da oferta de produtos e serviços;
Maior rapidez na resposta;
Maior capacidade de resposta e otimização de recursos;
Maior qualidade das interações internas e externas;



Substitui sistemas diversos, obsoletos, não integrados.

Agrega e potencia informação atualmente fechada em silos. Estabelece novos fluxos uniformizados e disciplinados de gestão de processos, com rastreabilidade e melhor desempenho.

Cria novos modelos, mais eficientes e eficazes, de trabalho inter-equipas e gestão de projeto.

E. GESTÃO DE CONTEÚDOS ONLINE (MULTICANAL)

1. Objetivos:

Pretende-se que permita, de forma transversal, semiautomática e inteligente:

- i. Execução de plano editorial global;
- ii. Alimentação e gestão de especificidades, mercado a mercado;
- iii. Alimentação automática e enriquecida de conteúdos;
- iv. Comunicação em tempo real;
- v. Análise de dados e relatórios mensais de todos os canais;
- vi. Correções rápidas da estratégia editorial;

2. Descrição:

Sistema de gestão de conteúdos de divulgação, utilizando funcionalidades de *text mining*, em todos os canais digitais da AICEP (sites e redes sociais), em todos os territórios de presença da rede, em formato multilingue. e inteligente.

3. Vantagens:

Substitui e reconverte suportes diversos, obsoletos, não integrados e inteiramente manuais. Detecta oportunidades de comunicação. Alimenta as delegações, de forma relevante, com conteúdos sobre o país. Consolida a imagem de Portugal através da comunicação digital, com coerência em qualquer mercado.

F. PORTUGAL EXPORTA: Novo Modelo de Segmentação de Empresas

1. Objetivos:

Pretende-se o enriquecimento da plataforma com novo Modelo de Segmentação de Empresas Baseado em novos *proxies*;

- i. Permitirá definir perfis de empresa mais ricos e exatos, criando processos automáticos de *matching* com base em novas dimensões de potencial, capacidade, afinidade, necessidade e oportunidade.



2. Descrição:

Novos modelos algorítmicos aplicados ao recurso existente de Inteligência Artificial.

3. Vantagens:

Pretende-se dar às empresas, sugestões, produtos e serviços, de forma automática, cada vez mais relevantes e eficazes para a sua internacionalização.

G. PORTUGAL EXPORTA: Módulo de Gestão de Campanhas

1. Objetivos:

Pretende-se definir e implementar um novo processo de divulgação de ações AICEP, que deverá suportar os seguintes passos:

- ii. Planeamento de campanhas, incluindo a definição de fluxos de interação;
- iii. Definição de público-alvo, com base na lista de empresas cliente AICEP, através da filtragem com base em múltiplos atributos;
- iv. Publicação das Campanhas, através de email ou por publicação no portal Portugal Exporta;
- v. Recolha de dados de interação do público-alvo, incluindo visita e expressões de interesse (e.g. inscrições);
- vi. Execução dos fluxos de interação definidos, como respostas automáticas a expressões de interesse, aprovação humana de inscrições, envio de emails de aprovação/rejeição, envio automático de lembretes de participação;
- vii. Suporte para múltiplos perfis de utilizador, com permissões diferentes para as várias atividades da gestão de campanhas;
- viii. Relatórios analíticos de execução das campanhas.
- ix. As ferramentas que forem criadas para suporte do processo reformulado, incluindo o Gestor de Campanhas, têm que ser integrados nos sistemas de informação existentes relevantes, em particular no portal Portugal Exporta e no MyAICEP (cliente e *staff*).

2. Descrição:

Módulo de gestão de processos e conteúdos que permite criar um sistema de apoio à Gestão de Clientes.

- i. Parametriza a segmentação de empresa e os vários cenários de comunicação, capacitação e eventos que lhe correspondem.



- ii. Faz a gestão automática de contactos, convites, inscrições, participações efetivas e *feedback* das ações.
- iii. Faz o *input* dessa informação no perfil da empresa, criado na plataforma Portugal Exporta.

3. Vantagens:

Substitui serviço interdepartamental muito complexo, manual e digital obsoleto, efetuado com limitações do volume de informação tratada e da celeridade requerida.

Automatiza e simplifica processos na comunicação, promoção, produção, implementação e controlo de ações, reduzindo a ocupação de recursos em tarefas de baixo valor acrescentado.

Aumenta o rigor das BDs segmentadas e a probabilidade de participação das empresas nas ações.

H. RADAR DO MUNDO: Plataforma de BI

1. Objetivos:

Pretende-se criar capacidade de processar e reagir rapidamente a alterações nos mercados e desenvolver cenários prospetivos, que ajudem as empresas exportadoras e a captação de investimento a readequar as suas estratégias face às alterações no palco mundial.

2. Descrição:

Criação da Infraestrutura de Processamento de Dados para a Unidade de Inteligência da AICEP. Este projeto é realizado ao abrigo da atividade académica da Nova IMS (NOVA IMS Information Management School) enquadrado na necessidade do desenvolvimento de uma Unidade de Intelligence (UI).

3. Vantagens:

Conhecimento descritivo, prescritivo e preditivo, a partir do tratamento de dados internos e externos.

I. EXPORTS FORECAST: Modelo preditivo para as exportações portuguesas

1. Objetivos:

Visa a antecipação de previsões de evolução das exportações portuguesas num contexto nacional e internacional para:



- i. Planear antecipadamente ações estratégicas em mercados com potencial interesse positivo para as exportações;
- ii. Identificar quais serão os próximos mercados em crescimento na procura de bens/serviços de Portugal;
- iii. Identificar quais serão os mercados em declínio na importação de bens/serviços e em que sectores;
- iv. Identificar quais serão os países emergentes nos próximos anos no que respeita à procura dos principais sectores exportadores portugueses;
- v. Identificar quais serão os fatores internos e externos que afetarão a evolução da procura de bens/serviços portugueses.

2. Descrição:

Criação e desenvolvimento de uma solução no âmbito da ciência dos dados que enriqueça o conhecimento da AICEP e das empresas que apoia.

Este projeto está enquadrado na iniciativa Start-Up Challenge.

3. Vantagens:

Conhecimento descritivo, prescritivo e preditivo, a partir do tratamento de dados internos e externos.

J. SISTEMA DE GESTÃO DE MONITORIZAÇÃO

1. Objetivos:

O Sistema de Gestão e Monitorização ter por objetivos macro a gestão das seguintes áreas:

2. Financeira

- i. Orçamento e contabilidade;
- ii. Logística e tesouraria;
- iii. Ativos e equipamentos;
- iv. Projetos;

3. Recursos Humanos

- i. Cadastro;
- ii. Processamento salarial;
- iii. Gestão organizacional;



- iv. Formação;
- v. Avaliação;
- vi. Recrutamento;
- vii. Portal do colaborador;

4. Descrição:

O Sistema de Gestão e Monitorização (SGM) integra todas as funcionalidades e atividades de Gestão Financeira, Contabilidade, Inventário e Gestão de Recursos Humanos num único sistema integrado.

5. Vantagens:

Substitui e reconverte aplicações diversas, obsoletas e não integradas, de difícil utilização, sem capacidade de evolução, como sejam: Enterprise Business Suite da Oracle, Meta4 Recursos Humanos e Sistema de Gestão de Documentos de Fornecedores SGDF.

Este novo sistema integra por si só todos os referidos no parágrafo anterior como também permitirá novas funcionalidades e obrigações da AICEP, como por exemplo a faturação eletrónica e a conformidade com o SNC-AP e RGPD.

Este novo sistema é um sistema robusto, inovador e de mercado em permanente evolução, aberto, com interfaces para integrar com outras soluções, e que integrará desde já com o novo sistema de gestão documental da AICEP, Filedoc.

1. Investimento SAMA

As aquisições atrás descritas foram objeto de candidatura ao SAMA2020.

A seguir encontra-se o investimento previsto, discriminado por grupo de Projeto/Candidatura SAMA.



Descrição do investimento / plataforma	Orçamento 2021	Projeto SAMA	Mês (s)	Orçamento 2022	Direção
Fases de implementação dominantes da Transformação Digital					
FASE 1 Solução Empresas Exportadoras *					
Business Match Making: Desenvolvimento Tec.	315.412,59	SAMA FEDER-40221	Mar21/Mai21		Digital e Comunicação
Business Match Making: Web Design (2ª tranche de 50%) **	46.124,50	SAMA FEDER-40221	Mar21		Digital e Comunicação
FASE 2 Solução Investimento *					
Portal Investimento: Desenvolvimento Tec.	246.000,00	SAMA FEDER-35425	Jun21/Ago21		Digital e Comunicação
FASE 3 Solução Gestão de Incentivos *					
Incentivos: Design Thinking / Web Design / Desenvolvimento Tec.	310.000,00	SAMA 43982	Nov21/Mar22	310.000,00	Digital e Comunicação
FASE 4 Solução Utilizadores Internos AICEP *					
My Aicep Staff: DesignThinking / Web Design / Desenvolvimento Tec.		SAMA FSE-250	Mar22/Jul22	369.118,29	Digital e Comunicação
My Aicep Staff: Alojamento BPM **	14.000,00	SAMA FSE-250	Jun21		Digital e Comunicação
My Aicep Staff: Alojamento plataforma **	14.000,00	SAMA FSE-250	Jun21		Digital e Comunicação
Multifator de Autenticação /MFA **	56.000,00	SAMA FSE-250	Dez21		Compras e Tecnologias
Reengenharia de processos **	19.483,00	SAMA FSE-250	Set.21		Auditoria
Certificação de qualidade **	30.763,00	SAMA FSE-250	Set.21		Auditoria
FASE 5 Solução Stakeholders *					
MyAICEPStakeholders: Design Thinking / Desenvolvimento Tec.		SAMA FSE-249	Set22/Nov22	220.000,26	Digital e Comunicação
MyAICEPStakeholders: Alojamento Cloud **	29.564,00	SAMA FSE-249	Jun21		Digital e Comunicação
FASE 6 Solução Custos de Contexto e PIN *					
My Aicep Custos de Contexto: Desenvolvimento Tec.		SAMA FSE-249	Mar22/Jul22	70.000,53	Digital e Comunicação
Auditoria de Segurança Continuada **	65.000,00	SAMA FSE-249	durante 2021		Compras e Tecnologias
WAF - Plataforma e implementação **	35.000,00	SAMA FSE-249	Jul21		Compras e Tecnologias
FASE 7 Solução Inov Contacto *					
Inov Contacto: Design Thinking / Web Design / Desenvolvimento Tec.		POISE (a confirmar)	durante 2021	85.000,38	Digital e Comunicação/Inov
Outras componentes da Transformação Digital					
Projeto Acelerador de Internacionalização e Otimizador					
Acelerador de Internacionalização Online: Web Design (2ª tranche de 50%)	45.000,00	SAMA FEDER-40222	Mar21		Digital e Comunicação
Otimizador de investimento: Desenvolvimento Tec	92.249,00	SAMA FEDER-40222	Set21		Digital e Comunicação
Projeto Infraestrutura de Processamento de Dados para a Unidade de Inteligência					
Radar do Mundo	98.400,00	SAMA FSE-221	Set21/Set22	98.400,00	Digital e Comunicação
Projeto Brand Portugal					
Exports Forecast	252.150,00	SAMA FSE-364	Jan21/Mar21		Digital e Comunicação
Portugal Performance Abroad		SAMA FSE-364	Jan22/Abr22	338.250,00	Digital e Comunicação
Projeto Grow Investment					
Grow Investment	367.317,90	SAMA FSE-369	Ago21/Nov21		Digital e Comunicação
Inteligência Artif. nos Sistemas de Verificação Incentivos (em articulação com o lapme)					
Inteligência Artificial na Gestão de Incentivos	28.386,00	SAMA FSE-231	Jun21		Auditoria
	2.064.849,99			1.490.769,46	

* Incluído na PPI - Parceria Para a Inovação; Todos os pagamentos por fase na PPI são divididos em 4 tranches com as percentagens designadas (20%, 50%,15%,15%). Meses correspondentes à 1ª e última. Web design não incluído na PPI.

** Não incluído na PPI

2. Impacto Esperado - Benefícios

A análise custo/benefício foi realizada para conjuntos de projetos que mantém alguma interligação.

PROJETO: P. das Exportações (SAMA 22159)

(Os benefícios referem-se também à implementação da plataforma de desmaterialização e Gestão de Processos)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Redução de papel: 30% em 2020 e 40% em 2021.
- Redução de custos com a impressão: 30% em 2020 e 40% em 2021.



- Aumento de eficiência global por simplificação de processos: 2% em 2020 e 4% em 2021. A eficiência é medida pelo acréscimo no número de processos realizados para o mesmo pessoal, ou então realizar o mesmo com menos pessoal.
- Redução dos custos das empresas por diminuição de utilização de meios “físicos” na relação com a AICEP, pressupondo que das 13.665 interações em 2016, a um custo unitário de 10€, haja uma diminuição de 50% em 2020 e 75% em 2021.
- Redução dos custos da interação das empresas que usem serviços on-line, pressupondo que das 13.665 interações em 2016, a um custo unitário de 10€, haja um aumento de 3% em 2020 e 4% em 2021.

PROJETO: P.Investimento (SAMA 35425)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Aumento de eficiência global por simplificação de processos: 1% em 2019, 2% em 2020 e 3% em 2021. A eficiência é medida pelo acréscimo no número de processos realizados para o mesmo pessoal.
- Aumento de receitas por via de disponibilização de produtos e serviços pagos online, a um preço médio de 75€, partindo de 16.432 interações de empresas com a AICEP em 2015, assumindo que os produtos comprados serão iguais a 1% das interações em 2020, 3% em 2021 e 4% em 2022.

PROJETO: Transformação Digital (SAMA FSE 88)

(Os benefícios referem-se também à implementação da plataforma de Gestão, Monitorização e Business Intelligence)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Aumento de eficiência global por simplificação de processos: 1% em 2020, 2% em 2021 e 3% em 2022
- Aumento da eficiência da DF em 10% em 2020 e 15% em 2021. A eficiência é medida pelo acréscimo no número de processos realizados para o mesmo pessoal, ou então realizar o mesmo com menos pessoal.



PROJETO: Acelerador Intern.Online (SAMA 40222)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Aumento de eficiência interna global por simplificação de processos, permitindo atender um maior número de empresas e casos, com mesmo pessoal: 2% em 2021, 3% em 2022 e 4% em 2023.
- Poupança externas, das empresas, nas interações relevantes com a empresa, ao diminuírem o numero de vezes que deixam de ter interações de e-mail e telefone passando a usar a plataforma:
 - 10€ por interação, para um universo atual de 10% das 20.000 empresas
 - 2021: 400 interações tratadas na plataforma
 - 2022: 800 interações tratadas na plataforma
 - 2023: 1.200 interações tratadas na plataforma

Espera-se também um aumento a nível das exportações, não quantificado.

PROJETO: Business Match Making (SAMA 40221)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Aumento de eficiência interna global por simplificação de processos, permitindo atender um maior número de empresas e casos, com mesmo pessoal: 2% em 2021, 5% em 2022
- Poupança externas, das empresas, nas interações relevantes com a empresa, ao diminuírem o número de vezes que deixam de ter interações físicas e passam a usar a plataforma:
 - 100€ por interação, para um universo atual de 10% das 20.000 empresas
 - 2021: 400 interações tratadas na plataforma
 - 2022: 600 interações tratadas na plataforma

Os benefícios vão-se manter para os anos seguintes e até aumentar.

Espera-se também um aumento a nível do investimento, não quantificado.

PROJETO: Un.Inteligência (SAMA 221)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:



- Elaboração interna de 140 fichas de mercado, anteriormente feitas por entidades externas ao custo unitário de 4.920€ (c/IVA).
- Maximização de sucesso na internacionalização segundo os seguintes pressupostos:
 - O salário médio das PME (Pequenas e Médias Empresas) em Portugal (Pordata)
 - Impacto em 3% do número total de empresas que a AICEP acompanha (cerca de 22.000)
 - Valor de referência de incremento de 6% sobre o cálculo anterior (salário médio PME PT x 3% total empresas AICEP acompanha) (*Em média, os exportadores nos Estados Unidos da América pagam salários 6% superiores relativamente aos não-exportadores (segundo estudo OECD "Making trade work for all")*)

PROJETO: Plataforma de Incentivos (SAMA 43982)

(inclui benefícios do SAMA FSE 231)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Aumento da produtividade da equipa em 10% (analisam mais 10% de candidaturas e projetos), com um salário global de 884.524,76€.
- Redução em 30% com contratação de equipas externas para análise de candidaturas, com um custo atual de 250.000€.
- Redução em 20% com contratação de equipas externas para acompanhamento de projetos, com um custo atual de 250.000€.
- Redução em 10% da taxa de rejeição de candidaturas, com um valor total previsto de pagamentos em 2021 de 581.285,87 € e, em 2022 de 871.928,80 €

PROJETO: MyAICEP Stakeholders (SAMA FSE 249)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Aumento de eficiência por disponibilização de serviços digitais: 0,5% em 2021, 1,5% em 2022 e 3% em 2023. A eficiência é medida pelo acréscimo no número de processos realizados para o mesmo pessoal, ou então realizar o mesmo com menos pessoal.
- Redução dos custos das empresas por diminuição de utilização de meios "físicos" (correio, deslocação, telefone) na relação com a AICEP, pressupondo que das 3.000 empresas que o fizeram em 2018, a um custo unitário estimado de 15€, haja uma diminuição de 30% em 2022 e 50% em 2023.



- Aumento das interações suportadas na plataforma digital, no lugar dos meios atuais, num montante de 600/ano, com a conseqüente redução de custos, pressupondo um custo unitário de 15€.

PROJETO: MyAICEP Staff (SAMA FSE 250)

Para este conjunto de projetos, os princípios da análise são os seguintes:

- Aumento de eficiência por disponibilização de serviços digitais: 0,5% em 2021, 2,5% em 2022 e 4% em 2023. A eficiência é medida pelo acréscimo no número de processos realizados para o mesmo pessoal, ou então realizar o mesmo com menos pessoal.
- Redução dos custos das empresas por diminuição de utilização de meios “físicos” (correio, deslocação, telefone) na relação com a AICEP, pressupondo que das 2.000 empresas que o fizeram em 2018, a um custo unitário estimado de 10€, haja uma diminuição de 20% em 2022 e 30% em 2023.
- Aumento das interações suportadas na plataforma digital, no lugar dos meios atuais, num montante de 400 em 2021, 800 em 2022 e 1000 em 2023, com a conseqüente redução de custos, pressupondo um custo unitário de 10€.



Seguem-se os quadros com os valores respeitantes a Benefícios Internos e Externos:

Projeto	Atividades	Benefícios Internos				
		2019	2020	2021	2022	2023
P.Exportações (SAMA 22159)	Portal das Exportações: Desenvolvimento Tecnológico		221.954 €	437.211 €		
P.Investimento (SAMA 35425)	Portal das Exportações: Design Thinking Portal Investimento e Otimizador: Design Thinking Portal Investimento: Desenvolvimento Tecnológico		109.750 €	216.192 €	319.400 €	
Transformação Digital (SAMA FSE 88)	Portal das Exportações: Comunicação (Vídeos) Avaliação e Enriquecimento do Modelo de dados para Segmentação de Empresas Cloud Computing Webinars: Infraestrutura e formação para capacitação em live streaming Exports Forecast: Modelo preditivo para as exportações portuguesas		113.443 €	617.118 €	964.961 €	
Acelerador Intern.Online (SAMA 40222)	Consultoria Jurídica para a Transformação Digital Portal das Exportações: Web Design Acelerador de Internacionalização Online: Desenvolvimento Tecnológico Acelerador de Internacionalização Online: Web Design Portal Investimento e Otimizador: Web Design Otimizador Investimento: Desenvolvimento Tecnológico			208.381 €	313.046 €	
Business Match Making (SAMA 40221)	Portal das Exportações: SEO Modelo de Segmentação de Empresas Baseado em novos Proxies BMM: SEO BMM: Design Thinking BMM: Web Design BMM: Desenvolvimento Tec. BMM: Bolsa Multimedia Plataformas Digitais AICEP			215.894 €	531.235 €	
Un.Inteligencia (SAMA FSE 221)	Radar do Mundo				688.800 €	
IA na G.Incent. (SAMA FSE 231)	Incentivos: Avaliação de Risco e Detecção de Fraude (Parceria IAPMEI/ISCTE)					
Plataforma de Incentivos (SAMA 43982)	Incentivos: Design Thinking Incentivos: Web Design Incentivos: Desenvolvimento Tecnológico Incentivos Alojamento				191.767 €	191.767 €
MyAicep Stakeholders (SAMA FSE 249)	My Aicep Custos de Contexto: Desenvolvimento Tecnológico Custos de Contexto Alojamento My Aicep Stakeholders: DesignThinking My Aicep Stakeholders: Desenvolvimento Tecnológico Stakeholders Alojamento			55.714 €	167.143 €	334.286 €
MyAicep Staff (SAMA FSE 250)	Módulo de Gestão de Campanhas My Aicep Staff: DesignThinking My Aicep Staff: Web Design My Aicep Staff: Desenvolvimento Tecnológico Staff Alojamento			167.143 €	278.572 €	445.715 €
TOTAL		0 €	445.147 €	1.917.652 €	3.454.924 €	971.769 €



Projeto	Atividades	Benefícios Externos				
		2019	2020	2021	2022	2023
P.Exportações (SAMA 22159)	Portal das Exportações: Desenvolvimento Tecnológico		70.997 €	106.105 €		
P.Investimento (SAMA 35425)	Portal das Exportações: Design Thinking Portal Investimento e Otimizador: Design Thinking Portal Investimento: Desenvolvimento Tecnológico		12.138 €	35.866 €	47.101 €	
Transformação Digital (SAMA FSE 88)	Portal das Exportações: Comunicação (Vídeos) Avaliação e Enriquecimento do Modelo de dados para Segmentação de Empresas Cloud Computing Webinars: Infraestrutura e formação para capacitação em live streaming Exports Forecast: Modelo preditivo para as exportações portuguesas		23.152 €	53.208 €	89.839 €	
Acelerador Intern.Online (SAMA 40222)	Consultoria Jurídica para a Transformação Digital Portal das Exportações: Web Design Acelerador de Internacionalização Online: Desenvolvimento Tecnológico Acelerador de Internacionalização Online: Web Design Portal Investimento e Otimizador: Web Design Otimizador Investimento: Desenvolvimento Tecnológico			7.750 €		
Business Match Making (SAMA 40221)	Portal das Exportações: SEO Modelo de Segmentação de Empresas Baseado em novos Proxies BMM: SEO BMM: Design Thinking BMM: Web Design BMM: Desenvolvimento Tec. BMM: Bolsa Multimedia Plataformas Digitais AICEP		38.750 €	57.210 €		
Un.Inteligencia (SAMA FSE 221)	Radar do Mundo				468.642 €	
IA na G.Incent. (SAMA FSE 231)	Incentivos: Avaliação de Risco e Detecção de Fraude (Parceria IAPMEI/ISCTE)					
Plataforma de Incentivos (SAMA 43982)	Incentivos: Design Thinking Incentivos: Web Design Incentivos: Desenvolvimento Tecnológico Incentivos Alojamento				4.844.049 €	4.844.049 €
MyAicep Stakeholders (SAMA FSE 249)	My Aicep Custos de Contexto: Desenvolvimento Tecnológico Custos de Contexto Alojamento My Aicep Stakeholders: DesignThinking My Aicep Stakeholders: Desenvolvimento Tecnológico Stakeholders Alojamento				22.500 €	37.500 €
MyAicep Staff (SAMA FSE 250)	Módulo de Gestão de Campanhas My Aicep Staff: DesignThinking My Aicep Staff: Web Design My Aicep Staff: Desenvolvimento Tecnológico Staff Alojamento				8.000 €	13.900 €
TOTAL		0 €	145.038 €	260.139 €	5.480.131 €	4.895.449 €



B. Investimentos Plurianuais

Os investimentos plurianuais são conforme quadro resumo abaixo:

Resumo do Total de Investimento	Previsão			Estimativa	Orçamento	Execução
	2023	2022	2021	2020		2019
Melhorias nas instalações - obras	78.030	76.500	75.000	0	30.000	5.708
Novos Equipamentos	552.848	593.479	673.491	152.787	934.196	276.883
Intangíveis em curso	0	0	1.908.850	1.296.641	2.510.217	870.674
Fundo de Compensação do Trabalho	30.000	28.000	24.000	17.430	24.000	12.849



IV. PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS

Deve-se salientar que os custos da AICEP estão divididos em duas grandes categorias. Uma primeira categoria que é o funcionamento, ou seja, a sua estrutura. E uma segunda que corresponde ao Plano de atividades, que inclui as ações de promoção externa e o Programa INOV Contacto.

A AICEP, atendendo aos objetivos que se propõe, não pode reduzir custos, sendo de salientar que existem investimentos e despesas, sem as quais ficaria em causa a atuação da própria Agência, bem como os propósitos da sua criação e das atribuições que lhe foram definidas, de acordo com os objetivos consignados na Resolução de Conselho de Ministros n.º 91/2013. Destes custos importa salientar que o valor do conjunto de gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e gastos associados à frota automóvel apresenta um aumento de 184,0% e que relativamente ao valor do conjunto de gastos com estudos, pareceres e projetos de consultoria, prevê-se um acréscimo de 266,7%, quando comparado com o estimado para 2020, atendendo aos objetivos definidos para o ano de 2021 e tendo sempre em consideração a Pandemia COVID 19, que resultou num impacto significativo na atividade da Agência (com reflexos muito significativos em todas as rubricas atrás referidas).

A AICEP considera, no entanto, que os gastos decorrentes do Plano de Promoção da AICEP, bem como o Programa INOV Contacto, tal como já foi referido, não ficam sujeitos a este tipo de restrição até porque o seu financiamento está assegurado por fontes autónomas do Orçamento de Estado.

Unid: €

PRC	Previsão	Estimativa	Real	Var 2021/2019	
	2021	2020	2019	Valor	%
(1) FSE	19.432.089	11.562.706	9.686.793	7.869.382	100,6%
(2) Gastos com o pessoal (sem indemnizações)	28.265.003	26.276.362	24.988.429	1.988.641	13,1%
Admissões	-	403.312	352.324	- 403.312	-100,0%
Indemnizações	30.234	10.000	15.443	20.234	95,8%
Valorizações Remuneratórias	200.000	200.000	218.000	-	-8,3%
(3) Gastos Operacionais = (1) + (2)	47.697.091	37.839.068	34.675.222	9.858.023	37,6%
(4) Deslocações e alojamento	2.119.676	590.736	1.602.265	1.528.940	32,3%
(5) Ajudas de custo	92.198	46.784	88.236	45.414	4,5%
(6) Gastos com a frota automóvel (a)	377.443	274.299	144.854	103.143	160,6%
(4) + (5) + (6)	2.589.317	911.820	1.835.355	1.677.497	41,1%
(7) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	3.378.252	921.145	516.929	2.457.108	553,5%

(a) Os gastos associados à frota deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Dado o não cumprimento da manutenção ou decréscimo de valores nestas componentes e na de gastos com pessoal, vem a AICEP solicitar autorização de dispensa desta orientação, desdobrando-se os valores estimados em:



Rubrica	Funcionamento	Promoção	INOV Contacto	EXPO 2020	Turismo	Total
Deslocações e Estadas	506.325	156.000	878.851	100.000	478.500	2.119.676
Ajudas de Custo	65.859	25.339	1.000			92.198
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	69.130	1.257.622	60.000	1.291.500	700.000	3.378.252
Total	641.315	1.438.961	939.851	1.391.500	1.178.500	5.590.126

Em termos de comparação com o estimado de 2020, a AICEP constata que a atuação ocorrida entre 2020 e 2021 é indissociável da Pandemia COVID 19, com os necessários reflexos na execução da despesa por parte da Agência, contudo a AICEP nunca deixou de efetuar um acompanhamento próximo dos que são nossos clientes, as empresas que exportam e que realizam investimentos em Portugal.

Rubrica	Tipo	Orçamento 2021	Estimativa 2020	Varição 21/20
Deslocações e Estadas	Funcionamento	506.325	80.000	426.325
	Promoção	156.000	255.736	-99.736
	INOV Contacto	878.851	180.000	698.851
	EXPO 2020	100.000	75.000	25.000
	Turismo	478.500		478.500
Ajudas de Custo	Funcionamento	65.859	29.300	36.559
	Promoção	25.339	16.784	8.555
	INOV Contacto	1.000	700	300
	EXPO 2020	0	0	0
Gastos com Frota Automóvel	Funcionamento	377.443	274.299	103.143
Total		2.589.317	911.820	1.677.497

Importa referir que relativamente aos gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria, para 2021 prevê-se ainda um esforço significativo do investimento nesta rubrica, para o desenvolvimento das seguintes iniciativas, destacando-se o projeto da Transformação Digital:



Tipologia	Valor
A. Cofinanciado pelo SAMA e pelo SIAC	
<u>Projeto de transformação digital</u>	
Programa E-Commerce/Exportar On Line	305.000,00
Academia Internacionalização	20.250,00
Laboratório Novos produtos	63.000,00
Observatório de E-Commerce	78.000,00
	466.250,00
B. Cofinanciado pelo SIAC	
<u>Ações de promoção da Rede Externa</u>	
EUA - Participação na GITEX / TIC - Stand Institucional	200,00
Espanha - IDE - AfterCare e estratégia de reforço do investimento espanhol em Portugal	5.000,00
Espanha - IDE - Continuação da estratégia de comunicação de Portugal como destino de IDE	3.660,00
EUA - Nova Iorque - Plano de Marketing Digital	8.000,00
EUA - São Francisco - "Portugal to Take Off" – Startup Edition	22.000,00
França - Programa de Aceleração de Startups no mercado francês	16.800,00
Suécia - Pequeno Almoço/Mesa redonda sobre angariação de investimento sueco	1.500,00
PPUE - Seminário sobre a implementação de apoios financeiros	1.500,00
<u>Ações de angariação</u>	
EUA - Advisory Forum – visita de 5 Site Selection Advisors dos EUA a Portugal	60.000,00
Estudo caracterização setor Life Sciences	50.000,00
Portugal - Atualização do Estudo de Caracterização e Perspetiva dos Business Services em Portugal	30.000,00
Japão - Consultadoria IDE	20.000,00
<u>Diversos</u>	
Ações de cross-selling	450.000,00
Estudo Marca Portugal	110.000,00
Aquisição de informação económica, empresarial e setorial	12.712,27
	791.372,27
Total dos gastos de Promoção com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	1.257.622,27

Deve-se salientar que grande parte destes gastos se enquadram em candidaturas a programas comunitários como seja o SAMA e o SIAC, com incentivos ao nível do FEDER e do FSE, com uma percentagem de comparticipação que poderá chegar aos 85%.

**A. Gastos com o Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos**

No quadro seguinte pode observar-se a evolução dos gastos com o pessoal nos últimos anos e a previsão para 2021.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Gastos com pessoal (€)	Previsão	Estimativa	Execução	Unid: €			
	2021	2020	2019	Variação Período 2021/2019		Variação Período 2021/2020	
Gastos totais com pessoal (1) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f) + (g)	28.295.236,51	26.286.361,96	25.003.871,59	3.291.364,92	13%	2.008.874,55	8%
(a) Gastos com Órgãos Sociais	529.040,03	520.000,00	508.371,12	20.668,91	4%	9.040,03	2%
(b) Gastos com Cargos de Direção i)	8.200.000,00	8.200.000,00	7.950.153,00	249.847,00	3%	0,00	0%
(c) Remunerações do Pessoal	18.549.458,48	16.714.577,95	15.708.526,38	2.840.932,10	18%	1.834.880,53	11%
(i) Vencimento Base + Subs. Férias + Subs. Natal	13.749.458,48	11.914.577,95	10.881.292,01	2.868.166,47	26%	1.834.880,53	15%
(ii) Outros Subsídios ii)	4.600.000,00	4.600.000,00	4.609.234,37	-9.234,37	0%	0,00	0%
(iii) Valorizações Remuneratórias	200.000,00	200.000,00	218.000,00	-18.000,00	-8%	0,00	0%
(d) Benefícios Pós-Emprego	151.683,00	75.000,00	65.406,95	86.276,05	132%	76.683,00	102%
(e) Ajudas de Custo	92.198,00	46.784,01	88.235,82	3.962,18	4%	45.413,99	97%
(f) Restantes Encargos	742.623,00	720.000,00	667.735,66	74.887,34	11%	22.623,00	3%
(g) Rescisões /Indemnizações	30.234,00	10.000,00	15.442,66	14.791,34	96%	20.234,00	202%
Gastos totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)	28.065.002,51	26.076.361,96	24.770.428,93	3.294.573,58	13%	1.988.640,55	8%

i) Inclui o apoio à expatriação dos diretores na Rede Externa em cerca de 4,2ME

ii) Subsídio de Refeição, Subsídio de Função, Apoio à Expatriação, Isenção de Horário de Trabalho e Apoio à Educação

Nº Total de RH	Final do ano			Variação Período 2021/2019		Variação Período 2021/2020	
	2021	2020	2019				
Nº total RH (O.S.+Cargos Direção+ Trabalhadores)	516	503	497	19	4%	13	3%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (nº)	5	5	5	0	0%	0	0%
Nº Cargos de Direção sem O.S. (nº)	90	90	90	0	0%	0	0%
Sede (nº)	37	37	37	0	0%	0	0%
Rede Externa (nº)	53	53	53	0	0%	0	0%
Nº de Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (nº)	421	408	402	19	5%	13	3%
Sede (nº)	317	310	306	11	4%	7	2%
Rede Externa (nº)	104	98	96	8	8%	6	6%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal	29,01%	31,21%	31,82%	0	24%	0	0%

Os gastos com pessoal estimados para o ano de 2021 pressupõe a contratação de novos efetivos (bem como a reposições por saída de colaboradores), conforme explicado anteriormente no ponto I.D.1, sendo que o aumento da rubrica de gastos com pessoal é justificada conforme se detalha no quadro seguinte:



Descritivo	Valor - euros
Contratação de 7 colaboradores que entrarão para a AICEP em 2020 de acordo com o PAO	210.000,00
Contratação de 2 colaboradores que entrarão para a AICEP em 2020 de acordo com o PAO e para reforço das Equipas de Turismo	110.000,00
Contratação de 6 colaboradores que estavam previstos entrar para a AICEP em 2020 de acordo com o PAO e para reforço da EXPO	230.000,00
Colaboradores TdP Bélgica no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia	153.734,00
Correção cambial	27.000,00
Aumentos obrigatórios Brasil, Itália e Espanha - AICEP	20.000,00
Aumentos obrigatórios Brasil e Espanha - TdP	6.400,00
Expectativa do impacto para expatriados	82.514,45
Atualizações na rede	47.614,10
Expatriação de colaboradores para Delegações já existentes	485.000,00
Viagens movimentações de Delegados	45.000,00
Diuturnidades Rede	200.000,00
Seguros de saúde - sede e rede	85.000,00
Contratação de 3 elementos para a Expo	210.845,00
Contratação Produto - Isabel Marques	44.311,00
Contratação DF - Susana Santos	23.563,00
Contratação Produto - Inês Garcia	27.893,00
Total	2.008.874,55



B. Frota Automóvel

No quadro abaixo, a AICEP detalha os gastos com a frota automóvel, bem como o número de veículos quer em Portugal, quer na Rede Externa, prevendo a Agência adquirir em 2021, cinco viaturas para a Rede Externa (sendo apenas uma em substituição). Estas aquisições encontram-se previstas em orçamento aprovado, conforme anteriormente indicado no capítulo do Plano de Investimentos.

Frota Automóvel		Previsão	Estimativa	Real	Variação 2021/2020	
		2021	2020	2019	Valor	%
N.º de veículos	Portugal	15	15	15	-	0,00%
	Rede Externa	19	15	15	4	26,67%
	TOTAL	34	30	30	4	13,33%
Gastos com a frota automóvel	Portugal	313.150	233.203	98.311	79.947,04	34,28%
	Rede Externa	64.293	41.096	46.542	23.196,38	56,44%
	TOTAL	377.443	274.299	144.854	103.143,42	37,60%

No quadro acima encontram-se refletidos os gastos com viaturas conforme instruções da DGTF, nomeadamente amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos. Para 2021, atendendo aos objetivos, aumento das deslocações às empresas derivadas do forte acompanhamento efetuado pela Agência, bem como pelas amortizações de viaturas adquiridas em 2020, a AICEP estima um aumento dos valores com a frota automóvel em 37,6%.

C. Resultados

Para o ano de 2021, as principais fontes de financiamento da Agência continuam a ser as transferências do Estado (a saber, IAPMEI e Turismo de Portugal) no valor de 22,5 milhões de euros e as transferências a efetuar pelo Turismo de Portugal para a sua rede externa e despesas de promoção, que para 2021 ascendem a 7,5 milhões de euros. Em 2021, a Agência irá assumir (pelo segundo ano consecutivo) no seu orçamento os custos das ações de promoção do Turismo de Portugal, que representam um incremento de 4 milhões de euros no seu orçamento de receita. Assim, e no que respeita às transferências do Turismo de Portugal, os remanescentes 3,5 milhões de euros, resultam do protocolo existente entre a AICEP e o TdP, no domínio da representação exterior. Por outro lado existe ainda a transferência do Fundo para as Relações Internacionais, I. P. de 7,6 milhões de euros para fazer face às despesas com a Expo 2020 Dubai.

Ainda, no âmbito da Assistência Técnica do Portugal 2021, a AICEP é financiada de cerca de 70% das despesas com o pessoal dos seus quadros afeto à gestão de incentivos.



Comparando com o Orçamento de Receita do ano anterior, obtém-se o seguinte detalhe:

Orçamento de Receita		2021	2020
Receitas Gerais	IAPMEI OE	11.500.000	11.500.000
	TdP OE	11.000.000	11.000.000
	TdP - Promissão	4.000.000	4.000.000
	TdP - Protocolo	3.500.000	3.500.000
	FRI, IP	1.400.000	1.400.000
	FRI, IP - EXPO 2020	7.611.067	10.300.000
Receitas Próprias	Dividendos AICEP Global Parques	2.291.177	1.990.175
	Dividendos PME	20.000	20.000
	Outros Recebimentos	400.000	400.000
	Produtos e Serviços	150.000	150.000
	Patrocínios	85.000	85.000
	Eventos / Como Vender Em ...	23.047	23.047
	Rendas	16.600	48.000
Fundos Comunitários	SIAC	2.825.737	2.632.465
	SAMA	2.744.002	2.540.601
	Inov Contacto	3.723.884	4.315.197
	Assistência Técnica	2.950.000	2.941.399
TOTAL		54.240.514	56.845.884

D. Indicador de Eficiência Operacional

Relativamente ao indicador de medida de eficiência operacional, a AICEP considera que o peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios não pode ser aplicado diretamente à AICEP dada a natureza da sua atividade e assim, nos termos do n.º 2 do Art.º 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, foi acordado com a DGTF um novo indicador para três anos, que possa medir melhor a eficiência operacional da AICEP, que se apresenta de seguida, tendo o mesmo obtido despacho favorável do SET de 3 de julho de 2018, conforme Anexo 8.

O ano de 2016 é o ano base para a construção do indicador de eficiência operacional.

Indicador de Eficiência = 55% x Indicador de eficiência da Sede + 45% x Indicador de eficiência da Rede

- **Indicador de eficiência da Sede** = $30\% \times (\text{Gastos operacionais Sede}^{\text{Ano N}} / \text{Investimento em Acompanhamento}^{\text{Ano N}}) / (\text{Gastos operacionais Sede}^{\text{Ano 2016}} / \text{Investimento em Acompanhamento}^{\text{Ano 2016}}) + 30\% \times (\text{Gastos operacionais Sede}^{\text{Ano N}} / \text{Valor de Projetos de Internacionalização em Acompanhamento}^{\text{Ano N}}) / (\text{Gastos operacionais Sede}^{\text{Ano 2016}} / \text{Valor de Projetos de Internacionalização em Acompanhamento}^{\text{Ano 2016}}) + 40\% \times (1 - \text{Taxa de reembolso}^{\text{Ano N}}) / (1 - \text{Taxa de reembolso}^{\text{Ano 2016}})$
- **Indicador de eficiência da Rede** = $33\% \times (\text{Gastos operacionais Rede}^{\text{Ano N}} / \text{Soma das Exportações de bens para mercados da rede}^{\text{Ano N}}) / (\text{Gastos operacionais Rede}^{\text{Ano 2016}} / \text{Soma das Exportações de bens para mercados da rede}^{\text{Ano 2016}})$



para mercados da rede^{Ano 2016}) + 67% x (Quota de mercado das exportações de bens (em n-1)^{Ano N})/(Quota de mercado das exportações de bens (em n-1)^{Ano 2016})

Notas:

- Gastos operacionais = FSE + Gastos com Pessoal (sem indemnizações)
- Taxa de reembolso é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores inclusive, ou seja, n, n-1 e n-2
- Quota de mercados das exportações de bens é calculada considerando a média móvel nos 3 anos anteriores (n-1, n-2, n-3)
- Investimento em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
 - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
 - Projetos PT 2020 – 70%
 - Contratos de benefícios fiscais – 10%
- Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (ponderação em função do tempo de trabalho):
 - Projetos QREN ainda pendentes – 20%
 - Projetos PT 2020 – 80%

Existindo agora duas situações excecionais:

- conforme é o caso da participação na Expo 2020 Dubai (ver detalhe no ponto I.E), que se traduz num acréscimo de gastos operacionais de 5,86 milhões de euros para 2020;

- bem como no assumir do orçamento das ações de promoção do Turismo de Portugal, o que se traduz num acréscimo de gastos de 3,75 milhões de euros.

Apresentam-se de seguida indicador com e sem os gastos da Expo 2020 Dubai e plano de promoção do Turismo de Portugal.

Assim, temos abaixo o indicador final com Expo 2020 Dubai e plano de promoção do Turismo de Portugal:



Ano	Gastos Operacionais	Ponderação	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Indicador de Eficiência
2012	29.068.889	55%	314%	45%	109%	221,61%
2013	28.316.229	55%	212%	45%	105%	163,41%
2014	26.867.420	55%	168%	45%	100%	137,64%
2015	28.328.233	55%	135%	45%	99%	118,89%
2016	28.950.691	55%	100%	45%	100%	100,00%
2017	28.705.068	55%	89%	45%	98%	92,95%
2018	30.180.682	55%	73%	45%	98%	84,20%
2019	34.675.222	55%	75%	45%	98%	85,59%
2020	37.841.068	55%	84%	45%	101%	91,89%
2021	47.697.091	55%	78%	45%	111%	92,75%

Indicador de eficiência da Sede:

Ano	Gastos Operacionais na Sede	Investimento em acompanhamento	Investimento em Acompanhamento (Projetos QREN ainda pendentes)	Investimento em Acompanhamento (Projetos PT 2020)	Investimento em Acompanhamento (Projetos BF)	KPI (A)	Projetos de Internacionalização em Acompanhamento	Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (PT2020)	Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (QREN)	KPI (B)	Taxa de reembolso - Média Móvel a 3 anos	KPI (C)	Indicador de eficiência da Sede
2012	16.047.079	722.388.918	3.611.944.592	0	0	270%	123.828.690	0	619.143.449	704%	89%	55%	314%
2013	15.633.454	865.186.119	4.325.930.596	0	0	219%	201.241.179	0	1.006.205.893	422%	91%	48%	212%
2014	15.374.844	1.050.956.411	5.254.782.053	0	0	178%	233.710.192	0	1.368.550.959	357%	96%	20%	168%
2015	16.205.354	1.177.558.536	5.254.782.053	180.860.179	0	167%	477.614.724	353.525.290	973.972.460	184%	86%	74%	135%
2016	15.905.537	1.931.798.672	5.254.782.053	997.908.091	1.823.065.975	100%	863.586.206	860.476.959	876.023.197	100%	81%	100%	100%
2017	14.843.090	2.070.938.810	4.218.055.839	1.490.180.316	1.842.014.204	87%	1.223.368.464	1.354.977.301	696.933.116	66%	80%	107%	89%
2018	15.946.786	2.568.263.373	3.936.673.191	2.236.456.734	2.154.090.210	75%	1.574.602.946	1.805.358.355	651.581.308	55%	84%	84%	73%
2019	19.583.136	2.720.190.569	3.369.949.353	2.586.456.734	2.356.809.838	87%	1.728.696.995	2.094.741.528	264.518.864	62%	88%	77%	75%
2020	22.039.680	2.836.832.769	2.627.016.577	2.936.456.734	2.559.097.400	94%	1.907.299.761	2.384.124.701	0	63%	89%	92%	84%
2021	26.656.305	3.072.622.114	2.609.517.488	3.286.456.734	2.501.989.025	105%	2.146.806.299	2.483.507.874	0	67%	92%	65%	78%

Indicador de eficiência da Rede:

Ano	Gastos Operacionais na Rede Externa	Exportações de bens - mercados da rede externa (€)	Taxa de crescimento das exportações	KPI A	Quota de mercado de bens	KPI B
2012	13.021.811	41.222.374.202	0%	112%	0,36%	107%
2013	12.682.775	43.182.797.260	5%	104%	0,37%	105%
2014	11.492.576	43.984.958.312	2%	92%	0,37%	104%
2015	12.122.879	45.620.136.424	4%	94%	0,38%	102%
2016	13.045.153	46.100.512.638	1%	100%	0,39%	100%
2017	13.861.978	50.242.412.604	9%	98%	0,39%	99%
2018	14.233.896	52.624.765.378	5%	96%	0,39%	100%
2019	15.092.086	54.195.740.822	3%	98%	0,40%	98%
2020	15.801.389	48.776.166.740	-11%	114%	0,41%	95%
2021	21.040.786	52.190.498.412	7%	142%	0,41%	95%



Apresenta-se agora o indicador final sem Expo 2020 Dubai e Plano de Promoção do TdP, que será o mais coerente para feitos de comparabilidade:

Ano	Gastos Operacionais	Ponderação	Indicador de eficiência da Sede	Ponderação	Indicador de eficiência da Rede	Indicador de Eficiência
2012	29.068.889	55%	314%	45%	109%	221,61%
2013	28.316.229	55%	212%	45%	105%	163,41%
2014	26.867.420	55%	168%	45%	100%	137,64%
2015	28.328.233	55%	135%	45%	99%	118,89%
2016	28.950.691	55%	100%	45%	100%	100,00%
2017	28.705.068	55%	89%	45%	98%	92,95%
2018	30.180.682	55%	73%	45%	98%	84,20%
2019	32.993.114	55%	72%	45%	98%	83,48%
2020	30.586.057	55%	71%	45%	99%	83,46%
2021	38.697.381	55%	68%	45%	102%	83,36%

Indicador de eficiência da Sede:

Ano	Gastos Operacionais na Sede	Investimento em acompanhamento	Investimento em Acompanhamento (Projetos QREN ainda pendentes)	Investimento em Acompanhamento (Projetos PT 2020)	Investimento em Acompanhamento (Projetos BF)	KPI (A)	Projetos de Internacionalização em Acompanhamento	Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (PT2020)	Investimento dos Projetos de Internacionalização em Acompanhamento (QREN)	KPI (B)	Taxa de reembolso - Média Móvel a 3 anos	KPI (C)	Indicador de eficiência da Sede
2012	16.047.079	722.388.918	3.611.944.592	0	0	270%	123.828.690	0	619.143.449	704%	89%	55%	314%
2013	15.633.454	865.186.119	4.325.930.596	0	0	219%	201.241.179	0	1.006.205.893	422%	91%	48%	212%
2014	15.374.844	1.050.956.411	5.254.782.053	0	0	178%	233.710.192	0	1.108.550.959	357%	96%	20%	168%
2015	16.209.354	1.177.548.536	5.254.782.053	180.860.179	0	167%	477.614.724	353.535.390	973.972.460	191%	86%	74%	135%
2016	15.905.537	1.931.798.672	5.254.782.053	997.908.091	1.823.065.975	100%	863.586.206	860.476.959	876.023.197	100%	81%	100%	100%
2017	14.843.090	2.070.938.810	4.218.055.839	1.490.180.316	1.842.014.204	87%	1.233.368.464	1.354.977.301	696.933.116	66%	80%	107%	89%
2018	15.946.786	2.568.263.373	3.936.673.191	2.236.456.734	2.154.090.210	75%	1.574.602.946	1.805.358.355	651.581.308	55%	84%	84%	73%
2019	17.901.028	2.720.190.569	3.369.949.353	2.586.456.734	2.356.809.838	80%	1.728.696.995	2.094.741.528	264.518.864	56%	88%	77%	72%
2020	15.736.057	2.836.832.769	2.627.016.577	2.936.456.734	2.559.097.400	67%	1.907.299.761	2.384.124.701	0	43%	89%	92%	71%
2021	21.360.595	3.072.621.114	2.609.517.488	3.286.456.734	2.501.989.025	84%	2.146.806.299	2.883.507.874	0	54%	92%	65%	68%

Indicador de eficiência da Rede:

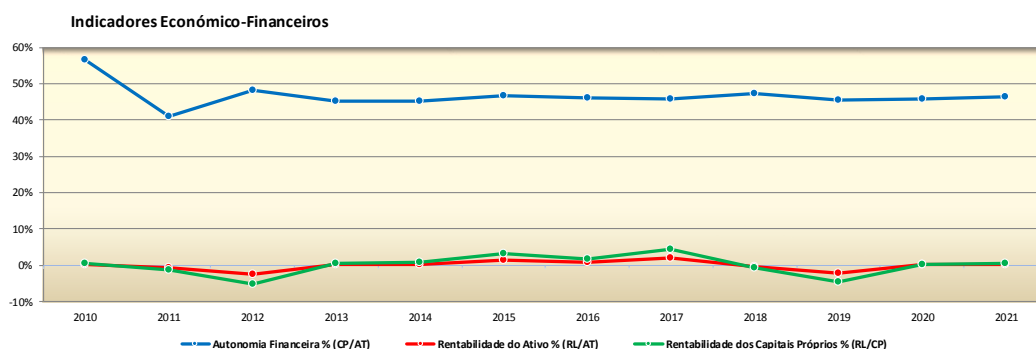
Ano	Gastos Operacionais na Rede Externa	Exportações de bens - mercados da rede externa (€)	Taxa de crescimento das exportações	KPI A	Quota de mercado de bens	KPI B
2012	13.021.811	41.222.374.202	0%	112%	0,36%	107%
2013	12.682.775	43.182.797.260	5%	104%	0,37%	105%
2014	11.492.576	43.984.958.312	2%	92%	0,37%	104%
2015	12.122.879	45.620.136.424	4%	94%	0,38%	102%
2016	13.045.153	46.100.512.638	1%	100%	0,39%	100%
2017	13.861.978	50.242.412.604	9%	98%	0,39%	99%
2018	14.233.896	52.624.765.378	5%	96%	0,39%	100%
2019	15.092.086	54.195.740.822	3%	98%	0,40%	98%
2020	14.850.000	48.776.166.740	-11%	108%	0,41%	95%
2021	17.336.786	52.190.498.412	7%	117%	0,41%	95%

De salientar que Indicador de Eficiência da AICEP foi aprovado por um período de 3 anos, ocorrendo em 2020 a terceira avaliação consecutiva, pelo que para o ano de 2021, a AICEP propõe a manutenção do mesmo indicador (novamente por um período de 3 anos) expurgando desse logo acontecimentos excepcionais como sejam a EXPO2020DUBAI, as despesas de promoção com o TdP, a Feira de Hanover e outros que venham a acontecer.

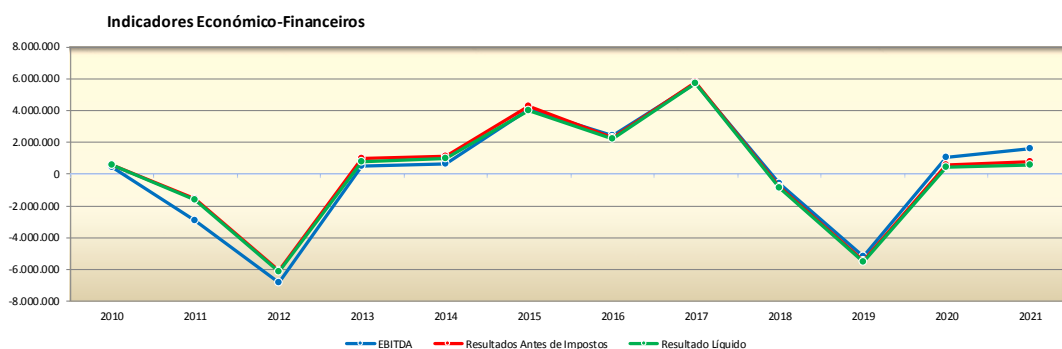


Refira-se que as demonstrações financeiras da AICEP refletem as responsabilidades relacionadas com a atividade da AICEP no âmbito da gestão dos sistemas de incentivos. Esta atividade sobressai, em particular, a nível de disponibilidades evidenciadas no balanço com contrapartida na rubrica “Outras contas a pagar”.

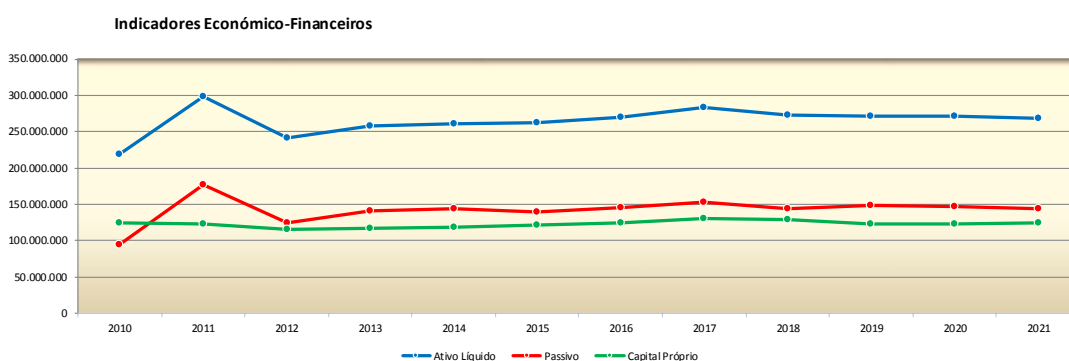
Apresentam-se de seguida alguns indicadores económico-financeiros:



Indicadores	Execução										Estimativa 2020	Previsão 2021
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
Autonomia Financeira % (CP/AT)	56,68%	41,05%	48,13%	45,32%	45,13%	46,57%	46,03%	45,95%	47,25%	45,46%	45,67%	46,44%
Rentabilidade do Ativo % (RL/AT)	0,26%	-0,54%	-2,54%	0,31%	0,39%	1,52%	0,81%	2,03%	-0,32%	-2,04%	0,15%	0,22%
Rentabilidade dos Capitais Próprios % (RL/CP)	0,46%	-1,31%	-5,28%	0,69%	0,86%	3,26%	1,77%	4,42%	-0,67%	-4,50%	0,34%	0,47%



Indicadores	Execução										Estimativa 2020	Previsão 2021
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
EBITDA	443.462	-2.920.619	-6.812.750	485.304	637.463	4.053.533	2.451.713	5.724.698	-600.309	-5.205.905	1.032.024	1.603.951
Resultados Antes de Impostos	600.219	-1.546.898	-6.062.182	957.448	1.122.793	4.286.364	2.278.214	5.814.464	-797.362	-5.447.208	607.053	773.951
Resultado Líquido	568.538	-1.605.009	-6.132.568	805.018	1.013.410	3.984.875	2.198.872	5.743.354	-868.988	-5.555.693	417.053	583.951



Indicadores	Execução										Estimativa 2020	Previsão 2021
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
Ativo Líquido	219.545.828	299.247.975	241.237.821	257.952.491	261.714.546	262.146.446	269.998.272	282.912.290	273.218.594	271.688.464	271.274.847	268.941.953
Passivo	95.103.314	176.410.470	125.135.173	141.044.826	143.596.600	140.067.829	145.722.353	152.920.447	144.123.171	148.175.835	147.372.596	144.046.081
Capital Próprio	124.442.514	122.837.505	116.102.648	116.907.665	118.117.945	122.078.617	124.275.920	129.991.843	129.095.424	123.512.629	123.902.250	124.895.871

Relativamente a indicadores para avaliação do impacto da concretização da proposta consideram-se que estes devem estar associados à atividade global da empresa concretizando-se na área promocional em termos do número de ações realizadas face ao previsto. Outros indicadores foram já referenciados neste Plano, nomeadamente os económico-financeiros atrás referidos.



ANEXOS

Anexo 1 – Plano Estratégico**REPÚBLICA
PORTUGUESA**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA INTERNACIONALIZAÇÃO
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROSGSEMI - Saída:313
Data:14-09-2017- CA
- SGAExmo. Senhor
Dr. Luís Castro Henriques
Presidente do Conselho de Administração
Agência para o Investimento e Comércio
Externo de Portugal, E.P.E.
Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 LisboaC/c: Secretária-Geral Adjunta
da AICEP, E.P.E

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: GSEI/0138/2017 ENT.: PROC. Nº: A3.9	14/09/2017

ASSUNTO: Plano Estratégico da AICEP (2017-2019) - Homologação

Encarrega-me S. Exa. o Senhor Secretário de Estado da Internacionalização, de dar conhecimento do despacho que exarou, no “Plano Estratégico da AICEP (2017-2019)”:

“Concordo e homologo, devendo a sua execução ter como referente de sentido e ser adaptada em função de eventuais alterações e ajustamento ao Programa Internacionalizar. Dê-se conhecimento ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, assim como ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, com sugestão de envio urgente à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, para efeitos de cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro retificado pela declaração de retificação n.º 2 de 2012, de 25 de janeiro.

14.09.2017

Ass: Eurico Brilhante Dias”

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Filipe Ramalheira

Anexo: O mencionado
EA/.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



PLANO ESTRATÉGICO DA AICEP 2017-19

**AICEP MAIS SIMPLES
AICEP MAIS PRÓXIMA**



ENQUADRAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

Exportações e Investimento estão num ciclo positivo



¹ Banco de Portugal aponta para 2,5% e a previsão mais recente do CFP para 2,7%. Fontes: INE, Banco de Portugal, AICEP.

Mas é importante alavancar a atual dinâmica positiva para potenciar a missão da AICEP

Motivos para necessidade de nova estratégia

Manter dinâmica de crescimento e recuperação das exportações e investimento

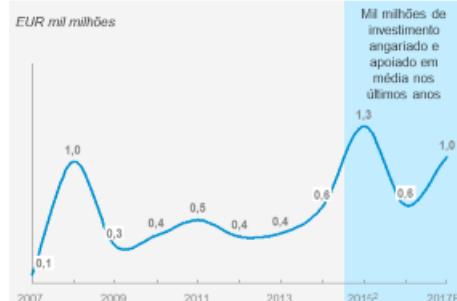
Fortalecer a capacidade da AICEP de desenvolver a sua missão num mercado mais competitivo e digital

RESULTADOS

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS (SERVIÇOS E MERCADORIAS), 1995-2016



INVESTIMENTO EFETIVAMENTE APOIADO¹ PELA AICEP NO ÂMBITO DO QREN E PT2020, 2007-2017E²



¹ Estimativa. ² No âmbito do PT2020/QREN foram considerados os projetos (I&DT e Inovação Produtiva) elegíveis e efetivamente apoiados (exclui anulações e desistências) e os que ainda aguardam parecer, organizados pelo data de candidatura. ³ Investimento de projetos sem parecer foi ajustado por um fator de ponderação (50% para candidaturas de 2015, 75% para candidaturas de 2016 e 100% para candidaturas até Setembro de 2017). Fontes: INE, Banco de Portugal, AICEP.



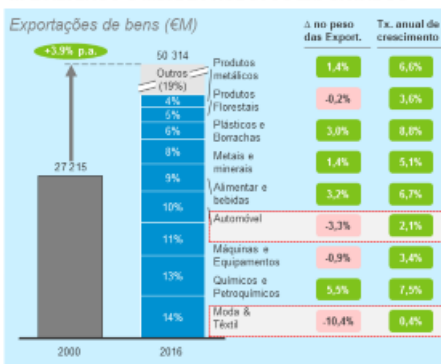
RESULTADOS: EXPORTAÇÃO

PORTUGAL DIVERSIFICOU A BASE DE CLIENTES...

Ranking ¹	2000	Peso nas exportações de bens	2016	Peso nas exportações de bens
Top 4		61%		57%
#5		6%		5%
#6		6%		4%
#7		4%		3%
#8		4%		3%
#9		2%		2%
#10		1%		1%
#11		1%		1%
#12		1%		1%
#13		1%		1%
Resto		12%		29%

¹ Ranking considerando apenas o valor de bens exportados
FONTE: INE

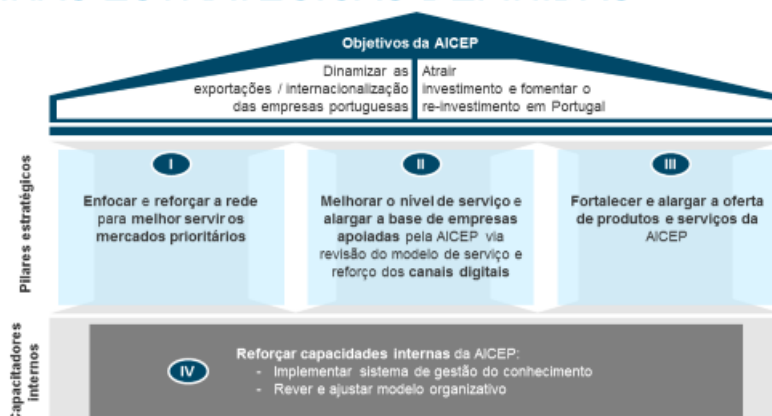
... E ALTEROU O MIX DE PRODUTOS EXPORTADOS¹



GRANDES OBJETIVOS DO PLANO

- EXPORTAR +**
 - Manter exportações na rota de crescimento, para atingir peso de 50% do PIB entre 2020-25
 - Reforçar proximidade e apoio às empresas, em particular às PMEs
 - Fomentar crescimento de ecossistema orientado para o mercado internacional
- INVESTIR +**
 - Captar Investimento em linha com histórico recente
 - Potenciar captura de IDE via maior enfoque nos mercados prioritários e rede de Scouts
- VALORIZAR MARCA PORTUGAL**
 - Continuar a promover a imagem de Portugal e fortalecer proposta de valor de Portugal dentro da CPLP para investidores
- DIGITALIZAR PARA O FUTURO**
 - Simplificar relação e processo de interação das empresas com a AICEP via aposta digital

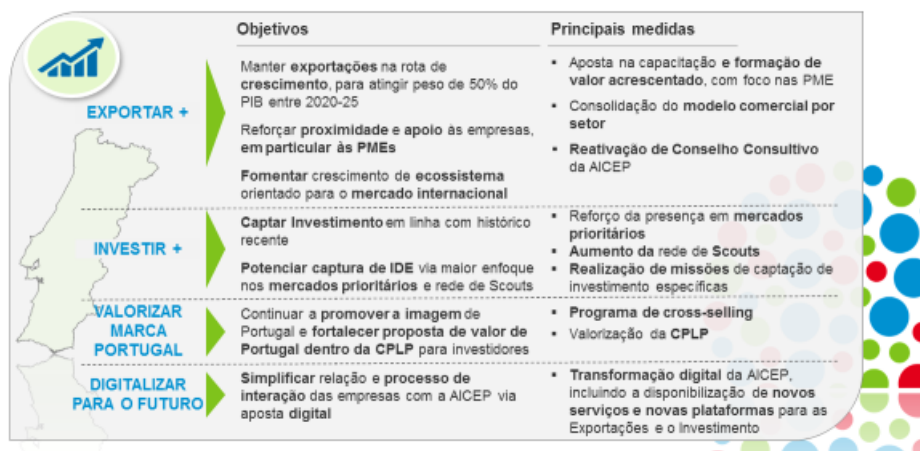
LINHAS ESTRATÉGICAS DEFINIDAS



Fonte: AICEP



EM RESUMO...



Plano estratégico 2017-19: Principais medidas e ações a desenvolver

10 medidas divulgadas como core

Medidas divulgadas como "com potencial de serem implementadas durante execução do Plano"

Pilar estratégico	Nº	Medidas e ações planeadas	Área responsável	Início	Deadline
Enfocar e redefinir a rede para melhor servir os mercados prioritários	1	Enfocar e redefinir a rede de forma a reforçar presença em mercados prioritários e aumentar rede de FDI Scouts para abranger Brasil e reforçar posição na Europa e EUA	Conselho de Administração + DREI	jun/17	dez/19
	2	Fomentar e assegurar implementação de medidas tangíveis referentes à CPLP, nomeadamente a criação de acordos que valorizem o espaço CPLP (por exemplo, visto empreendedor CPLP ou patente CPLP)	Conselho de Administração	jan/00	dez/19
	3	Lançar programa de cross-selling: realização de eventos de promoção de Portugal em ligação à participação da AICEP em feiras / eventos comerciais	A definir	0	dez/19
	4	Organizar missões para captação de investimento ou entrada em novos mercados, lideradas por "Representantes Económicos Especiais" (diplomatas e/ou empresários com carreiras destacadas ou conhecimentos relevantes para apoiar a missão)	D. Comercial	set/17	dez/19
Melhorar o nível de serviço e alargar a base de empresas apoiadas pela AICEP via revisão do modelo de serviço e reforço dos canais digitais	5	Melhorar o nível de serviço e qualidade de apoio às empresas prioritárias via a) Rebalanceamento das carteiras de clientes para alinhar carga por gestor com melhores práticas b) Reforço da equipa de gestores de clientes (+16 Gestores) c) Consolidação do modelo comercial por setor, via realocação de carteiras e criação de um especialista de fileira por setor d) Angariar PME's identificadas como prioritárias mas não encarteiradas via Lojas de Exportação	Rede Comercial (DC + DAD)	set/17	dez/18
	6	Digitalizar a oferta da AICEP: reformular o canal de atendimento digital, via lançamento de novo(s) portal(is) para a promoção da Exportação e Angariação de Investimento	Unidade de Transformação Digital	jul/17	dez/19
	7	Dinamizar as exportações on-line de produtos Portugueses nos mercados internacionais	Produto	dez/17	dez/19
Fortalecer e alargar a oferta de produtos e serviços da AICEP	8	A) Aumentar oferta de produtos customizados e personalizados e de elevado valor acrescentado para as empresas, incluindo: "Academia da Internacionalização" - Reforço da oferta especializada e personalizada a mercados/setores específicos - Aceleradora - Criação de programa de apoio a PME's em internacionalização - Desenvolvimento de produtos orientados para business intelligence para apoio da estratégia da aicep B) Desenvolver soluções de e-learning e novos serviços digitais de apoio ao processo de exportação	Produto	set/17	dez/19



Reforçar capacidades internas da AICEP	9	Rever sistema de gestão de desempenho para reforçar orientação da AICEP a resultados	Recursos Humanos	dez/17	dez/18
	10	Implementar sistema de gestão do conhecimento interno alinhado com melhores práticas, para assegurar prestação transversal de um serviço de qualidade	A definir	a definir	jun/19
	11	Rever modelo organizativo da AICEP de forma a potenciar o cumprimento do Plano Estratégico 2017-19, incluindo: - Criação de Rede Comercial (DC + DAD) única, organizada por setores - Criação de nova equipa de negócio responsável por gerir os Canais Remotos da AICEP e liderar a sua transformação digital - Fusão de departamentos com funções sinérgicas	Conselho de Administração	jul/17	dez/17
	12	Apostar na valorização interna dos funcionários da AICEP via realização de formações alinhadas com as iniciativas do plano estratégico	Recursos Humanos	out/17	dez/18
	13	Mudar para novas instalações que permitam cumprir o plano estratégico	Compras e Património	jul/17	out/18
Outras medidas orientadas para a promoção das Exportações e Internacionalização das empresas	14	Lançar concurso de ideias para identificar melhor modelo para promover a marca de produtos portugueses no estrangeiro	Assessoria - Transformação Digital	A definir	dez/19
	15	Reativar Conselho Consultivo tripartido, constituído por três fóruns bianuais de debate e reflexão sobre a Agenda da AICEP - 20 empresas (10 principais clientes da AICEP e 10 PMEs de elevado potencial - anualmente selecionadas pela AICEP) - Associações, Universidades e fóruns/think-tanks relevantes - 15 Câmaras de Comércio e Indústria presentes em Portugal: 6 de participação fixa (mercados core) e 9 rotativa (a convite da AICEP)	Assessoria - Maria João Veiga Gomes	set/17	dez/19
	16	Reforçar protocolos entre a AICEP e entidades relevantes, como Universidades Portuguesas	Produto	set/17	dez/19
	17	Reformular programa Inov Contacto	Inov Contacto	jan/18	jul/19
	18	PROMOÇÃO-FUNDOS EUROPEUS Desenvolver iniciativas promocionais em parceria com outras Agências da UE em mercados terceiros, com recurso a fundos europeus	Assessoria - Maria João Veiga Gomes	nov/17	dez/19
	19	Identificar e abordar Embaixadas nos mercados core para a criação de "Conselhos Económicos para a Internacionalização" junto das Embaixadas (portugueses com posições de destaque nos meios económicos dos países de acolhimento e que a convite dos/presididos pelos Embaixadores reunirão duas vezes por ano para aconselhar o Embaixador e também, onde exista, o responsável da AICEP)	Assessoria - Maria João Veiga Gomes	jan/18	dez/19
	20	Realizar evento anual da AICEP com o objetivo de: - Apresentar e discutir principais resultados a nível da Exportação e captação de Investimento no ano anterior - Apresentar a Agenda da AICEP para o ano seguinte - Promover diálogo e recolha de feedback junto das empresas participantes - Atribuir prémios de reconhecimento a: i) PME que se destacou na área da exportação / promoção de investimento ii) Melhor delegação da AICEP	Comunicação	dez/17	dez/18
21	Reforçar relações e parcerias com outras entidades públicas e organismos governamentais para a promoção do investimento em Portugal e internacionalização do tecido empresarial Português	Conselho de Administração	jan/18	dez/18	



Anexo 2 – Plano Internacionalizar

6522

Diário da República, 1.ª série — N.º 234 — 6 de dezembro de 2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Declaração de Retificação n.º 43/2017

Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República* n.º 232, 1.ª série, de 4 de dezembro de 2017, o Decreto do Presidente da República n.º 137/2017, de 4 de dezembro, retifica-se que onde se lê: «Coronel Ti-rocinado de Artilharia» deve ler-se: «Coronel Ti-rocinado de Infantaria».

Secretaria-Geral da Presidência da República, 4 de dezembro de 2017. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

110973235

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2017

O Programa do XXI Governo Constitucional fixou como prioridades a inovação, a internacionalização e a atração de mais e melhor investimento (nacional e estrangeiro). A mobilização dos agentes económicos portugueses é fundamental para atingir estes desideratos, contribuindo não apenas para a superação dos desafios decorrentes de uma maior integração no mercado global, mas também para o aproveitamento das oportunidades que os acordos de comércio bilaterais e multilaterais, e a inserção num bloco comercial como a União Europeia proporcionam a economia portuguesa.

O processo de internacionalização tem registado progressos que importa consolidar e potenciar. Nas últimas duas décadas, as exportações apresentaram um crescimento superior ao do Produto Interno Bruto (PIB), assumindo-se como um dos principais motores da criação de riqueza nacional. Em 2016 o peso das exportações no PIB ascendia aos 40,2 % quando, em 2005, não ultrapassava os 26,7 % (Instituto Nacional de Estatística — INE). Desde 2012, Portugal tem apresentado um saldo positivo da balança comercial, tendo, em 2016, atingido um *superávit* de 4,1 mil milhões de euros, — elemento que tem contribuído para a evolução positiva das contas públicas, que o Governo se encontra a empunhar em consolidar.

Cerca de 84 % das exportações nacionais de bens apresentam uma intensidade mediana/alta de tecnologia (Gabinete de Estratégia e de Estudos do Ministério da Economia, 2015). Os serviços têm assumido uma maior preponderância, correspondendo a 35 % das exportações nacionais (INE 2016). Nos últimos anos, o setor do turismo foi em média responsável por 16 % do total exportado. O número de empresas exportadoras tem-se mantido praticamente inalterado desde 2012 (21 500/ano). Todavia, regista-se um elevado grau de renovação da base exportadora (5000 novas exportadoras/ano). Em 2016 (INE), as 5 principais exportadoras nacionais foram responsáveis por 13 % das vendas no exterior. Contudo, importa destacar que 50 % das exportadoras nacionais representam, em média, apenas 7 % do total das exportações, o que evidencia um elevado grau de concentração.

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tem vindo a crescer, alcançando o valor de 5483 mil milhões de euros, em 2016 (Banco de Portugal, 2016). O *stock* de IDE tem assumido uma crescente relevância face ao PIB (de 52 %, em 2012, para 61 %, em 2016), e cerca de 7 % do total

do ano passado direcionou-se a indústria transformadora, enquanto a atividade financeira e de seguros foi responsável por 39 %.

Não obstante os resultados positivos alcançados nos últimos anos, quer no plano da internacionalização (*outbound*), quer no plano da captação de investimento (*inbound*), há ainda aspetos que devem merecer a atenção dos agentes económicos e políticos.

Por um lado, continua a verificar-se uma grande concentração nos mercados de destino das exportações portuguesas. Em 2016 (INE), 74 % do comércio internacional português realizou-se dentro da União Europeia. Espanha, Alemanha e França, em conjunto, foram responsáveis por 45 % das exportações nacionais.

Por outro lado, os esforços de diversificação dos últimos anos aumentaram a exposição das exportações e do investimento direto português no estrangeiro (IDPE) a mercados com elevado risco face às variações do preço de matérias-primas e energia.

Verificam-se também, particularmente desde a crise financeira de 2008, dificuldades acrescidas por parte das empresas exportadoras no acesso ao crédito e às garantias financeiras necessárias às suas operações — instrumentos essenciais, a par do IDE, para os esforços de modernização da capacidade produtiva nacional e para o incremento da competitividade das exportações portuguesas (Banco de Portugal).

Por último, ao aumento das exportações brutas não corresponde necessariamente um crescimento do valor acrescentado nacional (VAN), e a inserção de empresas portuguesas nas chamadas cadeias de valor globais ancora ainda grande potencial.

Ja os fluxos de IDE têm-se concentrado de forma particularmente intensa nos setores financeiro e imobiliário, havendo margem para desenvolver e apoiar uma maior diversificação, com maior impacto no tecido produtivo nacional.

No quadro da aposta estratégica na internacionalização, o XXI Governo Constitucional elaborou o Programa Internacionalizar, através do qual procura responder a estes e outros desafios, e também dar continuidade a várias iniciativas estruturantes e que têm sido condições indispensáveis para o fortalecimento da economia nacional, promovendo o crescimento económico, a criação de emprego qualificado e de qualidade, maior valor acrescentado nacional, mais justiça social, assim como maior coesão territorial. Importa salientar que o Programa se encontra alinhado com outras políticas já definidas pelo Governo, nomeadamente o Plano Nacional de Reformas, a Estratégia Nacional para o Empreendedorismo (*Start Up* Portugal), o Programa Capitalizar, o Programa Indústria 4.0, e a Estratégia Turismo 2027.

O Programa Internacionalizar estabelece, como objetivos gerais, aumentar as exportações de bens e serviços (ambicionando-se atingir um volume de exportações equivalente a 50 % do PIB na primeira metade da próxima década), aumentar o número de exportadores, promover a diversificação dos mercados de exportação, incrementar os níveis de investimento (nacional e estrangeiro), fomentar o aumento do valor acrescentado nacional, e promover uma maior e melhor articulação entre os vários agentes envolvidos nos processos de internacionalização da economia portuguesa.

Estes processos são hoje partilhados por uma pluralidade de agentes públicos e privados, que não se esgotam na administração central do Estado, estendendo-se, entre



outros, a empresas, associações empresariais, instituições financeiras, câmaras de comércio, municípios, estabelecimentos de ensino e investigação, e estruturas da diáspora portuguesa.

A coordenação política do Programa Internacionalizar é confiada ao membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros — e em particular a Secretaria de Estado da Internacionalização — reforçando o seu papel natural na definição e condução da diplomacia económica do Estado. O membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros promoverá a coordenação com as áreas governativas relevantes.

A coordenação técnica do Programa Internacionalizar é da competência da Agência Portuguesa para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), E. P. E., que, através do seu Plano Estratégico 2017-2019, operacionalizará os objetivos e iniciativas definidos, em articulação com os demais agentes, e em estreita coordenação com as redes diplomática e consular.

Ao Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia (CEIE) — onde as principais associações empresariais portuguesas se encontram representadas — será atribuída a responsabilidade pelo acompanhamento da execução do Programa Internacionalizar. O CEIE teve um papel importante no processo de suscitação dos diversos interlocutores, na definição de calendários de execução, e no desenho preliminar do Programa. Neste domínio, importa também relevar o contributo dado pela Assembleia da República, onde o Programa foi amplamente discutido nas Comissões Parlamentares dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, dos Assuntos Europeus, e da Economia, Inovação e Obras Públicas.

O Governo encontra-se empenhado em garantir que todas as medidas previstas no presente Programa estarão executadas ou em execução até final de 2019.

Assim:
Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o Programa Internacionalizar, que consta do anexo à presente resolução e que dela faz parte integrante.

2 — Determinar que a coordenação do Programa Internacionalizar pertence, no plano técnico, à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e, no plano político, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, através do Secretário de Estado da Internacionalização, em articulação com as áreas governativas relevantes;

3 — Determinar que a execução do Programa Internacionalizar é acompanhada pelo Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia, que para o efeito reunirá com uma periodicidade semestral.

4 — Determinar que a presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 9 de novembro de 2017. — O Primeiro-Ministro, António Luís Santos da Costa.

ANEXO

(a que se refere o n.º 1)

Programa Internacionalizar

1 — Objetivos gerais

Aumentar as Exportações de Bens de Serviços; Incrementar as exportações reforçando o seu peso relativo no

produto interno bruto (PIB), com um contributo para o aumento do grau de abertura da economia portuguesa, como condição para o crescimento e criação de emprego.

Aumentar o Número de Exportadores: O potencial de crescimento do número de empresas exportadoras, com particular atenção às pequenas e médias empresas (PME), deve permitir uma renovação do tecido exportador nacional, onde se inclui o acompanhamento das *startups* nacionais.

Aumentar o Número de Mercados de Exportação: Fruto da integração da economia nacional na União Europeia, as empresas portuguesas exportam mais de 70 % para o mercado interno. Mais de 45 % das exportações nacionais têm como destino apenas 3 mercados. Devemos, assim, continuar a apoiar os esforços de diversificação de mercados, promovendo a aposta em novas geografias.

Aumentar o Investimento Direto Estrangeiro: O aumento do stock de investimento direto estrangeiro é nacional e fundamental para a capitalização e desenvolvimento de ativos. A densificação das cadeias de valor nacionais deve conduzir a prioridades de captação de investimento estrangeiro.

Aumentar o Investimento Direto Português no Estrangeiro: O investimento direto português no estrangeiro (IDPE) orientado ao suporte da atividade exportadora e ou ao equilíbrio da Balança Corrente deve ser prioritário.

Aumentar o Valor Acrescentado: o reforço do VAN (valor acrescentado nacional) das exportações nacionais, assim como da intensidade tecnológica (e de conhecimento), deve contribuir duplamente para o saldo de bens e serviços, assim como para um progressivo aumento do preço médio dos produtos e serviços nacionais transacionados nos mercados internacionais.

2 — Desenvolvimento estratégico

O desenvolvimento estratégico do Programa Internacionalizar assenta em duas linhas de atuação, interdependentes: o Comércio Internacional e o IDPE (Internacionalização *outbound*) e o investimento (e reinvestimento) em Portugal, nomeadamente o investimento direto estrangeiro (IDE) (Internacionalização *inbound*).

Para a dinamização destas duas linhas concorrem 6 eixos de intervenção: a) *Business and Market Intelligence*; b) Qualificação de Recursos Humanos e do Território; c) Financiamento; d) Apoio ao Acesso aos Mercados e ao Investimento em Portugal; e) Desenvolvimento da Marca Portugal; f) Política Comercial e Custos de Contato.

Naturalmente, as diversas medidas que o Programa Internacionalizar contempla, inseridas nestes eixos, serão decisivas para o alcance dos objetivos que o Programa estabelece.





3 — Eixos de intervenção

Eixo A — *Business and Market Intelligence*:

O processo de recolha, organização, análise, partilha e monitorização de informação de apoio ao desenvolvimento de estratégias de internacionalização e de atração de investimento é fundamental para alcançar os objetivos. Antecipar tendências e oportunidades é uma vantagem competitiva relevante.

Eixo B — Qualificação de Recursos Humanos e do Território:

B1 — Recursos Humanos: promover a qualificação de recursos humanos, orientados para a atividade internacional e mercados externos, bem como para o desenvolvimento das cadeias de valor em Portugal, em especial em PME. Dar um impulso relevante aos programas de capacitação empresarial, procurando aumentar o conhecimento e experiência internacional nas empresas nacionais.

B2 — Território: desenvolver iniciativas de reforço da qualificação e promoção dos territórios, potencialmente recetores de investimento, assim como as competências dos agentes territoriais, com vista ao aumento de uma maior eficiência nos processos de promoção e acompanhamento do investimento.

Eixo C — Financiamento:

Desenvolver novos instrumentos de financiamento das empresas e da sua atividade nacional e internacional. Através do reforço e melhoria dos mecanismos existentes — seja em termos de cobertura dos riscos de financiamento, seja mediante a facilitação do acesso das empresas portuguesas às Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) — serão implementados memorandos de entendimento (MdE) sobre cooperação empresarial triangular, e instituído um Fundo de Fundos, abrindo novas oportunidades para que as empresas nacionais reforcem a sua capacidade de internacionalização e reinvestimento, com mais exportações e mais IDPE.

Eixo D — Apoio no Acesso aos Mercados e ao Investimento em Portugal:

D1 — Acesso aos Mercados: promover medidas que visam a identificação e diversificação de mercados alvo, através de ações coordenadas entre entidades públicas e privadas, com o intuito de reforçar a atividade exportadora e o IDPE.

Será melhorada a articulação institucional entre as agências públicas, *nomeadamente* Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), e as entidades empresariais, de forma a aumentar a eficácia das ações externas e as sinergias entre *stakeholders*. Serão ainda dinamizadas parcerias com entidades de relevo, nacionais e estrangeiras, para a promoção do acompanhamento regular das atividades de apoio à internacionalização das empresas nacionais.

D2 — Investimento em Portugal: reforçar as linhas de atuação que visam o reinvestimento e a captação de IDE, em especial, de forma a colmatar fragilidades nas cadeias de valor nacionais, nomeadamente, dos setores estruturantes da economia nacional, incluindo a atração do reinvestimento na economia nacional da diáspora portuguesa.

Eixo E — Desenvolvimento da Marca Portugal:

Desenvolver e implementar medidas que promovam o incremento da imagem dos produtos e serviços portugueses

no estrangeiro, bem como a visibilidade da competitividade nacional, e o reforço das vantagens do país e da sua perceção internacional.

Eixo F — Política Comercial e Custos de Contexto:

Apoiar a conclusão de novos acordos de comércio livre pela União Europeia, assim como acompanhar a execução dos já celebrados, afigura-se fundamental para aumentar a diversificação de mercados e consolidar o grau de integração noutros. Contribuir para a melhoria do ambiente de negócio, em Portugal e no exterior, assume-se como uma prioridade, sendo determinante o envolvimento de todos os agentes.

4 — Objetivos específicos e medidas a executar

Eixo A — *Business and Market Intelligence*:

Objetivos específicos:

Identificar oportunidades de entrada em novos mercados e potenciar o acesso a novas cadeias de valor internacionais.

Apostar na crescente articulação entre a política de cooperação para o desenvolvimento e a internacionalização das empresas portuguesas.

Articular e coordenar as ações de internacionalização, promovidas por entidades públicas e privadas, também na vertente institucional.

Reforçar a vertente da internacionalização na política de *clusters* e em outros instrumentos de gestão de eficiência coletiva.

Aumentar a divulgação e acesso às iniciativas e ações de apoio à internacionalização, apostando em novas formas de comunicação.

Medidas:

A.1. Mercados Estratégicos para a Internacionalização (*outbound*): No âmbito do Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia, antecipando tendências e oportunidades, identificar os mercados de atuação, numa base plurianual e por *cluster* e ou setores de atividade.

A.2. Estudo Comparado de Estratégias de Internacionalização: Elaborar estudo tendo por objeto o levantamento/*benchmarking* de estratégias de internacionalização e de captação de IDE desenvolvidas por outros países (em mercados selecionados);

A.3. Desenvolvimento de Ferramentas de *Intelligence* Competitiva:

Melhorar a monitorização da informação compilada nos relatórios internacionais sobre o ambiente de negócios em Portugal (*Doing Business*, *World Economic Report*, *World Competitiveness Ranking*, etc.) pelo impacto que têm na perceção das oportunidades de investimento no país.

Em articulação, agentes públicos e privados relevantes (AICEP, associações, câmaras de comércio, *think tanks*...), desenvolver mecanismos que permitam identificar tendências e elaborar análises estratégicas aos mercados, identificar oportunidades e mapear riscos, através de metodologias transversais (ainda que adaptadas às realidades de cada *cluster* e setores de atividade).

Eixo B — Qualificação de Recursos Humanos e do Território:

Objetivos específicos:

Dinamizar a qualificação de recursos humanos com competências em comércio internacional, assim como



mecanismos de integração dos mesmos nas empresas, em particular PME.

Promover reinvestimento e captar IDE, em especial para setores estruturantes da economia nacional.

Captar IDE que permita reduzir falhas das cadeias de valor em Portugal.

Incrementar a atratividade dos territórios e a visibilidade dos ativos disponíveis.

Apoiar o reinvestimento em Portugal.

Medidas:

B.1. Programa Nacional de Capacitação para a Internacionalização:

Criar, em parceria com as associações empresariais e instituições de ensino superior, um programa plurianual de capacitação em comércio internacional, assente no prévio levantamento de necessidades setoriais, que permita aumentar a disponibilidade de quadros com competências para abordar os mercados externos.

Implementar medidas de contratação e fixação destes quadros nas empresas, em particular nas PME.

Promover programas de apoio à participação de *startups* portuguesas no âmbito de eventos de relevância internacional (ex. a *Web Summit*), capacitando-as para uma presença de excelência através de ações de formação intensiva que visem potenciar a sua internacionalização e a atração de investimento.

B.2. Desenvolvimento do Programa Inov Contacto: consolidar o programa de estágios internacionais procurando aumentar a incorporação dos estagiários nas empresas de acolhimento.

B.3. Cadastro de Ativos: elaborar e atualizar listas de ativos, identificando oportunidade de investimento concretas que possam ser apresentadas a investidores internacionais e, sempre que possível, desenvolver *dossiers* de promoção específicos, incluindo para municípios de baixa densidade.

B.4. Desenvolvimento da Plataforma *Global Fund*: implementar medidas/ações no sentido de ampliar a rede de espaços empresariais industriais na plataforma *Global Fund*, promovendo a divulgação e qualificação da oferta, alargando as regiões autónomas em estreita colaboração com os respetivos governos regionais.

B.5. Promoção e Qualificação de Localizações Empresariais: em coordenação com as entidades municipais, qualificar e promover localizações empresariais, dando destaque à sustentabilidade económica, social e ambiental, para o acolhimento de investimento.

Eixo C — Financiamento:

Objetivos específicos:

Articular com as instituições financeiras nacionais formas de apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

Facilitar o acesso das empresas portuguesas às oportunidades apresentadas pelas IFIs.

Apoiar o reinvestimento em Portugal.

Captar IDE que permita reduzir falhas das cadeias de valor em Portugal.

Reforçar a vertente da internacionalização na política de *clusters* e em outros instrumentos de gestão de eficiência coletiva.

Medidas:

C.1. Dinamização de Produtos de Cobertura de Risco à Exportação: desenvolver instrumentos financeiros de apoio (incluindo reavaliação dos procedimentos de decisão) à internacionalização de empresas (seguros de crédito à exportação, garantias, etc.), designadamente para operações em mercados de risco elevado, com especial destaque para mercados fora da OCDE.

C.2. Fundo 200M: dinamizar o Fundo de Capital de Risco de natureza pública («200 M»), que participará no capital de empresas em Portugal, em coinvestimento com outros operadores privados de capital de risco de origem nacional ou internacional.

C.3. Fundo dos Fundos para a Internacionalização: estabelecer um «Fundo de Fundos» público de captação de IDE, que permita alavancar fundos adicionais, em regime de coinvestimento, com investidores institucionais estrangeiros, públicos e privados, para processos de internacionalização de empresas portuguesas.

C.4. Outros Apoios Financeiros à Internacionalização para Países em Desenvolvimento: utilizar a Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento (SOFID) e outros fundos como instrumentos privilegiados de financiamento da internacionalização de empresas portuguesas para países em desenvolvimento, continuando a consolidação e a reorientação estratégica, materializadas na sua recapitalização, capacidade de alavancagem de fundos europeus (cooperação delegada, fundos fiduciários e outros) e multilaterais.

C.5. Desenvolvimento do Financiamento Multilateral:

Dinamizar ações facilitadoras do acesso das empresas portuguesas às oportunidades de negócio proporcionadas por IFIs.

Participar ativamente, sempre que possível, na construção dos mecanismos de financiamento e nas opções de investimento das IFIs.

Fomentar o desenvolvimento de uma rede de contactos entre cidadãos portugueses nacionais que desempenhem funções nas IFIs.

Potenciar as oportunidades de financiamento no quadro da União Europeia, designadamente as associadas ao Plano de Investimento para a Europa, ao Plano de Investimento Externo Europeu, assim como a iniciativas de promoção da economia circular.

C.6. Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica: promover a utilização do incentivo fiscal previsto no Decreto-Lei n.º 22/2017, de 22 de fevereiro, com o objetivo de reforçar a competitividade de Portugal enquanto local de produção cinematográfica, estimulando a atividade dos produtores e coprodutores nacionais, bem como atraindo produções estrangeiras de qualidade que aproveitem da melhor forma o potencial dos recursos nacionais.

C.7. Medidas de Promoção de Escala e Cooperação entre Associações Empresariais/Empresas: promover o cofinanciamento pelo sistema de incentivos de ações de promoção externa que envolvam a cooperação entre entidades de setores e *clusters* diferentes, complementares e representativos da oferta nacional.

Eixo D — Apoio no Acesso aos Mercados e ao Investimento em Portugal:

Objetivos específicos:

Apoiar a atividade exportadora das empresas portuguesas.



Apoiar o reinvestimento em Portugal.
Articular e coordenar ações de internacionalização, promovidas por entidades públicas e privadas, também na vertente institucional.

Dinamizar as parcerias com os *stakeholders* relevantes para a promoção do acompanhamento regular das atividades de apoio à internacionalização das empresas nacionais.

Aumentar a divulgação e acesso às iniciativas e ações de apoio à internacionalização, apostando em novas formas de comunicação.

Apostar na crescente articulação entre a política de cooperação para o desenvolvimento e a internacionalização das empresas portuguesas.

Identificar oportunidades de entrada em novos mercados e potenciar o acesso a novas cadeias de valor.

Capta investimento que permita reduzir falhas das cadeias de valor em Portugal.

Atrair os empresários da diáspora portuguesa como potenciais investidores relevantes em Portugal, assim como dinamizadores da exportação de produtos e serviços nacionais.

Valorizar a rede de beneficiários de Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI) para efeitos de captação de investimento produtivo.

Apoiar o IDPE.

Medidas:

D.1. Programa Nacional de Ações de Promoção Externa:

Elaborar um programa plurianual que consolide as ações de promoção externa (incluindo setores, como o turismo, a cultura, o ensino, o mar, etc.) dos agentes públicos e privados envolvidos (agências públicas, associações empresariais, *clusters*, entidades regionais, etc.), tendo em vista uma melhor coordenação, promoção de sinergias, eficiência na utilização de recursos, bem como um melhor alinhamento dos sistemas de incentivos. Este plano deverá também contemplar iniciativas de promoção de bens e serviços das regiões autónomas.

Fomentar a colocação de produtos portugueses em redes de distribuição, em plataformas *online*.

Desenvolver abordagens concretas e orientadas aos mercados públicos.

Reforçar a presença de *startups* portuguesas e projetos inovadores, nas ações de promoção externa, promovendo o contacto com investidores e potenciais parceiros.

Apostar no envolvimento das transportadoras aéreas, com especial ênfase na TAP, em eventos especiais (ex. voos inaugurais) para potenciar missões empresariais e outras iniciativas de promoção externa de Portugal.

Estabelecer pontos de contacto (*single point of contact*) nos diversos *clusters* para facilitar a coordenação e execução dos processos de internacionalização.

D.2. Programa de Angariação de Investimento de *Targets* Seleccionados:

Elaborar um programa específico de atração de investimento dirigido a grupos identificados, nomeadamente IDE que permita atenuar falhas nas cadeias de valor em Portugal, investidores da diáspora, beneficiários de ARI, empresas de base tecnológica, participantes em eventos de referência internacional e grandes acumuladores de capital (ex. entidades financeiras, grandes corporações ou *family offices*), alinhando, sempre que possível, incentivos financeiros e fiscais.

Desenvolvimento de *dashboards* especiais de captação de investimento, nomeadamente na área da Economia do Mar, Bioeconomia, do *Brewit*, etc.

Valorizar a utilização das ARI, ponderando a criação de novos tipos de vistos que atraiam ou facilitem o IDE em setores produtivos e promover a entrada de quadros com capacidade empreendedora e com projetos de base tecnológica, científica e inovadora, constituindo ainda uma importante linha de desenvolvimento.

D.3. Portal de Entrada em Portugal: criar uma página de entrada (*landing page*), direcionada a investidores, compradores ou estudantes externos, assim como turistas, que funcione como ponto de acesso único a informação sobre investir, comprar, estudar e viajar em Portugal. Esta iniciativa deverá ser aproveitada para uniformizar e melhorar a informação disponibilizada, nomeadamente procurando alargar os conteúdos apresentados.

D.4. Portal das Exportações: plataforma *online*, que incorpore novos instrumentos associado à digitalização de processos (ex. *e-commerce*, *Big Data*, *Design Thinking*, *Machine Learning*, etc.), onde será disponibilizada informação sobre mercados, iniciativas de promoção, programas de capacitação e formação, incentivos financeiros e serviços de apoio ao processo de internacionalização (consultores, recursos humanos, comunicação e imagem, etc.), reunindo iniciativas públicas e privadas e que esteja organizado em linha com a política de *clusters*.

D.5. Desenvolvimento de Cadeias de Valor: promover uma estratégia a médio prazo, com empresas âncora e as suas fornecedoras, com vista à identificação e desenvolvimento de iniciativas que contribuam para a consolidação das cadeias de valor em Portugal e a sua internacionalização, através de reinvestimento e de IDE.

D.6. Redes de Fornecedoras: dinamizar iniciativas de redes de fornecedoras, principalmente com empresas multinacionais, com vista à qualificação de mais empresas, ao desenvolvimento das cadeias de valor em Portugal, à substituição competitiva de importações, bem como ao acesso a novos mercados.

D.7. Programa «Plataformas»:

Apoiar ou estimular iniciativas, do setor privado, em mercados selecionados de centros logísticos e ou de distribuição de produtos/*showrooms* de produtos portugueses.

Desenvolver iniciativas que permitam inserir Portugal nas novas rotas comerciais seja na vertente terrestre, seja na vertente marítima, com inserção da ligação ferroviária entre Sines e Madrid.

D.8. Rede de Promotores de Produtos Portugueses:

Criar uma rede de contactos, por país, para potenciar o papel da diáspora portuguesa enquanto veículo facilitador da entrada em mercados externos.

Promover a Rede de Restaurantes Portugueses no Mundo: que visa promover a gastronomia e a economia portuguesa, através da atribuição de um certificado, emitido pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), aos restaurantes portugueses no mundo.

D.9. Programas de Aceleração em Mercados Externos: desenvolver programas de apoio qualificado à internacionalização de *startups* (em fase de *ScaleUp*) ou de segmentos de PME, através de uma rede de monitoria especializada e de apoios à internacionalização, promovendo ainda a cooperação entre empresas/entidades.



D.10. Revisão da Legislação das Câmaras de Comércio: proceder às alterações legislativas que regulamentam o funcionamento das câmaras de comércio, potenciando o papel deste atores no apoio à internacionalização das empresas nacionais e na captação de investimento.

Eixo E — Desenvolvimento da Marca Portugal:

Objetivos específicos:

Reforçar a perceção de Portugal como país seguro, estável, inovador, moderno, cosmopolita, acolhedor e com um ambiente propício aos negócios.

Reforçar o reconhecimento das empresas portuguesas nos mercados externos enquanto produtoras de bens e serviços de elevada qualidade e diferenciação.

Promover Portugal junto de relevantes investidores internacionais.

Reforçar a vertente da Internacionalização na política de *clusters* e em outros instrumentos de gestão de eficiência coletiva.

Medidas:

E.1. Avaliação da Perceção Externa da Marca «Portugal»: efetuar estudo tendo por objeto a identificação dos elementos de perceção de Portugal, das empresas e dos produtos nacionais, em mercados-alvo prioritários.

E.2. Promoção da Marca «Portugal»:

Elaboração de conteúdos promocionais temáticos «prontos a usar» focados em setores em que Portugal tem vantagens competitivas (em setores prioritários para efeitos de captação de IDE e ou em setores de financiamento internacional) e definir a respetiva estratégia de promoção. Nesta estratégia de promoção inserir, sempre que possível, elementos de promoção da cultura portuguesa (por exemplo, com uma marca de certificação das artes e ofícios tradicionais).

Aprofundar e valorizar a estratégia de promoção do Turismo nacional e procurar estendê-la a outras áreas, em linha com a Estratégia Para o Turismo 2027 (ET27), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017.

E.3. Promoção de Portugal como Destino de Produções Cinematográficas: promover Portugal enquanto destino preferencial de produções cinematográficas, em articulação com as *Film Commissions*, rede diplomática, Associações e empresas do setor, em linha com a nova Lei de Incentivos Fiscais e dos Acordos de Coprodução cinematográfica assinados.

Eixo F — Política Comercial e Custos de Contexto:

Objetivos específicos:

Apoiar a atividade exportadora das empresas portuguesas.

Apoiar o reinvestimento em Portugal.

Apoiar o IDPE.

Apostar na crescente articulação entre a política de cooperação para o desenvolvimento e a internacionalização das empresas portuguesas.

Identificar oportunidades de entrada em novos mercados e potenciar o acesso a novas cadeias de valor.

Dinamizar as parcerias com os *stakeholders* relevantes para a promoção do acompanhamento regular das atividades de apoio à internacionalização das empresas nacionais.

Reforçar a vertente da internacionalização na política de *clusters* e em outros instrumentos de gestão de eficiência coletiva.

Melhorar o ambiente regulatório, detetando e eliminando custos de contexto à internacionalização.

Medidas:

F.1. Avaliação do Impacto dos Acordos de Comércio Livre na Economia Portuguesa: promover a realização, em parceria com centros de investigação, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil e do setor empresarial, estudos sobre o impacto, para a economia portuguesa, de acordos de comércio livre já celebrados ou a celebrar pela União Europeia, contribuindo assim para sustentar medidas de reforço de competitividade nacional.

F.2. Alargamento da Lista de Acordos Bilaterais de Natureza Técnica e Económica: expandir a lista de acordos de promoção e proteção de investimento (APRI), convenções para evitar a dupla tributação (CDT), acordos de serviços aéreos e outros acordos bilaterais de natureza técnica e económica, direcionados ao aprofundamento das relações empresariais e de investimento com países terceiros.

F.3. Promoção de Memorandos de Entendimento sobre Cooperação Empresarial Triangular: celebrar memorandos de entendimento sobre cooperação empresarial triangular com Estados e ou fundos públicos e para-públicos com interesse em explorar oportunidades em mercados terceiros, maximizando, assim, o *networking* político e empresarial de Portugal através de parcerias com empresas portuguesas.

F.4. Desenvolvimento de Ferramenta de Monitorização de Custos de Contexto à Internacionalização: realizar levantamentos continuados de obstáculos fiscais, tarifários e não tarifários (ex., processos de certificação) no acesso a mercados e promover, quando se justifique, junto das autoridades competentes, através das redes externas da área governativa dos negócios estrangeiros e da AICEP, diligências adequadas à sua superação.

5 — Cronograma

Eixo de Intervenção	N.º	Descrição da Medida	Área(s) Governativa(s) Competente(s)	Prazo de Execução
A — <i>Business and Market Intelligence</i> .	A.1	Mercados Estratégicos para a Internacionalização (<i>ambassadors</i>).	Negócios Estrangeiros/Economia/Outros (Agricultura, Cultura, Mar, Educação...)	3T 2018 (e anos seguintes).
	A.2	Estado Comparado de Estratégias de Internacionalização.	Negócios Estrangeiros/Economia	3T 2018.
	A.3	Desenvolvimento de Ferramenta de <i>Intelligence</i> Competitiva.	Negócios Estrangeiros/Economia/Finanças/Outros (Agricultura, Cultura, Mar, Educação...)	4T 2018.
B — Qualificação de Recursos Humanos e do Território.	B.1	Programa Nacional de Capacitação para a Internacionalização.	Negócios Estrangeiros/Economia	4T 2018 (e anos seguintes).



Ramo de Intervenção	N.º	Descrição da Medida	Área(s) Operativa(s) Competente(s)	Data de Início
C — Financiamento	B.2	Desenvolvimento do Programa Inov Contacto.	Negócios Estrangeiros	2T 2018 e contínuo.
	B.3	Cadastro de Ativos	Negócios Estrangeiros/Economia/Finanças/Outros	2T 2018 e contínuo.
	B.4	Desenvolvimento da Plataforma Global Fund	Negócios Estrangeiros	2T 2018 e contínuo.
	B.5	Promoção e Qualificação de Localizações Empresariais	Negócios Estrangeiros/Economia	3T 2018 e contínuo.
	C.1	Diversificação de Produtos de Cobertura de Riscos à Exportação	Negócios Estrangeiros/Economia/Finanças	4T 2018 e contínuo.
	C.2	Fundo 200M	Economia	4T 2017.
	C.3	Fundo dos Fundos para a Internacionalização	Negócios Estrangeiros/Economia/Finanças	1T 2019.
	C.4	Apoios Financeiros à Internacionalização para Países em Desenvolvimento	Negócios Estrangeiros/Finanças	2T 2018 e contínuo.
	C.5	Desenvolvimento do Financiamento Multilateral	Negócios Estrangeiros/Finanças	2T 2018 e contínuo.
	C.6	Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica	Finanças (orçamento do Estado)	1T 2018.
D — Apoio no Acesso aos Mercados e ao Investimento em Portugal	C.7	Medidas de Promoção de Fiscal e Cooperação entre Associações Empresariais e Empresas	Negócios Estrangeiros/Economia/Planeamento e Infraestruturas	2T 2018.
	D.1	Programa Nacional de Ações de Promoção Externa	Negócios Estrangeiros/Economia/Outros (Agricultura, Cultura, Mar, Educação...)	3T 2018 (e anos seguintes)
	D.2	Programa de Angariação de Investimento de Targets Seleccionados	Negócios Estrangeiros/Economia/Outros (Agricultura, Cultura, Mar, Educação...)	3T 2018 (e anos seguintes)
	D.3	Portal de Entrada em Portugal	Negócios Estrangeiros	4T 2018.
	D.4	Portal das Exportações	Negócios Estrangeiros	4T 2018.
	D.5	Desenvolvimento de Cadeias de Valor	Negócios Estrangeiros	4T 2017 e contínuo.
	D.6	Rede de Fornecedores	Negócios Estrangeiros/Economia/Planeamento e Infraestruturas	4T 2017 e contínuo.
	D.7	Programa «Plataformas»	Negócios Estrangeiros/Economia/Finanças/Planeamento e Infraestruturas/Mar	4T 2018.
	D.8	Rede de Promotores de Produtos Portugueses	Negócios Estrangeiros/Economia	4T 2018.
	D.9	Programa de Aceleração em Mercados Externos	Negócios Estrangeiros	3T 2018.
E — Desenvolvimento da Marca Portugal	D.10	Revisão da Legislação das Címaras de Comércio	Negócios Estrangeiros/Economia/Presidência do Conselho de Ministros	4T 2017.
	E.1	Avaliação da Perceção Externa da Marca «Portugal»	Negócios Estrangeiros	3T 2018.
	E.2	Promoção da Marca «Portugal»	Negócios Estrangeiros/Economia	4T 2018.
F — Política Comercial e Custos de Contexto	E.3	Promoção de Portugal como Destino de Produções Cinematográficas	Negócios Estrangeiros/Economia/Cultura	4T 2018.
	F.1	Avaliação do Impacto de Acordos de Comércio Livre na Economia Portuguesa	Negócios Estrangeiros/Economia/Finanças	3T 2018.
	F.2	Alegamento da Lista de Acordos Bilaterais de Natureza Técnica e Económica	Negócios Estrangeiros/Economia/Finanças	2T 2018 e contínuo.
	F.3	Promoção de Memorandos de Entendimento sobre Cooperação Empresarial Triangular	Negócios Estrangeiros/Economia	2T 2018 e contínuo.
	F.4	Desenvolvimento de Ferramentas de Monitorização de Custos de Contexto à Internacionalização	Negócios Estrangeiros	3T 2018 e contínuo.

110958007



Anexo 3 – Estatutos da AICEP, E.P.E.

ESTATUTOS

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

(aprovados pelo Decreto-Lei n.º 229/2012, de 26 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 219/2015, de 8 de outubro e n.º 75/2020, de 25 de setembro)

CAPÍTULO I

Natureza, regime, sede e capital

Artigo 1.º

Natureza

1 — A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., abreviadamente designada por AICEP, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e dos poderes de autoridade pública administrativa inerentes à prossecução do seu objeto.

2 — A AICEP, E.P.E., exerce poderes de autoridade pública administrativa quando atua em representação do Estado, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 203/2003, de 10 de setembro.

3 — A AICEP, E.P.E., fica sujeita à superintendência e tutela do Primeiro-Ministro, as quais podem ser delegadas.

4 — A AICEP, E.P.E., utiliza a denominação de AICEP para fins de promoção e imagem em Portugal e no estrangeiro, podendo ser objeto de tradução ou de adaptação.

Artigo 2.º

Regime

A AICEP, E.P.E., rege -se pelos presentes Estatutos, pelos seus regulamentos internos e, subsidiariamente, pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais.

Artigo 3.º

Sede e delegações

A AICEP, E.P.E., tem sede no Porto, podendo ter delegações ou qualquer outra forma de representação em território nacional e no estrangeiro.

Artigo 4.º

Capital estatutário

1 — A AICEP, E.P.E., tem um capital estatutário de € 114 927 979,87, detido integralmente pelo Estado.

2 — O capital estatutário da AICEP, E.P.E., pode ser alterado mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros.

3 — Às entradas de capital que sejam realizadas em espécie são aplicáveis as regras do Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente no que respeita à sua avaliação e verificação.

CAPÍTULO II

Objeto e atribuições

Artigo 5.º

Objeto

A AICEP, E.P.E., tem por objeto o desenvolvimento e a execução de políticas estruturantes e de apoio à internacionalização da economia portuguesa, englobando:

a) A promoção das condições propícias à captação, realização e acompanhamento de projetos de investimento, de origem nacional ou estrangeira, independentemente da natureza jurídica do investidor, cujo valor seja igual ou superior a 25 milhões de euros, ou que, não atingindo esse valor, sejam da



iniciativa de uma empresa com faturação anual consolidada superior a 75 milhões de euros ou de uma entidade não empresarial com orçamento anual superior a 40 milhões de euros;

- b)* A promoção, captação e o acompanhamento de projetos de investimento não incluídos na alínea anterior, que pelo seu mérito ou pelos efeitos que produzam na cadeia de valor possam contribuir para o desenvolvimento ou expansão das empresas nacionais, desde que o respetivo acompanhamento pela AICEP, E.P.E., tenha o acordo prévio do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P., (IAPMEI, I. P.), ou do Instituto do Turismo de Portugal, I. P. (Turismo de Portugal, I. P.), ou de outras entidades competentes na matéria;
- c)* O acolhimento dos projetos de investimento direto estrangeiro não incluídos nas alíneas anteriores, sem prejuízo das competências de outros organismos para o respetivo acompanhamento;
- d)* A promoção e divulgação no exterior, ou que neste se reflita, das atividades económicas desenvolvidas em Portugal, nomeadamente na área do comércio de bens e serviços;
- e)* O apoio a projetos de internacionalização de empresas portuguesas, independentemente da sua dimensão e natureza jurídica, em cooperação com outros organismos públicos com responsabilidades ao nível do desenvolvimento e capacitação empresarial, nomeadamente o IAPMEI, I.P.;
- f)* A promoção da imagem de Portugal no exterior e das marcas portuguesas de modo global e com impacto nas vertentes de promoção de exportações, internacionalização e captação de investimento, em articulação com o Turismo de Portugal, I. P., e com outras entidades competentes;
- g)* O planeamento, a organização e a articulação da participação portuguesa em exposições universais e internacionais.

Artigo 6.º

Atribuições

Com vista à realização do seu objeto, são atribuições da AICEP, E.P.E.:

- a)* Contribuir para a competitividade das empresas portuguesas através da sua internacionalização, da promoção e aumento das exportações e do investimento direto estrangeiro no País;
- b)* Participar na conceção, aplicação e avaliação das políticas de apoio e desenvolvimento das estratégias empresariais de investimento nacional e internacional;
- c)* Contribuir para um contexto de eficiência propício e adequado ao investimento, internacionalização das empresas portuguesas e aumento das exportações;
- d)* Promover condições favoráveis à captação de investimento estrangeiro para Portugal, em parceria com os vários agentes públicos e privados;
- e)* Apoiar, coordenar e estimular o desenvolvimento de ações de cooperação externa no domínio do setor empresarial;
- f)* Apoiar, coordenar e estimular iniciativas de divulgação e promoção no estrangeiro das competências, produtos e serviços das empresas nacionais, incluindo as referentes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais;
- g)* Gerir, negociar e participar no desenvolvimento, caso a caso, de apoios ao investimento em Portugal e às empresas portuguesas no exterior, no âmbito dos sistemas de incentivos em vigor;
- h)* Gerir e negociar programas de apoio relacionados com a promoção das marcas portuguesas no exterior e com a promoção da internacionalização da economia portuguesa;
- i)* Gerir fundos de apoio ao investimento constituídos pelas verbas provenientes dos reembolsos dos incentivos financeiros atribuídos ou a atribuir a projetos de investimento, que nos termos da lei possam ser atribuídos à AICEP, E.P.E.;
- j)* Acompanhar projetos de investimento em Portugal e projetos de internacionalização no exterior, nos termos previstos no artigo anterior;
- k)* Conceber e propor acordos de cooperação económica empresarial em colaboração com outras entidades oficiais, participando na sua negociação e execução;
- l)* Promover, constituir e participar em empresas ou outras formas de associação que tenham por objeto o reforço da competitividade e da imagem de Portugal nos mercados externos e a internacionalização das atividades dessas empresas;
- m)* Constituir ou participar em entidades de direito privado e participar direta ou indiretamente na gestão de parques industriais e áreas de localização empresarial;
- n)* Colaborar, em articulação estratégica com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), no desenvolvimento da cooperação económica externa, bilateral, regional e multilateral;
- o)* Promover o fortalecimento da diplomacia económica de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE;



p) A recolha, tratamento e difusão das informações macroeconómicas e de mercados.

Artigo 7.º

Rede externa

1 — A rede externa da AICEP, E.P.E., deve adequar-se às várias áreas de intervenção, tendo em vista a prossecução do seu objeto e a satisfação das necessidades dos seus clientes.

2 — A rede externa da AICEP, E.P.E., atua de forma unificada com os serviços periféricos externos do MNE, da respetiva área geográfica e na dependência funcional do chefe de missão diplomática, ou a ele equiparado.

3 — A rede externa da AICEP, E.P.E., pode assegurar a prestação de serviços para a realização de ações de promoção da oferta portuguesa em áreas de atividade não abrangidas pelo seu objeto.

4 — Os responsáveis da rede externa da AICEP, E.P.E., em cada país, são acreditados como conselheiros, adidos ou vice-cônsules junto das missões diplomáticas e postos consulares portugueses, por despacho do membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros.

Artigo 8.º

Contexto de eficiência

1 — A AICEP, E.P.E., tem como obrigação contribuir para um contexto de eficiência e de competitividade propício à internacionalização da economia portuguesa.

2 — Com vista ao cumprimento do disposto no número anterior, a AICEP, E.P.E., promove as diligências adequadas junto de todas as entidades públicas e equiparadas, identificando a existência de custos de contexto que prejudiquem a competitividade das atividades em causa e propondo soluções no sentido da sua eliminação.

3 — A AICEP, E.P.E., solicita, e as entidades públicas e equiparadas têm o dever de prestar, em tempo útil, os esclarecimentos e a cooperação necessários à realização do fim definido no n.º 1.

4 — Para efeitos do disposto no presente artigo, a AICEP, E.P.E., atua como interlocutor único, representando todas as entidades administrativas envolvidas, sem prejuízo das respetivas competências próprias.

Artigo 9.º

Incentivos ao investimento

1 — A AICEP, E.P.E., é o organismo responsável pela administração e gestão dos sistemas de apoios e incentivos que lhe sejam atribuídos pela lei, respeitantes a projetos de investimento, à internacionalização das empresas e à promoção externa das marcas portuguesas enquadráveis no seu objeto.

2 — Os incentivos aos projetos podem, excecionalmente, incluir específicas contrapartidas para atenuar custos de contexto, tais como a escassez de especialidades profissionais e a distância das fontes de saber e inovação, entre outras.

3 — As contrapartidas referidas no número anterior são, quando necessário, sujeitas a prévia demonstração de cobertura orçamental e autorização dos competentes membros do Governo, bem como das competentes instâncias comunitárias.

4 — A AICEP, E.P.E., tem competência para propor ao membro do Governo responsável pelo sistema de incentivos em causa novos sistemas e melhorias aos sistemas de incentivos vigentes, dentro da cabimentação prevista no número anterior, em função da avaliação que faça quanto às necessidades de cumprimento do seu objeto e aproveitando as melhores práticas de países concorrentes.

Artigo 10.º

Capital de risco e de desenvolvimento

A AICEP, E.P.E., pode ser titular de unidades de participação de fundos de capital de risco e similares e deter participações em entidades gestoras desses fundos, em sociedades de capital de risco ou similares e em sociedades gestoras de participações sociais ou similares, desde que qualquer desses fundos ou sociedades seja instrumental para o seu objeto.

Artigo 11.º

Localização empresarial

A AICEP, E.P.E., pode participar em entidades especializadas na gestão de parques empresariais ou em sociedades gestoras de áreas de localização empresarial, de modo a dispor de instrumentos que facilitem a disponibilização de espaços infraestruturados para a implantação física de investimentos.

Artigo 12.º

Execução das atribuições da AICEP, E.P.E.



1 — A AICEP, E.P.E., pode prosseguir as atribuições preferencialmente através dos seguintes meios:

- a) Contratos de investimento no âmbito dos projetos de investimento em Portugal e no exterior;
- b) Protocolos ou acordos preliminares no âmbito do apoio a projetos de investimento em Portugal e no exterior;
- c) Contratos ou protocolos celebrados no âmbito da sua ação promocional externa e de apoio às exportações.

2 — Dos contratos de investimento referidos na alínea a) do número anterior constam obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) A fundamentada explicitação do interesse do projeto para a economia nacional;
- b) A calendarização dos objetivos e das metas do projeto respeitantes às variáveis mais relevantes para o mérito do investimento, quer na ótica do investidor quer na ótica da economia portuguesa;
- c) As eventuais contrapartidas do Estado, conforme disposto no artigo 9.º;
- d) O acompanhamento e verificação pela AICEP, E.P.E., do cumprimento contratual, em particular nas fases de investimento e de produção dos projetos de investimento;
- e) As implicações do incumprimento contratual por razões imputáveis a cada uma das partes.

CAPÍTULO III Estrutura orgânica da AICEP, E.P.E.

Artigo 13.º Órgãos

1 — São órgãos da AICEP, E.P.E.:

- a) O conselho de administração;
- b) O conselho fiscal;
- c) O revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

2 — O mandato dos órgãos da AICEP, E.P.E. tem a duração de três anos.

Artigo 14.º

Representação e vinculação da AICEP, E.P.E.

1 — A AICEP, E.P.E., faz -se representar em juízo ou fora dele pelo presidente do conselho de administração.

2 — A AICEP, E.P.E., obriga -se:

- a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração;
- b) Pela assinatura de dois administradores com funções executivas;
- c) Pela assinatura de procurador legalmente constituído, nos termos e no âmbito do respetivo mandato.

SECÇÃO I Conselho de administração

Artigo 15.º Composição

1 — O conselho de administração é composto pelo presidente e por quatro vogais executivos, que integram uma comissão executiva, devendo a maioria ter relevante experiência empresarial.

2 — O conselho de administração pode integrar até três vogais não executivos, aos quais cabe assegurar a representação cruzada entre a administração da AICEP, E.P.E., do IAPMEI, I. P., e do Turismo de Portugal, I. P.

3 — Os vogais não executivos não são remunerados.

4 — O presidente e os vogais do conselho de administração são nomeados mediante resolução do Conselho de Ministros (*), sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, dos negócios estrangeiros e da economia.

(*) Competência delegada nos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pela área do respetivo setor de atividade, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 200/2019, de 19 de dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 249, de 27 de dezembro de 2019, sem prejuízo do cumprimento de todas as regras relativas aos respetivos procedimentos de seleção ou nomeação. A designação passa a ser feita mediante despacho dos membros do Governo respetivos.



Artigo 16.º

Competências do conselho de administração

1 — As competências do conselho de administração são as que decorrem do artigo 6.º e da lei aplicável, nomeadamente do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008 e 55 -A/2010, ambas de 31 de dezembro, e da lei comercial.

2 — O presidente do conselho de administração é, por inerência, o presidente da comissão executiva, competindo-lhe a atribuição dos pelouros aos restantes administradores executivos.

3 — O conselho de administração estabelece o regulamento interno da comissão executiva, incluindo os limites da delegação e os termos em que a AICEP, E.P.E., se vincula no âmbito da delegação.

4 — Com as devidas adaptações, não são suscetíveis de delegação nos termos dos números anteriores as matérias previstas nas alíneas a), b), c), d), f), l) e m) do artigo 406.º do Código das Sociedades Comerciais.

Artigo 17.º

Regime

Os membros do conselho de administração estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público.

Artigo 18.º

Funcionamento do conselho de administração

1 — O conselho de administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês.

2 — O conselho de administração reúne extraordinariamente sempre que o presidente o convocar, quer por iniciativa própria, quer por solicitação do conselho fiscal ou de, pelo menos, três vogais do órgão de administração.

3 — Consideram-se validamente convocadas as reuniões que se realizem periodicamente em local, dias e horas preestabelecidos e ainda as reuniões cuja realização tenha sido deliberada em reunião anterior, na presença ou com conhecimento de todos os membros do conselho de administração, com a indicação do local, do dia e da hora.

4 — As reuniões do conselho de administração podem ser realizadas por videoconferência ou outros meios análogos, sem prejuízo das formalidades legais e estatutárias aplicáveis, incluindo a prévia distribuição dos elementos necessários à análise de cada ponto da ordem de trabalhos.

5 — Ao presidente do conselho de administração é atribuído voto de qualidade nas deliberações do conselho.

SECÇÃO II Fiscalização

Artigo 19.º

Conselho fiscal e revisor oficial de contas

1 — A fiscalização da atividade social compete a um conselho fiscal, composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro daquele órgão, a designar obrigatoriamente de entre os auditores registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

2 — Os membros do conselho fiscal são nomeados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, que fixa a respetiva remuneração, por um período de três anos, renovável nos termos da lei.

3 — O revisor oficial de contas é nomeado, sob proposta fundamentada do conselho fiscal, por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, que fixa a respetiva remuneração, tendo o mandato a duração de três anos, renovável nos termos da lei.

4 — Cessando o mandato do conselho fiscal e do revisor oficial de contas, mantêm-se os titulares em exercício de funções até à designação dos respetivos substitutos.

Artigo 20.º

Competência

1 — O conselho fiscal tem as competências, os poderes e os deveres estabelecidos na lei e nos presentes Estatutos.

2 — Ao conselho fiscal compete, especialmente, sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei:

a) Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade da empresa, tendo em vista, nomeadamente, a realização dos objetivos fixados nos orçamentos anuais;



- b) Apreciar e emitir parecer sobre o relatório anual de gestão e de controlo orçamental, as contas do exercício e os demais instrumentos de prestação de contas;
- c) Acompanhar com regularidade a gestão através de balancetes e mapas demonstrativos da execução orçamental;
- d) Manter o conselho de administração informado sobre os resultados das verificações e dos exames a que proceda;
- e) Propor a realização de auditorias externas, quando tal se mostre necessário ou conveniente;
- f) Pronunciar -se sobre qualquer outro assunto em matéria de gestão económica e financeira que seja submetido à sua consideração pelo conselho de administração;
- g) Dar parecer sobre Plano de Atividades e Orçamento;
- h) Dar parecer prévio à realização de operações de financiamento ou celebração de atos ou negócios jurídicos dos quais resultem obrigações para a AICEP, E.P.E., superiores a 5 % do ativo líquido, salvo nos casos em que os mesmos tenham sido aprovados no plano de atividades e orçamento;
- i) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo conselho de administração.

3 — Compete ao revisor oficial de contas o dever de proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas, bem como exercer as seguintes funções:

- a) Verificar da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- b) Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à empresa ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- c) Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- d) Verificar se os critérios valorimétricos adotados pela AICEP, E.P.E., conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- e) Elaborar, a pedido do conselho fiscal, revisão limitada das demonstrações financeiras integradas nos relatórios trimestrais e no Plano de Atividades e Orçamento, elaborados e apresentados pelo conselho de administração.

4 — Com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo conselho de administração, o conselho fiscal deve emitir um relatório sucinto que reflita os controlos efetuados e as eventuais anomalias detetadas, bem como os eventuais desvios verificados em relação aos orçamentos e a identificação das respetivas causas, o qual deve ser enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros.

5 — Com base na proposta de plano de atividades e orçamento apresentada pelo conselho de administração, o conselho fiscal deve emitir um relatório e parecer ao mesmo, o qual deve ser enviado aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros.

SECÇÃO III Órgão consultivo

Artigo 21.º

Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo

1 — O Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo é composto por representantes de empresas líderes de investimento, empresas portuguesas com estratégias de internacionalização e entidades coletivas ou personalidades de reconhecido prestígio nacional e internacional, sendo presidido pelo presidente do conselho de administração da AICEP, E.P.E.

2 — A composição do Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo é fixada por despacho do membro do Governo responsável pela área dos negócios estrangeiros, sob proposta do conselho de administração da AICEP, E.P.E.

3 — O funcionamento do Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo é definido no regulamento interno da AICEP, E.P.E.

4 — Os membros do Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo não são remunerados.

5 — Compete ao Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo a apresentação de sugestões e propostas no âmbito da atividade da AICEP, E.P.E., que contribuam para o reforço das condições de atratividade do País e para o incremento da competitividade da economia portuguesa.

CAPÍTULO IV Regime patrimonial e financeiro



Artigo 22.º

Receitas

1 — São receitas da AICEP, E.P.E., no exercício dos poderes de autoridade pública administrativa:

- a) Uma comissão de gestão devida pelo Estado por serviços prestados, fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, incidente sobre o saldo do investimento acompanhado pela AICEP, E.P.E., entendendo -se como tal o somatório dos valores efetivamente investidos que hajam sido objeto de apoios e incentivos de qualquer natureza contratados e que estejam em acompanhamento pela AICEP, E.P.E.;
- b) Uma comissão de gestão resultante da ação da AICEP, E.P.E., fixada e regulamentada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, calculada sobre o contributo da AICEP, E.P.E., para as exportações de bens e serviços e seu valor acrescentado;
- c) Comissões de gestão devidas por entidades participadas maioritariamente pela AICEP, E.P.E.;
- d) Comissões de gestão respeitantes à participação portuguesa em exposições universais e internacionais, fixadas e regulamentadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, dos negócios estrangeiros e da economia.

2 — São igualmente receitas da AICEP, E.P.E.:

- a) Os juros ativos;
- b) Os dividendos e remunerações de capital;
- c) As dotações do Orçamento do Estado para projetos especiais a cargo da AICEP, E.P.E.;
- d) As remunerações por serviços prestados a empresas, por solicitação destas, institutos ou outras entidades que se situem para além do âmbito corrente dos serviços da AICEP, E.P.E.;
- e) O produto da venda de publicações e outros documentos;
- f) Os rendimentos provenientes da gestão do seu património mobiliário e imobiliário e de outros bens próprios e do produto da sua alienação e da constituição de direitos sobre eles, designadamente os montantes de empréstimos ou outras operações financeiras que seja, nos termos legais, autorizada a contrair;
- g) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, ato ou contrato ou lhe possam advir do exercício das suas atribuições.

CAPÍTULO V

Disposições comuns

Artigo 23.º

Segredo profissional

1 — Os membros dos órgãos da AICEP, E.P.E., e o respetivo pessoal ficam sujeitos a segredo profissional sobre os factos cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções e, seja qual for a finalidade, não podem divulgar nem utilizar, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que tenham desses factos.

2 — O dever de segredo profissional mantém-se ainda que as pessoas ou entidades a ele sujeitas nos termos do número anterior deixem de prestar serviço à AICEP, E.P.E.

[Fim do documento]

**Anexo 4 – Balanço Previsional por trimestre**

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO

Unid.: €

RUBRICAS	PREVISÃO			
	31-03-2021	30-06-2021	30-09-2021	31-12-2021
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	1.358.999,23	1.810.834,48	2.262.669,73	2.714.504,98
Propriedades de investimento	40.676,86	40.381,39	40.085,92	39.790,45
Goodwill				
Ativos intangíveis	3.003.603,26	3.405.815,76	3.808.028,26	4.210.240,76
Ativos biológicos				
Participações Financeiras - método da equivalência patrimonial	26.571.149,46	24.871.149,46	24.871.149,46	27.252.326,46
Outros investimentos financeiros	51.655.000,04	51.536.000,04	51.417.000,04	51.298.000,04
Créditos a receber				
Ativos por impostos diferidos				
	82.629.428,85	81.664.181,13	82.398.933,41	85.514.862,69
Ativo corrente				
Inventários				
Ativos biológicos				
Clientes	500.000,00	510.000,00	510.000,00	520.000,00
Estado e outros entes públicos	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Capital subscrito e não realizado				
Outros créditos a receber	34.540.685,23	35.239.785,57	35.938.885,91	36.637.986,25
Diferimentos	407.500,00	405.000,00	402.500,00	400.000,00
Ativos financeiros detidos para negociação				
Outros ativos financeiros				
Ativos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	152.203.963,70	151.539.342,00	149.179.720,31	145.809.103,56
	187.712.148,93	187.754.127,57	186.091.106,22	183.427.089,81
Total do ativo	270.341.577,78	269.418.308,70	268.490.039,63	268.941.952,50
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	114.927.979,87	114.927.979,87	114.927.979,87	114.927.979,87
Ações (quotas) próprias				
Outros instrumentos de capital próprio				
Prémios de emissão	57.950.052,10	57.950.052,10	57.950.052,10	57.950.052,10
Reservas legais	708.129,16	708.129,16	708.129,16	708.129,16
Outras reservas	(723.446,09)	(723.446,09)	(723.446,09)	(723.446,09)
Resultados transitados	(51.344.841,00)	(51.344.841,00)	(51.344.841,00)	(51.017.788,14)
Excedentes de revalorização	213.859,59	213.859,59	213.859,59	206.476,19
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	2.170.516,81	2.170.516,81	2.170.516,81	2.260.516,81
	123.902.250,44	123.902.250,44	123.902.250,44	124.311.919,90
Resultado líquido do período	(109.306,40)	(208.612,80)	(312.919,20)	583.951,40
	123.792.944,04	123.693.637,64	123.589.331,24	124.895.871,29
Interesses que não controlam				
Total do capital próprio	123.792.944,04	123.693.637,64	123.589.331,24	124.895.871,29
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	4.862.339,98	4.944.839,98	5.027.339,98	5.109.839,98
Financiamentos obtidos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego				
Passivos por impostos diferidos	19.247,36	19.247,36	19.247,36	18.582,85
Outras dívidas a pagar				
	4.881.587,34	4.964.087,34	5.046.587,34	5.128.422,83
Passivo corrente				
Fornecedores	135.000,00	140.000,00	145.000,00	150.000,00
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros entes públicos	850.000,00	850.000,00	850.000,00	820.000,00
Financiamentos obtidos				
Outras dívidas a pagar	136.350.357,35	136.549.457,70	136.748.558,04	136.947.658,38
Diferimentos	4.331.689,04	3.221.126,03	2.110.563,01	1.000.000,00
Passivos financeiros detidos para negociação				
Outros passivos financeiros				
Passivos não correntes detidos para venda				
	141.667.046,39	140.760.583,72	139.854.121,05	138.917.658,38
Total do passivo	146.548.633,73	145.724.671,06	144.900.708,39	144.046.081,21
Total do capital próprio e do passivo	270.341.577,77	269.418.308,70	268.490.039,63	268.941.952,50

Anexo 5 – Demonstração de Resultados Previsional por trimestre



RENDIMENTOS E GASTOS	PREVISÃO			
	31-03-2021	30-06-2021	30-09-2021	31-12-2021
Vendas e serviços prestados	5.668.261,75	11.336.523,50	17.004.785,25	22.673.047,00
Subsídios à exploração				
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				2.291.177,00
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimento e serviços externos	(4.058.022,13)	(8.916.044,25)	(13.774.066,38)	(19.432.088,51)
Gastos com o pessoal	(7.073.809,13)	(14.147.618,25)	(21.221.427,38)	(28.295.236,51)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.652,55	21.305,10	31.957,65	42.610,20
Provisões (aumentos/reduções)				
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				(600.000,00)
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos	6.514.072,55	13.828.145,10	21.142.217,65	29.256.290,21
Outros gastos	(957.962,00)	(1.915.924,00)	(2.873.886,00)	(3.831.848,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	103.193,60	206.387,20	309.580,80	1.603.951,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(212.500,00)	(425.000,00)	(637.500,00)	(850.000,00)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(109.306,40)	(218.612,80)	(327.919,20)	753.951,40
Juros e rendimentos similares obtidos	-	10.000,00	15.000,00	20.000,00
Juros e gastos similares suportados				
Resultado antes de impostos	(109.306,40)	(208.612,80)	(312.919,20)	773.951,40
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	(190.000,00)
Resultado líquido do período	(109.306,40)	(208.612,80)	(312.919,20)	583.951,40



Anexo 6 – Demonstração de fluxos de Caixa Previsional por trimestre

RUBRICAS	PREVISÃO			
	31-03-2021	30-06-2021	30-09-2021	31-12-2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	5.762	11.524	17.285	23.047
Pagamentos a fornecedores	(6.224.512)	(12.437.500)	(18.656.250)	(24.875.000)
Pagamentos ao pessoal	(4.067.250)	(8.134.500)	(12.201.750)	(16.269.000)
Caixa gerada pelas operações	(10.286.000)	(20.560.477)	(30.840.715)	(41.120.953)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento				
Outros recebimentos / pagamentos	8.595.714	16.558.727	25.167.678	32.741.635
Fluxos das atividades operacionais [1]	(1.690.286)	(4.001.750)	(5.673.036)	(8.379.318)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	(187.123)	(374.246)	(561.368)	(748.491)
Ativos intangíveis	(477.213)	(954.425)	(1.431.638)	(1.908.850)
Investimentos financeiros			(24.000)	(24.000)
Outros ativos	(664.335)	(1.328.671)	(2.017.006)	(2.681.341)
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros activos				
Subsídios ao investimento				
Juros e rendimentos similares				
Dividendos	-	2.311.177	2.311.177	2.311.177
Fluxos das atividades de investimento [2]	(664.335)	982.507	294.171	(370.164)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Cobertura de prejuízos				
Doações				
Outras operações de financiamento	-	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				
Dividendos				
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Outras operações de financiamento	-	-	-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]	-	-	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	(2.354.622)	(3.019.243)	(5.378.865)	(8.749.482)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	154.558.585	154.558.585	154.558.585	154.558.585
Caixa e seus equivalentes no fim do período	152.203.964	151.539.342	149.179.720	145.809.104

**Anexo 7 – Orçamento 2021 distribuído por Ponto de Rede**

Orçamento 2021 por Ponto de Rede	N.º de colaboradores	Prestadores de Serviços (AICEP)	Funcionamento	Promoção	Turismo	Investimento
Abu-Dhabi	4		395.411	11.390		700
Ankara	1		64.356	584		
Argel	2		190.505	7.205		
Atenas		2	28.059			
Banguedoque	1	1	206.350	22.500		29.961
Barcelona	4		271.755	1.569		2.190
Berlim	11		965.058	64.300	250.000	4.800
Berna	1		184.905	7.493		4.383
Bogotá	1		129.757	828		
Bruxelas	7		609.828	88.285	100.000	
Bucareste	1		278.963	632		
Budapeste	2		87.359	6.137		965
Buenos Aires			16.026			
Caracas			148.502			
Cantão	1		133.188	19.870		
Copenhaga	2		208.932	5.421	50.000	1.988
Dakar	1		124.293	4.202		
Díli	1		136.722	6.007		340
Dublin	2		357.460	11.340	50.000	465
Estocolmo	4		399.659	54.140	50.000	
Haia	4		528.342	9.934	100.000	
Havana	1		159.253			13.461
Jakarta			5.055			
Kuala Lumpur		1	18.700	4.572		
Londres	9		868.461	44.389	350.000	3.590
Luanda	3	2	303.827	9.209		
Macau	2		207.652	13.009		
Madrid	13		1.332.284	76.224	450.000	330
Maputo	4		261.759	10.732		2.939
México	2		253.036	34.603		1.200
Milão	5		545.149	2.350	100.000	
Moscovo	4	2	289.606	342	150.000	12.911
Nova Deli	2		261.838	6.154	50.000	
Nova Iorque	5	3	997.723	218.011	400.000	258
Paris	9		696.939	35.283	250.000	2.200
Pequim	3	1	191.573	16.983		
Praga	1		45.516		50.000	
Praia	1		145.213	154		26.854
Pretória	1		129.551	1.508		
Rabat	5	1	257.923	9.432		1.650
S. Francisco	2		216.645	62.941		650
S. Paulo	6		576.527	35.254	450.000	19.027
S. Tomé			111.885			
Santiago Chile	1		122.113	2.637		
Seoul	2		219.043	13.755		1.633
Sidney			31.650			
Teerão	1		186.535	4.550		647
Tóquio	4	1	426.671	41.370	150.000	4.059
Toronto	2		205.728	54.276	200.000	2.010
Tunis	1		20.598			
Varsóvia	6		439.768	10.691	100.000	27.744
Viena	1		87.206	686		
Xangai	3	3	472.449	10.649	450.000	1.064
FDI Scouts			779.002			
Total	149	17	16.332.308	1.041.602	3.750.000	168.021
21.291.931						

Nota: Alguns Ponto de Rede têm iniciativas mas que são pagas na totalidade pela sede



Anexo 8 – Autorização de novo indicador de eficiência operacional

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DA INTERNACIONALIZAÇÃO
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROSExmo. Senhor
Dr. Luís Castro Henriques
Presidente do Conselho de Administração
Agência para o Investimento e Comércio
Externo de Portugal, E.P.E
Avenida 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa

gedoc: AICEP. E-10/07/2018-09079

C/c: Secretária-Geral Adjunta da AICEP

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: GSEI/119/2018 ENT.: PROC. Nº:	06/07/2018

ASSUNTO: AICEP, E.P.E. - Plano de Atividades e Orçamento 2018.

Encarrega-me S. Exa. o Senhor Secretário de Estado da Internacionalização de remeter a V. Exa., para os devidos efeitos, cópia do Despacho do S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro, sobre o assunto em epígrafe, bem como parecer técnico da UTAM sobre o qual foi exarado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Filipe Ramalheira

Anexo: 0 mencionado



GSEint - Entrada:724
Data:05-07-2018
D3.6



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
DO TESOURO

*Cc. Sel
C. de Unidade Aicep
Dr. Filipe Ramalheira
Chefe do Gabinete
Secretário de Estado
Internacionalização*

Exmº Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário
de Estado da Internacionalização
Dr. Filipe Ramalheira
Largo do Rílvás
1399-030 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 2676/2018 ENT.: 2922 de 08-06-2018 PROC. Nº: 31.191/18	03-07-2018

ASSUNTO: UTAM - Instrumentos Previsionais de Gestão 2018 da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa. cópia do Relatório de Análise n.º 161/2018 e anexos, de 07 de junho de 2018, da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

DESPACHO Nº521/18 - SET

"Concordo. Aprovo o Indicador de Eficiência Operacional proposto pela AICEP, inserido na plataforma SIRIEF a 10/05/2018.

Autorizo a realização do investimento não financeiro previsto no ponto 1.D, até ao limite de 1.3M€ em 2018, condicionada à concessão dos fundos comunitários subjacentes ao financiamento.

Autorizo o aumento do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e associados à frota automóvel, o aumento de 2 viaturas operacionais e o aumento dos encargos com pessoal, conforme proposto no ponto 1.G do presente Relatório e de acordo com as normas orçamentais previstas na Lei n.º 144/2017 de 29/12 e no Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15/5.

Autorizo o aumento de trabalhadores resultante da regularização ao abrigo do PREVPAP e a contratação de 13 novos trabalhadores para suprir as saídas ocorridas em 2017, bem como a substituição de trabalhadores para o desempenho de funções idênticas para colmatar eventuais saídas que vierem a ocorrer em 2018.

Remeta-se a Sua Exa o SEI.

Dê-se conhecimento à DGTF.

Álvaro Novo

3.7.2018"

Com os melhores cumprimentos,

À Chefe do Gabinete, e substituta

Debora Rodrigues

Ana Brândão

AV



Anexo 9 – Informação Turismo de Portugal



CONTRIBUTOS PARA O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO AICEP

Tendo presente que o Turismo é um setor estratégico na economia nacional no que respeita ao emprego, ao investimento e às exportações e que a promoção e a comercialização da oferta são essenciais para a valorização e expansão da atividade turística nacional, no quadro da forte concorrência internacional e no contexto da crise provocada pelo Covid 19, o Turismo de Portugal (TdP) organiza e implementa um plano de ações nos mercados externos.

As ações a realizar nos mercados refletem as prioridades estratégicas definidas em sede de Estratégia de Turismo 2027 (ET27), bem como as ações que é possível determinar para um contexto de retoma da crise pandémica que se espera vir a suceder em 2021. Por outro lado, a atividade promocional tem em conta as principais tendências que afetam o Turismo e, em simultâneo, possuem um grau de flexibilidade que permita ajustar e adaptar a atividade promocional às eventuais mudanças ou oportunidades que se venham a verificar na procura e em cada um dos mercados.

A abordagem aos mercados externos em 2021, num contexto de grande incerteza será baseada na máxima flexibilidade, quer no que diz respeito aos mercados, como às ações promocionais. No entanto, os mercados prioritários correspondem aqueles que foram identificados na ET27, em razão da procura externa e da capacidade de resposta da oferta nacional face a essa procura e dividem-se em quatro grupos distintos:

- **Mercados estratégicos - Espanha, Reino Unido, Alemanha, França, Brasil, Holanda, Irlanda e Nórdicos:** são mercados com comportamentos históricos relevantes, quanto à quota de mercado e ao ritmo de crescimento. São alvo de uma estratégia individual e detalhada, tendo em conta as realidades regionais em cada mercado e os distintos segmentos de turistas que os compõem, privilegiando-se iniciativas que visem um crescimento relativo na época baixa superior ao da época alta e aquelas que potenciem a fidelização dos visitantes.
- **Mercados de aposta - EUA e China:** são mercados de grande dimensão enquanto emissores de turistas, que apresentam um claro potencial de crescimento para Portugal, que têm demonstrado crescimento significativo e nos quais a atividade promocional é suportada em ações de Trade Marketing, sem descurar o trabalho desenvolvido pelas assessorias de imprensa e de marketing.
- **Mercados de crescimento - Itália, Bélgica, Suíça, Áustria, Rússia, Polónia e Canadá:** são os mercados que apresentam uma quota de mercado mais baixa, mas cujo comportamento histórico ou conhecimento do mesmo indiciam a possibilidade de impulso do crescimento ou reversão do declínio. Estes mercados possuem já alguma representatividade no Turismo nacional e potencial de crescimento, podendo contribuir para a diversificação da procura turística em Portugal.
- **Mercados de atuação seletiva - Japão, Austrália, Países do Sudeste Asiático, Coreia do Sul, Índia, Israel, Países da Península Arábica e Argentina/Chile,** mercados que pela sua distância e dimensão apresentam dificuldade em assumir massa crítica, mas que oferecem oportunidades, ou onde se perspetiva crescimento a longo prazo, e a que importa dar atenção. Trata-se de mercados que poderão ser objeto de ações de promoção focadas em ofertas ou em segmentos de procura específicos tendo em consideração, nomeadamente, a procura potencial existente nesses mercados e as oportunidades que venham a ser detetadas.



PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, NO QUE CONCERNE À ATUAÇÃO DAS EQUIPAS NOS MERCADOS:

1. Assessorias de imprensa e de marketing:

Mercados: Alemanha, Brasil, Canadá, China, EUA, França, Índia, Japão (incluindo Coreia), Nórdicos, Reino Unido, Rússia e Reino Unido

2. Trade Marketing:

- a) Ações de promoção com companhias aéreas, operadores turísticos e OTA's – Trade Marketing;
- b) Participação/organização de Workshops e Roadshows;
- c) Organização ou apoio a visitas de familiarização e outras ações de formação e divulgação dirigidas aos agentes do setor;
- d) Organização ou apoio a visitas de imprensa e outras ações de promoção com os *media* dos mercados emissores;
- e) Capacitação de agentes de viagem

Mercados: Japão (incluindo Coreia), Brasil, EUA, Reino Unido, China, Rússia, Alemanha, França, Canadá, Índia, Nórdicos

3. Ativações de marca nos mercados (Organização de projetos de promoção do destino Portugal através de iniciativas de âmbito cultural e empresarial)

Mercados: Brasil, EUA e Reino Unido

4. Participação em grandes feiras e certames internacionais de Turismo em que o Turismo de Portugal organiza a participação nacional;

Mercados: Brasil e EUA

OUTRAS AÇÕES INSTRUMENTAIS:

- Quotizações e assinaturas essenciais para o desenvolvimento da atividade das equipas;
- Correio/Envio de material
- Deslocações e Visitas de prospeção



DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

**Anexo XI****Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento**

Programa:	004
Ministério:	Negócios Estrangeiros
Designação Serviço:	AICEP - AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, EPE
Código Serviço:	5884

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP)
- Demonstrações financeiras previsionais *
- Parecer do órgão de fiscalização **
- Documento comprovativo do NIPC/NIF ***
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA)
- Identificação de iniciativas de eficiência e controlo orçamental (Anexo X)
- Declara-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. ****

O responsável máximo do serviço

Luís Filipe de
Castro
Henriques

Assinado de forma
digital por Luís Filipe
de Castro Henriques
Dados: 2020.08.24
18:31:51 +01'00'

(Assinatura digital certificada)

Data: 24/08/2020

* Não aplicável aos Serviços Integrados.

** Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

*** Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2020 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2019.

**** Aplicável às EPR.



PARECER DO FISCAL ÚNICO



PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE GESTÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2021 DA AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E

Introdução

1. Para os efeitos do Despacho n.º 395/2020 - SET, do Gabinete do Secretários de Estado do Tesouro, de 26 de julho de 2020 (despacho), apresento o meu parecer sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão para o exercício de 2021 (PAO 2021), que incluiu o plano de atividades para 2021, o plano de investimentos anual e plurianual para o triénio 2021-2023, incluindo as respetivas fontes de financiamento, e respetivo orçamento, o Balanço previsional (que evidencia um total de 268 941 953 euros e um total de capital próprio de 124 895 871 euros, incluindo um resultado líquido de 583 951 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas previsional, a Demonstração dos Fluxos de Caixa previsional, todos reportados a 31 de dezembro do triénio 2021-2023, com identificação do executado em 2019, do previsto no PAO 2020 e o estimado de 2020, aprovados pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2020.
2. O Conselho de Administração anexou à proposta dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2021, a declaração de conformidade em como a proposta do Plano de Atividades e Orçamento está em conformidade com o orçamento apresentado à Direção Geral do Orçamento.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.



aicep Portugal Global

4. A minha responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos no orçamento e nas demonstrações financeiras previsionais acima referidas, competindo-me emitir um relatório profissional e independente baseado no meu trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedi teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos previsionais de gestão anteriormente referido está isenta de distorções materialmente relevantes. O meu trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3400 “Exame de Informação Financeira Prospetiva” e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional, a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação e a adequação da apresentação da informação previsional;
 - b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os pressupostos, critérios e coerência.
6. Entendo que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão para o exercício de 2021.

Parecer

7. Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

Sede: Rua Júlio Dinis, 748, 8º -Dto. 4050-012 Porto

Tel. Porto: + 351 226 055 300 Contact Centre: 808 214 214 aicep@portugalglobal.pt www.portugalglobal.pt

Capital Social – 114 827 880 Euros - Matrícula CRC Porto Nº 1 - NIPC 508 320 120

51



aicep Portugal Global

preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

8. Devo, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

9. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos previsionais de gestão em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2020. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, o resultado líquido estimado e incluído no capital próprio poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.
10. Tal como evidenciado na nota introdutória do PAO 2021, a AICEP está consciente que a pandemia provocada pelo COVID 19 pode ter impacto no plano agora apresentado, mas os eventuais efeitos não são possíveis de ser, nesta data, estimados.
11. A proposta de orçamento para 2021 prevê um aumento nos gastos com pessoal de cerca de 13,16% (3 291 milhares de euros), relativamente ao valor executado em 2019, e um aumento de 2 009 milhares de euros, face ao estimado para 2020, devidamente justificado pelo Conselho de Administração nos pontos I.D.1 a 5e IV.A do PAO 2021.

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

Sede: Rua Júlio Dinis, 748, 8º -Dto. 4050-012 Porto

Tel. Porto: + 351 226 055 300 Contact Centre: 808 214 214 aicep@portugalglobal.pt www.portugalglobal.pt

Capital Social - 114 927 800 Euros - Matrícula CRC Porto Nº 1 - NIPC 506 320 120



aicep Portugal Global

De acordo com as orientações do despacho a empresa apresenta informação que evidencia a evolução do efetivo de Recursos Humanos e do total de gastos com pessoal entre 2019 e 2021, desagregando esta informação por órgãos sociais, quadros dirigentes e restantes trabalhadores.

O efetivo estimado para 31 de dezembro de 2021 ascende a 516 colaboradores, 13 colaboradores a mais face ao previsto para 2020.

O Conselho de Administração pretende que este aumento do número de efetivos e dos gastos com o pessoal seja autorizado em sede de aprovação do PAO 2021.

12. No que diz respeito à frota automóvel, prevê-se um aumento de 4 viaturas face a 2020, e um aumento destes gastos face ao estimado para 2020 no valor de cerca de 103 mil euros, a que corresponde um aumento de aproximadamente 37,6%. O Conselho de Administração pretende que este aumento dos gastos e do número de viaturas seja autorizado em sede de aprovação do PAO 2021 (cf. ponto IV.B do PAO 2021).
13. Relativamente ao montante estimado para o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, por um lado, e o conjunto dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, por outro, o orçamento para 2021 não cumpre o disposto no despacho, prevendo-se um aumento de 184% e de 266,7%, respetivamente, face ao estimado para 2020 (cf. ponto IV do PAO 2021). O Conselho de Administração pretende que o aumento destes gastos seja autorizado em sede de aprovação do PAO 2021.
14. A AICEP irá solicitar a dispensa do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado nas operações não executadas pelo IGCP.

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

Sede: Rua Júlio Dinis, 748, 8º -Dto. 4050-012 Porto

Tel. Porto: + 351 226 055 300 Contact Centre: 808 214 214 aicep@portugalglobal.pt www.portugalglobal.pt

Capital Social - 114 927 980 Euros - Matrícula CRC Porto N.º 1 - NIPC 566 320 120

37



aicep Portugal Global

15. O Plano de Investimento apresentado prevê um investimento para o triénio na ordem dos 3 958 milhares de euros, dos quais 2 657 milhares de euros respeitam a ações a implementar em 2021.

Encontram-se devidamente discriminadas as ações previstas no Plano de Investimento proposto para o triénio 2021-2023 e relatadas as respetivas fontes de financiamento (cf. ponto III do PAO2021).

16. Tal como devidamente justificado nos instrumentos previsionais de gestão para o exercício de 2021, não se verifica a redução dos gastos operacionais no volume de negócios. A AICEP irá solicitar a manutenção do indicador aprovado para os anos de 2018 a 2020 (cf. Anexo 8 do PAO 2021), expurgado da consideração de eventos extraordinários. Este indicador apresenta um valor estimado para 2021, sem consideração dos gastos associados à Expo 2020 Dubai e ao plano de promoção do Turismo de Portugal, de cerca de 83,36%, observando-se uma ligeira melhoria face ao valor estimado para 2020 e face ao valor realizado em 2019 (cf. ponto IV.D PAO 2020).

Porto, 16 de novembro de 2020

O Fiscal Único

Susana Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

REGISTO NA CMVM COM O N.º 20160948

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

Sede: Rua Júlio Dinis, 748, 8º -Dto. 4050-012 Porto

Tel. Porto: + 351 226 055 300 Contact Centre: 808 214 214 aicep@portugalglobal.pt www.portugalglobal.pt

Capital Social - 114 927 980 Euros - Matrícula CRC Porto Nº 1 - NIPC 506 330 120